



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

PRISCILA PIRES ALVES

**TECNOLOGIA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: SOBRE OS IMPACTOS DA REALIDADE
DIGITAL EM USUÁRIOS E TRABALHADORES DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
SOCIAL**

**Rio de Janeiro
MARÇO/2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

PRISCILA PIRES ALVES

**TECNOLOGIA E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: SOBRE OS IMPACTOS DA REALIDADE
DIGITAL EM USUÁRIOS E TRABALHADORES DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE
SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social como requisito parcial à obtenção do grau: Doutor em Psicologia Social.

Orientador: Deise Mancebo

Rio de Janeiro
MARÇO/2006

AGRADECIMENTOS

Penso que a melhor maneira de iniciar meus agradecimentos, será contextualizando brevemente uma história. Esta começou há algum tempo atrás, quando com ainda 16 anos me interessei em estudar Psicologia. Nessa ocasião as opiniões sobre minha escolha eram extremamente polares. Uns diziam: -“Que linda profissão!”. Já outros: -“Psicologia? O que é isso?”. Não fosse um grande desejo de concretizar minha expectativa de encontrar na Psicologia a possibilidade de realizar meus ideais, bem como a permanente, determinante e fundamental ajuda de meus pais, dificilmente hoje estaria aqui. Lembro-me da grande dificuldade de “desgarrar” da família e iniciar o processo de conquista da autonomia. A mudança, os medos, os desafios, a saudade... Mas o que sempre importou é que sempre estiveram lá. Nos momentos felizes ou difíceis, de amargor mesmo, meus pais nunca me faltaram. A vocês, meus amados e queridos Aurélio e Elizabeth a minha gratidão eterna pelo que me proporcionaram e ainda me proporcionam ao longo de minha jornada. Essa é mais uma conquista que divido com vocês!

Seguindo minha trajetória, na minha vida tive grandes companheiros, meus irmãos Melissa e Aurélio Filho, meus amores eternos. Vocês, meus queridos, cada qual a sua maneira foram e continuam sendo fundamentais para o alicerce que sustenta a jornada: companheiros, amigos e pessoas com quem tenho certeza posso contar a qualquer momento. Há entre nós muito mais do que um simples laço de sangue, há a união dos verdadeiros e autênticos afetos e a composição do que entendo ser realmente uma família! Obrigado por existirem!

Para alguém que me ensinou o valor da paciência, tolerância e resignação, minha avó, Zynéa Irene, dirijo minha gratidão e amor hoje e sempre.

Na medida em que a caminhada foi se delineando amizades verdadeiras foram se configurando. As amigas Sô e Nadjinha, amigas do coração, vocês são inesquecíveis!

Não poderia também deixar de salientar o companheirismo dos amigos, Kleber, Márcia e Saleh, desde o processo de seleção do Doutorado, o que fez com que nosso grupo ganhasse características *sui generis*. Obrigada amigos!

Ao meus amigos, irmãos e companheiros do GELMG, por nunca faltarem em minha vida, sou eternamente grata!

Minhas queridas “fadinhas” Elem Trigo e Patrícia Maria, fiéis assessoras e companheiras de trabalho, a quem reputo meu respeito e gratidão pela parceria em todos os momentos de minha presença e também ausência. Vocês são demais!

Para Sérgio de Souza Brasil Silva, ou Serginho como prefiro chamá-lo, meu mestre eterno, agradeço as valiosas conversas “teleinfocomputotrônicas”, críticas, trocas e a permanente impressão que deixa em minha vida por amar aquilo que faz e nunca perder o brilho no olhar pela arte de pensar!

A Deise Mancebo, minha orientadora, pela disponibilidade, compreensão, respeito pelos muitos momentos difíceis e aqueles também felizes. Sua dimensão humana, no sentido mais puro que essa palavra enseja, é uma marca que ficará presente em meu fazer, ser e estar-no-mundo. Jamais esquecerei sua incrível capacidade de administrar as dificuldades sem perder a serenidade e complacência. Sua solidariedade, saber e polivalência são admiráveis! Obrigada pela oportunidade do convívio e aprendizado!

Meu marido Guilherme que durante esta trajetória foi muito mais do que um companheiro, mas amigo, suporte, crítico e acima de tudo incentivador. Você sempre esteve presente! Tanto que nossas produções conjuntas se refletiram nesses quatro anos em Luísa e Eduardo!

Aos demais familiares, e são tantos, meu especial agradecimento pelo apoio, mesmo que na distância.

Aos meus alunos da Universidade Estácio de Sá, Resende onde tenho o prazer de lecionar há nove anos, pela convivência, aprendizado e constante estímulo ao meu aprimoramento.

Finalmente, a UERJ e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e todos os seus membros, professores e funcionários por possibilitarem a concretização desse ideal.

Para:
Guilherme, meu amor e companheiro de todas as horas.
Luísa, amor incondicional que deu brilho à minha vida
e Eduardo, nova estrela a compor a plenitude de minha existência.

“O que é realmente humano? O fato do homem sempre apontar para algo ou alguém diferente de si mesmo. O verdadeiro sentido da vida deve ser descoberto no mundo”

Victor Frankl

RESUMO

A tese estuda o impacto da tecnologia no *modus vivendi* do homem contemporâneo, problematizando especificamente o cotidiano da realidade digital que atravessa as relações humanas. A partir da caracterização da realidade digital e seus reflexos na construção da subjetividade, discute-se a reformatação dos espaços sociais no âmbito político, econômico e das trocas interpessoais, bem como seu reflexo no contexto do trabalho. A partir da perspectiva da ontologia do ser social marxista, defende-se que a construção de uma sociedade predominantemente marcada pela lógica dos complexos teleinfocomputotrônicos gera o fenômeno da invisibilidade social. A fim de se contextualizar a problematização teórica, motivação inicial do trabalho, realizou-se um estudo de campo sobre os impactos da realidade digital em usuários e trabalhadores do Instituto Nacional de Seguridade Social. A partir da metodologia da triangulação metodológica e com o intuito de caracterizar, através da produção de sentido no cotidiano, a realidade vivida pelos sujeitos nesse singular contexto, através de entrevistas, observação de campo e pesquisa documental, procedeu-se com uma análise sobre os avanços e descontinuidades na organização do Sistema Previdenciário Brasileiro e foram levantados dados sobre o processo de informatização dessa Instituição de modo a caracterizar a sua expressão e impacto nos sujeitos que se encontram nessa relação como usuários, trabalhador da previdência e o segurado da previdência. Os dados obtidos revelam que as interações humanas mediadas pelos recursos telemáticos de comunicação e informação, fazem emergir relações estranhadas entre os sujeitos, produzindo subjetividades desreferencializadas nas relações inter-humanas. O que destacamos como crítico na caracterização da realidade digital na contemporaneidade é o fato de que os atributos que viabilizam a subjetivação por meio da objetivação dos projetos de intervenção do mundo, está atravessada pela imaterialidade viabilizada pelos sistemas eletrônicos e a captura do sujeito pelo capitalismo tecnológico revela uma grande saída encontrada pelo capital para manter seu lugar.

Palavras-chave: subjetividade – tecnologia – previdência social

ABSTRACT

This study analyses the impact of the technology in the *modus vivendi* of the contemporary individual, with a particular focus on the virtual reality that passes for human relations in particular areas of contemporary capitalistic Brazilian society. From characterizations of the virtual/digital reality and its consequence in the subjective construction of the individual, we argue the reformation of the social spaces in the political, economic, and interpersonal spheres. Taken from an ontological Marxist perspective, the construction of a society predominantly marked by the logic of the complex teleinfocomputetronics generates the phenomenon of social invisibility. In order to contextual this theoretical problem, a field study was made as to how virtual reality impacts both users and workers at the Brazilian National Institute of Social Security. Through methodological triangulation and with ethnographic interviews, we proceeded with an analysis on the advances and discontinuities in the organization from Brazilian Social Welfare System, which were raised through the process of institutional informatics in order to characterize its expression and impact on citizens that find in this relation as providence user, worker and insured. Our data showed that human interactions measured through telematic communication and information resources demonstrated aberrant relations among citizens, producing subjectivity with non-references in inter-human relations. We consider these characterization of virtual reality in the contemporary period as attributes that make possible the subjectivity through objectivity of the intervention projects of the world, further crossed by the immateriality made possible through electronic systems and the capture of the citizen by technological capitalism, all of which indicates the need for capital to reify its place through dissociation of the subjective/objective distinction.

Key-words: subjectivity – teleinfocomputotronics – Brazilian Social Welfare System

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO.....	10
2. TECNOLOGIAS E SUBJETIVIDADE NA CONTEMPORANEIDADE	17
2.1 Tecnologia e capitalismo: Breve percurso histórico	17
2.2 Impactos da Revolução Microeletrônica	23
2.3 Subjetividade e Tecnologia	34
2.4 Tecnófilos e tecnófabos: breve discussão teórica	49
3. AS METAMORFOSES DO TRABALHO E SUA EXPRESSÃO NA REALIDADE DIGITAL	56
4. POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O UNIVERSO DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA	89
4.1 Previdência social no Brasil hoje: Características gerais	112
4.2 Os segurados da previdência social: Seus direitos e deveres	120
4.3 Benefícios da previdência social: Características e regime de concessão ..	123
4.4 Estrutura e funcionamento da Previdência Social	125
5. O SISTEMA PAROU! E AS PESSOAS, TAMBÉM? REGISTROS DO CAMPO	131
5.1 Premissas gerais	131
5.2 Desenho da pesquisa e suas fontes	134
5.3 Caracterização do campo observado	140
5.3.1 A cidade de Barra Mansa	140
5.3.2 A agência da previdência social da cidade de Barra Mansa	143
5.4 Observações do campo	146
5.4.1 A digitalização da experiência de estar-no-mundo	146
5.4.2 Na realidade computacional quem é o usuário? A relação do funcionário da previdência com a máquina administrativa tecnológica ..	150
5.4.3 O segurado, “o sistema” e o funcionário da previdência	159
5.4.4 O sistema parou, a agência parou! E as pessoas, também? ..	167
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181

1 INTRODUÇÃO:

Esta tese estuda o impacto da tecnologia no *modus uiuendi* do homem contemporâneo. Para tanto, parte da premissa de que os modos de produção material e simbólica da sociedade na atualidade, são engendrados notadamente pela revolução na tecnologia da informação, gerando uma nova arquitetura no tecido social e, por conseqüência, têm afetado o comportamento das pessoas e da sociedade.

Fenômeno contemporâneo, o advento da *Information Technology* penetra as dobras sociais influenciando cada vez mais as formas de relacionamento entre os sujeitos, produzindo assim processos de subjetivação subsidiados pela lógica digital. A criação de um novo espaço de valores e representações dependentes dos recursos tecnológicos respaldam a disseminação de uma cultura digitalizada que determina por conseguinte, uma nova configuração das relações do sujeito¹ com o seu entorno.

O ideal de progresso legitimado pelo capitalismo agenciado com a tecnologia, dentre outros fatores, possibilitou o surgimento do fenômeno da globalização. Este processo, por seu turno, utilizou-se de todas as facilidades viabilizadas pela realidade digital, gerando um reforço do individualismo, a instituição de uma sociedade de consumo exacerbada, bem como consolidou o mercado de forma imanente. Assim, a intensificação de experiências marcadas pela transitoriedade,

¹ Entender-se-á como “sujeito” no presente texto a singularidade individual e histórica que tem como condição ôntica agir sobre o mundo e transformá-lo com base em seu projeto de intervenção. Portanto o “sujeito” ao qual nos referimos será sempre o sujeito da *práxis*. A categoria *práxis* “refere-se à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria e transforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo.” (Dictionary of Marxist Thought, Tom Bottomore (Edit.), Harward University Press, Cambridge, 1983, p.384). Percebe-se que a intenção de Marx era equiparar “*práxis*” ao sentido da “*poiesis*” aristotélica favorecendo, portanto, a distinção entre “*opus*” (obra), condição ôntica que

rupturas, caos, descontinuidades e alteridades constituem os registros que marcam a dinâmica dos fluxos sociais contemporâneos.

Esse entrelaçamento entre tecnologia e capital impulsionou uma aceleração nos processos de mudança e estruturação social que encarna o ideal de universalização, gerando um mundo desenraizado, sem fronteiras, desvinculado da grafia enunciativa do passado, portanto a-histórico. Hobsbawn (1996), o contextualiza da seguinte forma: “Vivemos num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os últimos três séculos”(p. 562).

Diante desta configuração atual, a problematização do impacto das tecnologias de informação e comunicação na construção da subjetividade se faz necessária tendo em vista as significativas mudanças impressas na vida cotidiana dos indivíduos. A motivação inicial para o desenvolvimento da tese partiu de um interesse em aprofundar uma discussão iniciada em minha dissertação de mestrado sobre a subjetividade e os reflexos do capitalismo tecnológico na *práxis* humana. A princípio, a proposta contemplava um estudo de natureza teórica que aprofundasse os questionamentos acerca da condição humana na realidade tecnológica. No entanto, a partir de uma experiência vivenciada por mim, enquanto usuária do Instituto de Seguridade Social, quando do gozo de minha licença maternidade em 2003, o interesse em redirecionar o estudo para uma pesquisa de campo ganhou escopo. Tal propósito ganhou sentido na medida em que ao procurar o posto da Previdência Social para dar entrada na solicitação da licença, deparei-me com uma realidade na qual as relações estabelecidas entre o trabalhador e o usuário,

sustenta o conceito de “natureza humana” da “*práxis*” como manifestação da atividade criadora enquanto traço

encontravam-se absolutamente mediadas e distantes por um sistema automatizado, frio e sobretudo desumano no atendimento às pessoas. Inicialmente, ao entrar na agência, fui encaminhada para uma recepção que faz a triagem dos usuários. Com um tratamento absolutamente distanciado, o recepcionista cadastrou meu nome, e imediatamente me entregou uma senha para ser atendida, encaminhando-me para a sala de atendimento que se encontrava repleta de pessoas. Impactou-me nessa ambiente os olhares desconfortantes e passivos daqueles que ali se encontravam. Sentei-me ao lado de uma senhora que estava na fila para entrar na agência desde muito cedo e até aquele momento não havia sido atendida. Desejava dar entrada em sua aposentadoria e encontrava-se absolutamente confusa ante as informações que lhe foram passadas na triagem inicial. Qual não foi a minha surpresa ao ver que no momento em que foi chamada pelo indicador eletrônico, constando o número de sua senha, seu atendimento levou cerca de dois minutos, tendo em vista que não havia levado sua carteira de identidade e segundo a justificativa do funcionário, sem o número da identidade o sistema não aceitaria seu cadastro. A senhora, desconsolada, retirou-se dizendo que então teria que voltar novamente no dia seguinte. Incomodou-me a passividade dos usuários quanto a não ver outras possibilidades ou de questionar os funcionários sobre um meio de entrar com suas informações que não apenas pelo número da identidade. O que eu via era uma grande distância estabelecida entre o usuário e o funcionário, uma vez que entre eles encontrava-se a máquina. Como se com a mediação da máquina não existissem sujeitos, mas códigos, palavras, números.

Enquanto sujeito, vivenciando um momento específico da minha vida, senti-me absolutamente impotente diante do “poder da máquina”, sobretudo no momento em que me vi diante do funcionário, após uma longa espera, e este me informa que também não seria possível atender minha solicitação porque o sistema havia parado. “-Volte amanhã, o sistema parou. Venha mais cedo porque nesse horário ele sempre para”. Levantou-se e dirigiu-se para o interior da agência. Seu horário de trabalho terminou, afinal a máquina parou e não há nada a fazer sem ela.

Essa experiência me levou a questionar sobre os impactos das revoluções tecnológicas no cotidiano das pessoas. Assim, sem perder de vista meu objeto de estudo constante no projeto do doutorado, levantei a possibilidade de desenvolver um estudo sobre os impactos dessa realidade no cotidiano. Ao proceder um levantamento sobre a existência de estudos que fizessem esse tipo de relação, não encontrei nenhum dado sistematizado que pudesse contribuir para minha reflexão nesse sentido.

Assim, optei por desenvolver uma relação entre o meu objeto de estudo com os impactos da realidade digital no cotidiano dos usuários e funcionários da agência da Previdência Social da cidade de Barra Mansa, RJ.

Desse modo, foram eleitas algumas categorias que pudessem contemplar uma análise desse singular contexto de modo a não abandonar a questão teórica central. Para tanto, a tese foi organizada da seguinte maneira: no segundo capítulo apresentamos uma discussão acerca das “Tecnologias e da subjetividade” consistindo em uma discussão histórica sobre a tecnologia e a reformatação dos espaços sociais no âmbito político, econômico, bem como das relações humanas, a partir da globalização e do impacto das tecnologias de comunicação e informação

sobre o capitalismo. Problematicamos ainda o contexto de produção da subjetividade a partir da perspectiva da ontologia do ser social marxista. Destacamos nessa discussão o questionamento sobre se os instrumentos utilizados pela “era da informação” não acabarão por recriar comunidades confinadas, que têm no seu centro o computador, estabelecendo um hiato e reforçando as desigualdades sociais constantes na história do capitalismo.

No terceiro capítulo, com o título: “As metamorfoses do trabalho e sua expressão na realidade digital”, apresentamos uma discussão sobre as mudanças no sentido do trabalho ao longo da história e o modo como as transformações econômicas e a introdução das novas tecnologias que caracterizam a era digital se refletem na organização do trabalho contemporâneo, sobretudo no que concerne ao âmbito do setor de serviços, objeto de estudo de nossa tese. Destacamos ainda nesse escopo, como consequência da digitalização nas relações de trabalho, a invisibilidade social que decorre da intercessão da máquina nas relações inter-humanas.

O quarto capítulo trata da “Política social na contemporaneidade e o universo da Seguridade Social brasileira”, visando demarcar o contexto de surgimento da previdência no Brasil de modo a se delinear o campo de nosso estudo. Apresentamos uma discussão sobre os avanços e descontinuidades na organização do Sistema Previdenciário Brasileiro, destacando as influências que os modos de gestão da acumulação flexível tiveram sobre a organização do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Analisa-se também o documento produzido pelo Ministério da Previdência Social intitulado: “Previdência e Estabilidade Social: Curso

Formadores em Previdência Social”, que apresenta, dentre outras definições, as propostas constantes na reformatação da prestação de serviços do INSS.

Para subsidiar as discussões apontadas nos capítulos teóricos, no quinto capítulo, desenvolvemos um estudo de campo que consistiu em observações e entrevistas com funcionários da Previdência Social , agência Barra Mansa bem como com usuários dos serviços dessa instituição. Foram levantados dados referentes à história da agência, seu processo de informatização, bem como sobre a convivência entre trabalhadores e segurados através da mediação maquínica, de modo a caracterizar a sua expressão nas relações do cotidiano no universo dos serviços. Nesse capítulo, destacamos os sentidos produzidos a partir das informações levantadas no campo, através da metodologia da triangulação metodológica, e relacionamos os dados obtidos com a discussão de categorias levantadas a saber: “A digitalização da experiência de estar-no-mundo”, “Na realidade computacional, quem é o usuário? A relação do funcionário da previdência com a máquina administrativa e tecnológica”, “O segurado, ‘o sistema’ e o funcionário da previdência”, “O sistema parou, a agência parou. E as pessoas, também?”.

Tais categorias nos serviram de base para afirmar em nossa discussão final, que as interações humanas mediadas pelos recursos telemáticos de comunicação e informação, fazem emergir relações estranhadas entre os sujeitos, produzindo subjetividades des-referencializadas de sua relação homem-a-homem.

Não pretendemos esgotar as discussões levantadas acerca da introdução da realidade digital em nossas vidas, fato inexorável, mas identificar e apontar os problemas que encontramos na operacionalização de nosso cotidiano em nosso

fazer diário, em nosso próprio vir-a-ser a partir da mediação maquínica. O que destacamos como crítico na caracterização da realidade digital na contemporaneidade é o fato de que os atributos que viabilizam a subjetivação por meio da objetivação dos projetos de intervenção do mundo, está atravessada pela imaterialidade viabilizada pelos sistemas eletrônicos e a captura do sujeito pelo capitalismo tecnológico revela uma grande saída encontrada pelo capital para reificar seu lugar.

2 TECNOLOGIAS E SUBJETIVIDADE NA CONTEMPORANEIDADE

O advento da revolução tecnológica que culminou com a emergência da sociedade da informação produziu novos arranjos na sociedade contemporânea e impactou todas as células sociais, constituindo um “ecossistema informacional”, no qual a digitalização das informações e o desenvolvimento das redes interativas de comunicação produzem novas formas de expressão da subjetividade. Compreender o universo imaterial que condiciona a emergência do ser-no-mundo é tarefa assaz complexa, tendo em vista os paradoxos existentes nesse novo paradigma para se pensar o mundo. Neste capítulo, nosso propósito é traçar um breve histórico da relação entre tecnologia e capitalismo, relacionando os novos arranjos sociais decorrentes desse percurso com a produção da subjetividade e às implicações da constituição do ciberespaço nesse contexto.

2.1 Tecnologia e capitalismo: breve percurso histórico

Conta a lenda grega que Prometeu, Deus do Fogo, revoltado com Zeus pela onipotência deste, confiou o fogo aos humanos para garantir-lhes o conhecimento, o poder sobre a matéria e o saber técnico. A simbologia prometéica traz à tona a reflexão sobre a relação dos homens com a técnica e seus resultados nos modos de produção material e simbólica da sociedade. Pode-se afirmar que o estudo da técnica relaciona-se à própria história da condição humana, uma vez que por meio do uso intensivo de materiais e ferramentas, dentre outros fatores, a humanidade se constitui e ganha sentido ao longo dos tempos. Conforme propõe Vargas (1994), a técnica pode ser definida como

[...] uma habilidade humana de fabricar, construir e utilizar instrumentos. É tão antiga quanto a humanidade, admitindo-se a idéia de certos antropólogos de que um fóssil só pode ser considerado humano se ao lado forem encontrados instrumentos, e deve ter tido origem com o surgimento da habilidade de utilizar com destreza ambas as mãos, em simultaneidade com a característica humana de utilizar símbolos, capazes de correlacionar objetos com o pensamento e o instinto humano. Provavelmente, no surgimento das técnicas, comparecem tanto os instintos animais quanto o acaso (por exemplo, o do lascamento ocasional de uma pedra), compreendido este por intermédio do poder simbolizante do homem. Note-se que o mais primitivo sistema simbólico é a linguagem. Assim, homem, técnica e linguagem teriam aparecido num só momento, embora esse momento possa ter durado séculos (p. 15).

Assim, desde os primórdios, as possibilidades de uso, reinvenção e construção de sentidos na relação ontológica do homem com o mundo têm se estabelecido pela mediação tecnológica. Por meio de artefatos eficazes, as tecnologias concebem diferentes formas de expressão da atividade humana e podem funcionar como vetores de análise dos sistemas sociais.

Os primeiros valores associados à tecnologia estão relacionados à necessidade cada vez maior de domínio da natureza. Todavia, esse “domínio” assumiu *performances* distintas conforme o período considerado. A reflexão sobre a técnica como objeto conceitual sempre foi feita, quer por meio de suas representações, quer como exemplo, aplicação ou metáfora de um movimento da história humana. Sevckenko (2002) afirma que os surtos de transformações constantes, propiciadas pelos avanços técnicos, permitem dividir em três fases a história da tecnologia. A primeira é caracterizada pela ascensão contínua dos países da Europa Ocidental, entre os séculos XVI e XIX, quando o avanço tecnológico propiciou o domínio das forças naturais e das fontes de energia. Criaram-se novos meios de transporte, armamentos e conhecimentos especializados, conferindo à civilização europeia o saber e o poder de acumulação de riquezas. O ideal de ordem e progresso desse mundo moderno levou à difusão dos valores da cultura europeia,

com a promessa de um futuro de abundância, harmonia e racionalidade, balizado pelos avanços técnico-científicos. Podemos observar que a idéia de progresso e acumulação de riquezas sempre esteve aliada aos avanços tecnológicos, o que nos leva a considerar que o capitalismo, em sua origem, é tecnológico.

No âmbito dessa primeira fase da história da tecnologia, o desenvolvimento obviamente não ocorreu de modo homogêneo e linear, e o homem fez uso de recursos diferenciados, conforme o momento. Em linhas gerais, é possível afirmar que, até o século XVIII, o automatismo que caracterizou o avanço tecnológico visava à transmissão do movimento, mediante o uso de sistemas técnicos organizados em torno da água, então principal fonte de energia. Ao longo do século XIX, com o surgimento das máquinas a vapor e dos motores modernos, buscou-se a transmissão de energia com perda mínima e efetivou-se, de modo irreversível, o progresso técnico e econômico – a Primeira Revolução Tecnológica – que concretizou o projeto da modernidade de alterar a marcha do mundo, sobretudo com a consolidação do sistema capitalista.

Na transição entre os séculos XIX e XX, tem início a segunda fase, marcada por uma nova ruptura essencial: a exploração da eletricidade e dos novos modos de geração de movimento e transmissão de energia, o que produziu mudanças vertiginosas e sem precedentes no âmbito social. Essa nova matriz tecnológica, da qual fazem parte o motor a combustão interna movido a petróleo, a metalurgia do ferro e do aço e todas as inovações surgidas ao longo do século XX, configura a Segunda Revolução Tecnológica, que potencializa a própria expansão do capitalismo, acelera e aprofunda a subsunção do trabalho, na medida em que as máquinas passam a ditar, até certo ponto, a estrutura e o ritmo do labor humano. A

organização científica do trabalho, ou *taylorismo*, e a criação da linha de montagem *fordista* são inovações centrais dessa segunda fase do capitalismo tecnológico, que aprofundam a produção em massa, inclusive de bens de consumo duráveis, rotinizam e prescrevem em detalhes os processos de trabalho, bem como aglutinam grande número de trabalhadores nos sítios produtivos industriais. Assim, no decorrer do século XX, o poder da tecnologia estabeleceu-se de modo profundo e em diversos âmbitos da esfera social, gerando até efeitos inimagináveis de destruição da natureza, fato que após as duas Grandes Guerras coloca na agenda política mundial a discussão do risco de extinção da própria humanidade.

Sevcenko (2002) localiza o início da terceira fase após a Segunda Guerra Mundial, em que se imprime uma densidade sem precedentes à base tecnológica, acarretando uma alteração significativa em todos os campos da sociedade mundial. nessa etapa da história da tecnologia que se desenvolve a chamada Revolução Microeletrônica, cuja escala de mudanças desencadeou, em uma intensa progressão, uma reação em cadeia, na qual a ampliação e a minituarização, a expansão e a condensação do mundo se manifestam, tornando o contexto atual cada vez mais imprevisível e ambivalente. A Revolução Microeletrônica, cujos efeitos mais palpáveis podem ser localizados a partir dos anos 70 do século passado, comportou incrementos técnicos no âmbito da comunicação e da informação, fruto do salto dos investimentos dos países de industrialização avançada em atividades científicas e tecnológicas, aproveitando as oportunidades criadas pelo progresso científico para o incremento de seu potencial competitivo. A partir de então, a análise dos efeitos das novas tecnologias tornou-se um elemento fundamental para o entendimento das questões contemporâneas, porquanto as evoluções tecnológicas alteraram significativamente as noções de tempo e de

espaço, bem como o sistema de representação do mundo, a relação do homem com a vida, com o pensamento e com o trabalho.

Trata-se, por certo, de uma reestruturação profunda do capitalismo, induzida pela Revolução Microeletrônica, que expõe o caráter intrinsecamente contraditório de todo desenvolvimento capitalista, pois provoca, ao mesmo tempo, um aumento inusitado das assimetrias e da exclusão, bem como desenvolve possibilidades de ações transformadoras em diferentes domínios do *modus uiuendi et operandi* humano.

No entanto, ainda que se pesem as possibilidades abertas com os avanços proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico, há que se destacar o que já nos apontou Beninger (1986), ao considerar que freqüentemente ampliamos nosso foco sobre a importância da tecnologia para as mudanças sociais sem levar em conta os reflexos negativos de tais processos. O autor, ao apresentar uma análise sobre as origens tecnológica e econômica da sociedade da informação, chama nossa atenção para o fato de que os avanços tecnológicos são *conseqüências* e não causas das mudanças sociais decorrentes da necessidade de atualização do capital. As revoluções tecnológicas refletem e atualizam, na verdade, uma necessidade de se manter o controle político e econômico conquistado desde a Revolução Industrial.

O tema central da análise de Beninger é o “controle”. Ao longo de seu trabalho, aponta para o fato de que historicamente vivemos uma atualização dos modos de controle social. Com a Revolução Microeletrônica, as novas infra-estruturas de transmissão de informação estabelecem, por meio dos recursos da telecomunicação, outras formas de regular o controle sobre os mais diferentes níveis

da sociedade, na medida em que a grande inovação da evolução tecnológica reside nos modos de processamento da informação.

Para Beninger (1986), a informação é um “epifenômeno”, isto é, deriva dos modos de organização material e simbólica do mundo. As inovações tecnológicas calcadas no incremento das tecnologias de processamento da informação e comunicação possibilitaram o desenvolvimento de dispositivos para influenciar o consumo e redefinir o modo pelo qual a riqueza pode ser acumulada. O foco nesse contexto está na produção e distribuição do conhecimento.

Com a emergência da chamada Sociedade da Informação, o próprio sistema de produção se redefine, de modo que, tal como nos aponta Machlup (apud Beninger, 1986), podemos agrupá-lo em cinco grandes categorias: (1) educação; (2) pesquisa e desenvolvimento; (3) meios de comunicação; (4) inteligência artificial; (5) serviços de informação.

Um dos impactos sociais da Informação sobre a sociedade tem sido a convergência de todos os recursos tecnológicos informacionais – *mass media*, telecomunicações e computação – em uma simples infra-estrutura de controle, conduzindo a um progressivo processo de digitalização do mundo que torna as relações e a comunicação entre as pessoas um fenômeno digital. Tal processo traz profundas implicações nos níveis macrossociológico e macroeconômico, redefinindo o próprio desenho do mundo contemporâneo.

2.2 Impactos da Revolução Microeletrônica

A reconfiguração do quadro geopolítico e econômico mundial, marcado pelo desenvolvimento e pela difusão das tecnologias de informação e comunicação, constitui, no avatar do século XXI, um cenário caracterizado por uma série de inovações econômicas, sociais e políticas.

O próprio processo de globalização que subsidia novas cartografias e o atual desenvolvimento capitalista apóia-se em políticas econômicas e modelos de gestão social em que o paradigma dos complexos teleinfocomputotrônicos ou das tecnologias da informação e comunicação apresentam-se como ícones. Em outros termos, as tecnologias e as estratégias de apropriação e reprodução do capital estão intimamente relacionadas, podendo-se afirmar que o acelerado desenvolvimento tecnológico surge como a grande saída para a manutenção do processo de acumulação do capital. No jogo do capitalismo mundial, substitui-se, até onde é possível, a inteligência humana pela artificial nos sistemas de produção, de organização do trabalho e de gestão do tempo da vida humana. A contração dos espaços pela velocidade e pela miniaturização transtorna radicalmente nossos ritmos mais íntimos.

Sem dúvida, o papel da tecnologia, subsidiada pela ciência, sempre foi importante. No início do século XVII, Francis Bacon já formulava a tese da relação fundamental entre saber e poder. A ciência foi um poderoso instrumento para o desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Entretanto, o grau de sofisticação alcançado hoje pela ciência, a complexidade das tecnologias geradas e a importância central desse conhecimento no aparelho produtivo, na reprodução

material da sociedade e na vida cotidiana configuram um salto nessa longuíssima história da relação entre tecnologia, ciência e sociedade. Em consonância, entre os poucos consensos estabelecidos no intenso debate que procura entender o atual processo de globalização, encontra-se o fato de que

[...] inovação e conhecimento são os principais fatores que definem a competitividade e o desenvolvimento de nações, regiões, setores, empresas e até indivíduos [... desse modo], a crescente competição internacional e a necessidade de introduzir eficientemente, nos processos produtivos, os avanços das tecnologias de informação e comunicações têm levado as empresas a centrar suas estratégias no desenvolvimento de capacidade inovativa. Esta é essencial até para permitir a elas a participação nos fluxos de informação e conhecimentos (como os diversos arranjos cooperativos) que marcam o presente estágio do capitalismo mundial (CASSIOLATO; LASTRES, 2000, p. 238).

Assim, os novos modos de produção são baseados no que Lastres e Albalgi (1999, p. 32) definem como Paradigma Técnico-Econômico (PTE):

[...] o resultado do processo de seleção de uma série de combinações viáveis de inovações (técnicas, organizacionais e institucionais), provocando transformações que permeiam a economia e exercem influência no comportamento da mesma [...]

A microeletrônica aplicada às atividades econômicas produtivas diminuiu o tempo ocioso na produção e possibilitou o controle e o gerenciamento da informação, determinando novas estratégias e formatos de gestão. A crescente capacidade de controle nos processos de produção, com a introdução de sistemas tipo CAM (*Computer-Aided Manufacturing*), FMS (*Flexible Manufacturing Systems*), e CIM (*Computer Integrated Manufacturing*) reduz os tempos mortos, os erros e as falhas que comprometem o processo de produção.

Com a proeminência das chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC's), o resultado do salto dos investimentos dos países de industrialização avançada em atividades científicas e tecnológicas – visando ao

aproveitamento de oportunidades abertas pelo progresso científico para o incremento de seu potencial competitivo –, o acesso à informação e o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses políticos e econômicos (HARVEY, 1994). Em um mundo de rápidas mudanças, de gostos, necessidades e sistemas de produção flexíveis, a ênfase na informação gera a possibilidade de se alcançar importante vantagem competitiva, de modo que se torna um dos principais recursos para que empresas, corporações e países com uma estrutura de rede se mantenham.

Para Dreifuss (2003), no século XX, as mudanças ensejadas com as transformações tecnológicas tiveram suporte nos recursos do “complexo capacitador teleinfocomputorrônico”², paradigma para se compreender a nova formação tecnoinfossocietária que, além da função crucial na produção de conhecimento e na economia, assume um importante papel de agente de transformação vivencial e existencial, ancorado no microcomputador e seus equipamentos vinculados. O desenvolvimento das inovadoras tecnologias e conhecimentos de irrupção atinge, em larga escala, um conjunto de dimensões com diversos eixos e subeixos entrelaçados, que Dreifuss chamou de *tecnobergs*. O termo, utilizado em analogia com as “montanhas de gelo” (*icebergs*), denota a sedimentação de “montanhas tecnológicas” que configuram a topografia do mundo contemporâneo.

A partir do desenvolvimento acelerado e da aplicação de novas tecnologias de conhecimento e informação, os *tecnobergs* constituem uma tecnomia de serviços e produção informacional entrelaçados e não mais separados

² De acordo com Dreifuss (1996), a nova formação societária originou um conjunto de impressionantes recursos configuradores de um “complexo capacitador teleinfocomputorrônico” ancorado no que Zbigniew Brzezinski denominou “revolução tecnorrônica”, face aos avanços da microeletrônica e da eletrônica digital, que se refletem tanto no processo de produção e consumo quanto nas formas de existência social.

como segmentos ou setores (uma infonomia de *tecnobergs* que deixa a economia industrial na memória do historiador), configurando uma parte importantíssima das premissas para uma sociedade da informação. (DREIFUSS, 2003, p. 112).

A base material para a configuração de um mundo global, interativo e em constante mudança representa a emergência de processos de reestruturação produtiva transnacional, reorganização institucional, reformulação vivencial e reconfiguração societária metanacional. Megaprocessos em conteúdos e formas, que caracterizam a complexa “época das perplexidades” (DREIFUSS, 1996).

Dowbor (2002), identifica quatro principais eixos de transformações dessa “época das perplexidades” que se consolidam e se reificam na atualidade: o eixo da eletrônica, que atribui à informação a fluidez da corrente elétrica; o avanço vertiginoso das telecomunicações, como consequência do processo anterior; o conhecimento da vida, com o desenvolvimento da nanotecnologia e da biotecnologia, em suas diversas dimensões; e, por último, o eixo que concerne às energias, no qual novos materiais supercondutores permitem novas formas de utilização da energia. Não se pode olvidar que as tecnologias mudaram radicalmente não só a dimensão temporal, mas também a dimensão espacial de reprodução da sociedade que se estrutura a partir da ordem global.

Para Santos (2003), os fatores que contribuem para explicar a arquitetura da globalização atual são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada. Um mercado global que utiliza sofisticadas técnicas informacionais resulta numa globalização perversa, na medida em que a possibilidade de existência de um controle universal da economia se concretiza

pelos insumos teleinfocomputotrônicos e pela empiricização da universalidade que esses complexos viabilizam. Nesse sistema, informação e dinheiro fornecem as bases do sistema ideológico que legitima um novo *ethos* para as relações sociais, interpessoais e de trabalho.

Ainda que a exploração do trabalho e a alienação do homem em relação aos seus produtos tenham sido a regra geral ao longo do modo de produção capitalista, é possível identificar diferentes formas de regulação do trabalho ao longo dos tempos e verificar que as transformações político-econômicas do capitalismo impõem reiteradamente novas formas de controle e poder, cujos artifícios visam a garantir a sustentabilidade do capital.

No contexto atual, diante da possibilidade de se identificar mudanças fundamentais nos perfis dos agentes econômicos e dos recursos humanos com muita rapidez, exigem-se, em contrapartida, novas qualificações dos trabalhadores, chamados a acompanhar o ritmo frenético da produção.

Em muitas situações, essas “novas qualificações” implicam a necessidade de uma formação mais ampla por parte dos homens. Contudo, na discussão sobre os avanços tecnológicos no trabalho, uma das hipóteses admitidas (e que pode ser verificada em determinados setores produtivos) refere-se à desqualificação do trabalho provocada pela automação. No setor de serviços, por exemplo, há várias indicações de que o emprego da tecnologia microeletrônica pode levar à desqualificação de certas categorias de trabalhadores, mudando a configuração da mão-de-obra e provocando a expulsão de parte deles do mercado de trabalho. Em outros termos, tem-se assistido à transferência para as máquinas das funções cerebrais abstratas; a inteligência artificial substitui a humana em muitos sistemas de

produção, alterando as relações de trabalho e fazendo com que se dependa cada vez menos dos recursos humanos.

Os avanços da microeletrônica possibilitam operações com estruturas flexíveis, nas quais a pedra angular da prática administrativa passa a ser a crença de que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva do que as hierarquias piramidais, como as que governavam a era *fordista*.

Na medida em que as organizações tornam-se planas e flexíveis, com estruturas em rede no lugar da administração tipo pirâmide, a estrutura organizacional e as tarefas de trabalho podem ser constantemente redefinidas, conforme as necessidades do capital. Para Sennett (2001), essa imediatividade proposta pelo sistema capitalista contemporâneo acarreta profundas implicações para as subjetividades: gradualmente, aplaca a emergência de qualidades que ligam os seres humanos uns aos outros, de forma a lhes garantir um senso de identidade sustentável, e provoca um “estranhamento” dos laços sociais, diante da realidade de relações de trabalho, que se dissolvem no imediatismo comprimido do espaço-tempo.

Além disso, a não-identificação dos homens com as tarefas diárias do trabalho gera uma relação estranhada, um sentimento de indiferença, e obsoletiza a consciência crítica do trabalhador, afastando-o de sua *práxis*. Pode-se considerar, em última instância, que a tecnização permite ao sujeito fazer-se ausente de suas operações.

Do mesmo modo, a dimensão das relações estabelecidas entre o usuário dos serviços e o trabalhador, pela interface da máquina, altera de modo substancial o

orbe das inter-relações humanas, de modo que ficam estranhadas. Essa relação estranhada do homem com seu entorno e com suas relações favorece a emergência de uma categoria a que se vem denominando “invisibilidade social”.

Costa (2004), ao discorrer sobre a invisibilidade social, observa que ela é mais antiga que seu próprio registro no campo da Psicologia. Na Grécia Antiga, escravos, mulheres e crianças não tinham papel social algum e, por isso, eram simplesmente desconsiderados como membros da sociedade. Com o sistema capitalista, na medida em que o homem passa a ficar a cargo de determinadas tarefas, sua visibilidade ou invisibilidade está condicionada às funções que desempenha no sistema produtivo.

Na outra ponta da produção – o consumo –, as chamadas tecnologias de desterritorialização, nas quais a concepção universalizante de mercado tornou-se um ponto nevrálgico de referência, possibilitam que o consumo se dê cada vez mais num plano mundial, descolando-se daquilo que um território específico produz. Esse “descolamento”, por seu turno, determina novas formas de localização dos sujeitos, dando vazão a imagens como a do homem sem território, sem amarras para consumir e “ser”.

De um modo geral, o mercado de trabalho também é radicalmente transformado nesse contexto mediado intensamente pela tecnologia. Os termos flexibilidade, mobilidade e agilidade são a tônica de experiências diversas, que têm como pano de fundo o fim do horário regular de trabalho, o uso crescente do trabalhador em tempo parcial, como temporário ou subcontratado, e uma requisição contínua de novos atributos dos envolvidos. Esses arranjos, que não são por si mesmos insatisfatórios (já que uma certa flexibilidade traz benefícios aos

trabalhadores, pelo menos em contraposição à rotina/controlada *fordista*), têm agregado efeitos decisivamente negativos do ponto de vista da população trabalhadora como um todo. E, sob tal prisma, não se devem considerar apenas as estatísticas que remetem aos níveis salariais cada vez mais baixos, ao desemprego estrutural, à perda dos direitos trabalhistas, à insegurança no emprego, mas a um conjunto de outras transformações cotidianas que implicaram uma intensificação dos processos de trabalho e uma aceleração do binômio desqualificação-requalificação inerente ao movimento da produção, que imprime novos ritmos à vida dos sujeitos e ao modo como se relacionam (MANCEBO; LOPES, 2004).

No trabalho, supõe-se um homem capaz de enfrentar eventos – aquilo que ocorre de maneira imprevista e surpreendente, ultrapassando a capacidade automatizada de assegurar sua auto-regulação (ZARIFIAN, 1999) – e, no limite, a competência profissional se desvincularia de pré-definições de tarefas a efetuar no posto de trabalho, de qualquer possível trabalho prescrito, exigindo do trabalhador um conjunto de habilidades sempre abertas e por se fazer, mobilizadas pelo indivíduo em cada situação concreta, emergencial ou não, cabendo ao trabalhador mobilizar-se – sua inteligência, seus recursos criativos, as potencialidades, desejos e valores, enfim, sua subjetividade – para alcançar os objetivos de sua atividade.

Assim, do mesmo modo como se assiste aos novos contornos que se desenham em torno das relações produtivas das sociedades contemporâneas, a uma produção maleável e individualizada, à valorização dos trabalhadores qualificados polivalentes, à flexibilização da organização do trabalho, à implementação de horários indefinidos de trabalho e à precarização dos vínculos

trabalhistas, também se presencia a convocação irrestrita da subjetividade do trabalhador para o centro dos processos de trabalho (MANCEBO; LOPES, 2004).

Toda esta conjuntura de reestruturação das práticas socioprodutivas e de reconstrução das relações trabalhador/organização produtiva/sociedade apresenta, evidentemente, descompassos imensos conforme o país em questão.

[...] no Brasil, a baixa prioridade atribuída historicamente à capacitação tecnológica, aliada aos efeitos da crise sobre o investimento, que terminaram por retardar o processo de modernização e a difusão de novas tecnologias e técnicas organizacionais, são os determinantes mais diretos da relativa permanência de processos de trabalho convencionais, assentados sobre o princípio *taylorista* da separação entre o saber e o fazer (CARVALHO, 1993, p. 55).

Desse modo, observam-se no País, salvo exceções setoriais, processos de trabalho com baixo grau de automação, organizados com base na fragmentação das atribuições e na constituição de postos de trabalho com tarefas simplificadas, cuja participação no processo inovativo, quando ocorre, é marginal.

Entretanto, o fato de um país não haver incorporado muitos dos avanços tecnológicos no campo produtivo não o coloca fora do sistema econômico tecnologizado e de seus efeitos mais gerais. Com a multiplicação das redes de comunicação e informação, por meio dos insumos produzidos pelas conquistas das novas tecnologias microeletrônicas, a rapidez dos fluxos na rede mundial tornou obsoletas transações com dinheiro. Tal mudança, associada a outros aspectos, promoveu uma decrescente efetividade das políticas econômicas nacionais, como revela Santos (2002), ao apontar para o fato de que, com a globalização, parte substancial do Estado se desmonta, uma vez que se torna refém das grandes empresas, dada a sua capacidade de mobilidade respaldada pela ferramenta tecnológica que discretiza as relações de produção no espaço geográfico,

concretizando-as no espaço virtual. Assim, as corporações estabelecidas por todos os quadrantes do planeta ganharam um poder de ação sobre os sistemas econômicos, políticos, culturais, bem como sobre a opinião pública local, produzindo um sistema societal mais dependente das operações e finanças internacionais.

A conversão para a forma eletrônica das informações e dos diferentes tipos de conhecimentos codificados reduz os custos associados aos recursos físicos e energéticos, bem como de tempo e espaço destinados à produção. A informação e o conhecimento, ao assumirem um importante e estratégico papel na nova ordem econômica, tornam-se fontes inesgotáveis de acumulação de riquezas. O “telecomércio”, as “telerreuniões”, a “telepresença” eliminam a prerrogativa de ocupação dos espaços físicos. Além disso, a própria maneira de cobrar pelos bens e serviços teleinfocomputotrônicos altera a relação do homem com o dinheiro, na medida em que o dinheiro eletrônico (ou digital) torna-se a nova moeda em diversas partes do planeta. Com efeito, os impactos do crescimento das novas formas de transações financeiras, de telecomércio, de teletrabalho etc. alteram o conceito de espacialidade econômica e reformatam sua dimensão, de física para informacional.

Os variados complexos tecnológicos fornecem, ainda, uma base material para que se delineie um mundo culturalmente convergente, um sistema global de concentração de cultura, poder e riqueza e um planeta interativo em seus esboços de gestão planetária, que geram, inexoravelmente, alterações no sentido de vida, nos valores, nas referências, nos usos e costumes da sociedade. Na observação de Dreifuss (2003):

Vivemos a metacionalização cultural e societária em escala mundial, convivendo, lidando ou se impondo nos espaços restritivos de dimensões sociais, étnicas, religiosas, nacionais. Vive-se também uma experiência

humana única, em seu começo recente, tanto em tempo quanto em possibilidades e instrumentos de uso e memória para apreender e informar (p. 117)

A “metanacionalização da cultura” acarreta, portanto, mudanças significativas nos padrões de vida e no próprio sentido da existência, pelo menos para a parcela da população mundial imersa em padrões de relações digitalizadas. Tenta transformar os indivíduos em consumidores-geradores-disseminadores de informação, faz emergir novos referenciais para se pensar a configuração societal, assim como a constituição da subjetividade, tudo isso pela experiência da inter-relação que se torna factível por intermédio das redes microeletrônicas.

Outro aspecto relevante na discussão sobre os impactos tecnológicos refere-se aos novos arranjos do espaço e do tempo, cunhados na atualidade, diante da assustadora velocidade com que se pode vencê-los, da compressão espaço-temporal (HARVEY, 1994) que vem afetando o ritmo de vida dos cidadãos.

Na realidade, é possível perceber, já no século XVIII, os primeiros grandes impactos dessa compressão, provocados pela materialização gradativa das modernas sociedades capitalistas, com a Revolução Industrial e suas máquinas, a desmontagem do trabalho artesão e a difusão do trabalho fabril. No entanto, é no final do século XX, após sucessivos processos de reestruturação do sistema social capitalista, com os desenvolvimentos da microeletrônica, com as possibilidades ampliadas de veiculação da informação e com o incremento das interconexões globais, que se instala uma dinâmica na qual a velocidade do tempo e o encurtamento espacial ganham dimensões extraordinárias, imprimindo ao conjunto da sociedade a sensação de se estar vivenciando o “loop de uma montanha russa”,

tão bem caracterizado por Sevcenko (2001), ao se referir à “corrida para o século XXI”.

Por fim, é preciso registrar que os efeitos das novas tecnologias se abatem também sobre os organismos biológicos, transfigurando-os em organismos cibernéticos, construídos a partir de matéria orgânica gerada em laboratório, próteses médicas, produtos químicos, imagens artificiais e dispositivos de comunicação. A imagem do *ciborgue*, misto de ser humano e máquina, vai pouco a pouco ganhando consistência, desde o final do século XX.

2.3 Subjetividade e tecnologia

Na sociedade contemporânea, a experiência de estar no mundo está atravessada pela intermediação maquínica e informacional. Nessas condições, o sujeito está ancorado às formas de regulação e reprodução social governadas pelo complexo sistema “fagocitador” teleinfocomputotrônico.

A subjetividade não é uma essência interior do homem, ela se dá como processo, na ação objetivada de cada indivíduo. Os sentidos ganham sua efetividade na *práxis* humana, em sua objetivação no mundo. Nessa relação, a confirmação da identidade do homem, sua individuação, corresponde à objetivação de suas forças essenciais, seus potenciais de ação, que se corporificam em seus produtos, ou seja, em seus objetos, resultados de sua ação criadora. Esses objetos falam de seu criador como uma forma de confirmação de sua capacidade subjetiva. Nas palavras de Marx,

O sentido musical do homem só é despertado pela música. A mais bela música nada significa para o ouvido completamente amusical, não constitui nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das

minhas faculdades. Portanto, só pode existir para mim na medida em que a minha faculdade existe para ele como capacidade subjetiva, porque para mim o significado de um objeto só vai até onde chega o meu sentido (só tem significado para um sentido que lhe corresponde). Por conseqüência, os sentidos do homem social são diferentes dos do homem associal. Só através da riqueza objetivamente desenvolvida do ser humano é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjetiva humana (o ouvido musical, o olho para a beleza das formas, em suma, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades humanas). De fato, não são apenas os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra, a sensibilidade humana é o caráter humano dos sentidos, que vem à existência mediante a existência do seu objeto, através da natureza humanizada. (MARX, 1981, p. 199).

A natureza, tornada objeto nessa relação, constitui-se *para* o homem. Na sociedade da informação, a natureza, transformada em bits, deixa de ser objeto para o homem, uma vez que não resulta da *práxis* do sujeito, o que produz o estranhamento. No momento em que as relações passam a ser determinadas pela sociedade em rede, a produção da subjetividade é absolutamente desterritorializada. Na medida em que a informação passa a ser o ícone do capital, as técnicas de informação não geram a produção, mas a reprodução. Trata-se então de um deslocamento no ordenamento das produções sociais. É o sistema que diz do sujeito, que produz, cria e se apropria dos resultados das atividades vitais dos homens, o que implica o condicionamento do próprio processo de subjetivação, marcado pela relação alienada e estranhada – dos homens com seus produtos, dos homens entre si e do homem consigo mesmo.

A compreensão da questão da subjetividade só é viável se recorrermos à História e analisarmos o desenvolvimento do indivíduo na dimensão social e coletiva da atividade humana. Assim, o ancoramento em uma ontologia do ser em bases de uma dialética eminentemente histórica torna possível o entendimento do caráter relacional do homem com a natureza, do sujeito com o objeto e até mesmo das relações dos homens entre si e consigo próprios. A subjetividade e os processos de

subjetivação só são compreensíveis se vinculados à *práxis*, fixando-se condições objetivas de sua realização. A íntima correspondência entre objetividade e subjetividade conforma a possibilidade de se pensar o humano.

O fundamento dessa dialética histórica é que o homem não pode ser descrito em sua estaticidade ou estagnação: a característica do ser humano é o movimento constante e absoluto de tornar-se. Em sua emergência histórica, no seu fazer, em suas operações concretas e objetivas no mundo, o homem se reconhece em si mesmo. Desse modo, é exatamente na *práxis* histórica que as diferentes formas de objetivação possibilitam novas formas de subjetivação. Importa ressaltar que não há uma precedência entre sujeito e objeto, ambos se constituem na processualidade da dialética. Em uma realidade em que a contingência histórica perde seus referenciais frente à obsessiva presentificação do tempo e do espaço, em que sentido podemos falar em *práxis* histórica? Quais são as condições para a produção da subjetividade?

A “essência” do homem, se é possível assim dizer, é o mundo no qual se insere, ou seja, a sua sociedade. Somente nesse contexto podemos compreender a determinação da consciência humana, pois o meio, a sociedade, é o substrato concreto no qual o homem, constitui o ato singular de fundação da subjetividade. O homem, ao tomar consciência de si próprio como ser social, como sujeito e objeto do vir-a-ser histórico e social, funda a realidade. Como produto do sujeito, a realidade social se constitui a partir do somatório de “formas de consciência social” decorrentes da atividade objetiva dos homens no seu meio social. Em outras palavras, a produção de conhecimento, saberes, idéias e concepções está ligada à atividade humana objetivada, conformando o sentido da vida concreta, real. Para Marx, os homens são os produtores de seus conceitos, de suas idéias, de sua

subjetividade e objetividade. É assim que o conjunto de idéias e representações sociais, políticas, jurídicas, econômicas, morais, filosóficas e estéticas dos homens em uma determinada sociedade conforma as diferentes formas de consciência social a que chamamos ideologia.

A ideologia tem um importante papel nas configurações societárias, uma vez que representa o conjunto de imagens, conceitos e valores de uma sociedade, que são internalizados naturalmente pelos indivíduos de modo a determinar as opiniões e atitudes do sujeito; logo, a ideologia tem papel decisivo na determinação da subjetividade humana. Tal como afirma Rego (1981), “Podemos dizer, então, que a ideologia não é a construção abstrata de um indivíduo ou de uma classe, está intimamente relacionada com a estrutura de uma dada sociedade” (p. 25). O conteúdo e o sentido que os homens atribuem a seus atos são sempre originários do seu próprio imaginário ou do imaginário coletivo do grupo ao qual pertencem. A ideologia comporta esses dois aspectos, constituindo-se como fonte de identidade capaz de fornecer os elementos necessários para a existência e reprodução dos sistemas de representação, valores e normas da sociedade. O homem capta a realidade e dela se apropria com todos os sentidos, e esses sentidos têm a sua história. Para as representações e os ideais sociais serem socialmente eficientes, necessitam também sê-lo subjetivamente. A necessidade subjetiva da ilusão, do ideal no homem, suscita a elaboração de seus projetos de intervenção no mundo. Um ideal sempre contém uma promessa de realização. Os ideais sociais, apoiados em símbolos e mitos, transcendem finalidades particulares e adquirem o estatuto de um ideal comum, e essa elevação dos objetivos ao nível do universal, do genérico, essa forma universalizante é que marca o sistema capitalista. O capitalismo somente pode operar como sistema de produção universalizando-se. Sua manifesta

tendência a modificar os outros modos de produção, suplantando-os e se implantando no mundo como um todo, atesta de modo preciso a forma da universalidade. Hoje, por exemplo, quando se fala em globalização, quebra de barreiras, planetarização, está-se operando com signos representantes do ideal universal. Essa forma de apropriação dos ideais sociais faz com que a subjetividade seja predominantemente expropriada, pois, sob o signo da igualdade, da universalidade, o sujeito passa a operar no mundo com um imaginário e um estatuto simbólico externos a si. Daí a desterritorialização da subjetividade, isto é, uma subjetividade que se virtualiza, gerando o estranhamento das relações inter-humanas.

Poder-se-ia afirmar que assistimos a uma “excorporação” da faculdade humana de interpretar e significar o mundo individualmente. Não se questiona aqui a relevância de um programa interativo que permite que viajemos a todos os lugares do mundo com apenas o ato de tocar uma tecla, que nos comuniquemos com todas as pessoas do mundo transpondo barreiras culturais, espaciais e temporais³. Se por um lado os inovadores sistemas de comunicação e informação aproximam as pessoas, por outro as afastam, encarcerando-as diante de uma tela, cujas janelas para a contemplação do mundo passam a ser as imagens ali projetadas. As relações do homem com o mundo passam a ser engendradas por maquinismos muitas vezes ruidosos, isolando o sujeito à simples experiência de computar. Desse modo, limita-se o vasto campo de aplicação do potencial humano, do saber humano, da criação. O cultivo da vida em sociedade, a troca direta de saberes, informações e conhecimento produzidos pelos homens (não mediatizada

³ Ver: VIRILIO, Paul. **A inércia polar**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

por próteses-mercadorias) concedem ao homem a oportunidade ímpar de vivenciar o ato de criação de subjetivação e de transformação objetiva. A apropriação global dos sentidos humanos em face da cultura mundializada condiciona o homem às processualidades do sistema do qual faz parte, impondo novas condições de vida, ditando normas de ser e estar no mundo. Sob esse aspecto, Kosik (1995, p. 126) nos oferece uma importante reflexão:

O homem não existe sem “condições” e só é criatura social através das “condições”. O contraste entre o homem e as “condições”, o antinomismo da consciência impotente e das onipotentes “condições”, consiste no contraste entre as “condições” isoladas e o íntimo obscurecimento do homem isolado. O ser social não coincide com a situação dada, nem com as condições, nem com o fator econômico, os quais – considerados isoladamente – são aspectos deformados deste mesmo ser. Em determinadas fases do desenvolvimento social, o ser do homem é transtornado, já que o aspecto objetivo de tal ser se transforma – sem o qual o homem perde sua própria humanidade e se transforma numa ilusão idealística – é separado da subjetividade, da atividade, das potencialidades e possibilidades humanas. Nesta transformação histórica o aspecto objetivo do homem se transforma em uma objetividade alienada, em uma objetividade morta, desumana (as “condições” ou o fator econômico) e a subjetividade humana se transforma em existência subjetiva, miséria, necessidade, vazio, em uma possibilidade meramente abstrata, no desejo.

A essência do homem é o seu mundo, ou seja, a sociedade. A condição humana e o caráter social do homem consistem fundamentalmente na objetivação de seus projetos pessoais, subjetivos, produzindo a si mesmo e a seu mundo. Em outras palavras, é na unidade dialética da objetividade e da subjetividade que se aloca a essencialidade do homem, isto é, o processo de criação de si mesmo como ser histórico-social, por meio do trabalho como intervenção criativa. Sobre essa atividade se constituem os sentidos e as qualidades humanas correspondentes ao complexo social. Com o trabalho, o homem se funda como ser pensante, capaz de criar a realidade e, sobretudo, sendo capaz de destacar-se dela, procurando encontrar o seu próprio lugar no universo. E, em assim sendo, é capaz, dada a sua plasticidade, de superar a si próprio, não se encerrando em si e em seu próprio

mundo amesquinhado. Transcende seus próprios limites quando é livre para semantizar o mundo a partir de suas potencialidades.

É no campo da valorização da uniformidade, cuja face se apresenta camuflada pelo signo da coletividade, que se afirma a lógica do progresso encetada pelo discurso cientificista capitalista na sociedade tecnológica. Por esse prisma, a realidade social passa a ser avaliada por um modelo global segundo o qual todas as classes sociais, todos os povos e culturas devem alinhar-se via complexos telemáticos. Ao acompanharmos a história das sociedades opressoras observamos que o progresso técnico se faz, a cada instante, sem a concomitância da evolução humano-social, uma vez que o próprio sistema de produção sustenta a organização de uma sociedade estratificada. Não questionamos aqui as diferenças inerentes a cada homem, que traz sua singularidade e especificidade na intervenção com o mundo, mas o uso que se faz dessas diferenças por um sistema que submete o sujeito a uma condição servil, apropriando-se de sua liberdade e singularidade. O grande paradoxo da atualidade reside na incompatibilidade de seu discurso ideológico com sua prática. Ao mesmo tempo em que se exalta a possibilidade da livre competição, da livre informação, da liberdade de pensamento, da democracia, a hierarquia da sociedade de classes enquadra o sujeito num sistema universalizante, englobante, ou melhor, globalizante. Essa concepção de mundo visando a inevitável universalização do capitalismo capturou as categorias vitais do sujeito. Assim, a apropriação do progresso, do desenvolvimento tecnológico pelo capital afasta o homem da possibilidade de intervir nesse “admirável mundo novo” de forma livre: sua ação está sempre condicionada a uma determinação externa, que representa uma produção de valores cujos sentidos norteadores são calcados nos signos do dinheiro, do poder, da mais-valia e do valor-de-troca.

A *práxis* como esfera do ser humano, como condição de existência do sujeito, é o processo de elaboração da realidade humano-social. Ela se manifesta tanto na atividade objetiva do homem, ao transformar a natureza, marcando o sentido humano, como na formação da sua subjetividade, na qual os sentimentos humanos como tristeza, alegria, medo, angústia tomam o estatuto de uma vivência ativa, como parte fundamental e necessária para o processo de realização da emancipação humana, da liberdade humana. É na *práxis* que o homem se abre para a realidade que funda e para a capacidade de transcendê-la; a *práxis* viabiliza a “abertura do homem diante da realidade e do ser.” (KOSIK, 1995 , p. 226). O ser se abre para o mundo com um projeto de intervenção que o funda e o recoloca no mundo com novo significado, criado por essa imbricação, porquanto homem e mundo se complementam.

A sociabilidade contemporânea é marcada pela apropriação capitalista tecnológica, em que todos os dispositivos técnicos informacionais são utilizados para seduzir o homem frente às facilidades que esse admirável mundo interativo oferece. Ainda que consideremos as amplas portas abertas para a possibilidade do exercício da cidadania e democracia tão sonhadas, baseado no princípio da liberdade total de criar, trocar e escolher informações e conhecimentos por meio da Internet – para alguns, a Babel contemporânea –, há que questionar se a aposta em uma navegação efetivamente livre pelo espaço computotônico é o propósito do capitalismo tecnológico. Os equipamentos multimídia para a transmissão da informação, como alicerces sobre os quais se edificam novas formas de relações entre os homens, trazem ainda a marca de um sistema que visa à acumulação de riqueza, poder, dinheiro e também saber.

A vida pessoal, as relações e produções pessoais passam a ser imperativamente determinadas pelo frenesi das emoções descartáveis. O tempo para se criar e se experienciar o produto da criação humana contrai-se de modo irrefreável, em função de outras necessidades muito mais emergentes e que consistem em usufruir ao máximo das “facilidades” do mundo da produção e do consumo imediato. Também o intelecto deve se adaptar à ideologia da instantaneidade, em que a urgência da informação passa a ser a mola mestra.

A dependência cada vez maior de uma ininterrupta produção de bens descartáveis (tanto materiais quanto simbólicos), para um consumo também fugaz e efêmero, em que competitividade, lucratividade, êxito e eficácia são diretrizes básicas para a geração de riquezas assentadas sob o signo do dinheiro-rei gera um complexo processo de produção que viabiliza a consagração de um sistema de informação hegemônico, tal como atesta Souza Brasil (1997). Poder, riqueza, tecnologia, progresso, ciência e dominação se articulam para a estruturação de uma máquina política que funciona para satisfazer o ideal universal que subscreve a forma capitalista, âncora da sociedade contemporânea. O superdesenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e informação inunda o mercado mundial, determinando transformações significativas no ambiente social em todos os seus campos, de modo que a oferta de bens para consumo estende-se também e, principalmente, ao setor das teleinfocomunicações.

O êxito do projeto capitalista culmina exatamente com o apogeu do século tecnológico, em que o fenômeno da transmissão da informação derruba toda e qualquer fronteira espacial, temporal, geográfica, permitindo a colagem ou, por que não, a *clonagem* de um universo simbólico global ao universo social histórico, de tal

forma que a uniformização planetária faça parte de um projeto de entronização tecninfosocietária no qual a estratégia para a disseminação do poder passa pelos dispositivos informacionais e comunicacionais que acondicionam o homem a uma nova experiência vivencial e existencial, da qual o complexo “teleinfocomputrônico” passa a ser o gestor social. A implantação de um sistema de apreensão da realidade sustentado pelas tecnologias de processamento de informação, comunicação e conhecimento transforma significativamente os espaços do cotidiano humano. A apropriação pelo capitalismo tecnológico dessa nova linguagem, desses novos sistemas informativos e mundializados de comunicação e interação sociais originários de vocalizações polifônicas reformata o espaço-mundo humano para um mundo virtual.

Se por um lado, a viabilidade de um complexo e desenvolvido sistema gestor de uma sociedade tecnologizada pode constituir-se como dispositivo que faculta o exercício de uma efetiva democracia cooperativa, em que se abre espaço para uma maior disseminação dos benefícios tecnológicos nos quais “marinheiros de primeira viagem” possam navegar pelo ciberespaço, trocando e compartilhando informações e potencializando a criação de novos processos de interação pessoal, por outro, atestamos a consolidação cada vez maior de um regime utilitarista e ditatorial, que reforça as *performances* de relações despóticas e arbitrárias, aparentemente igualitárias, implantando um sofisticado sistema de controle e manipulação dos indivíduos e de seus imaginários, bem como de seu viver.

A concepção do homem emergente no espaço contemporâneo revitaliza com toda força e vigor o êxito do projeto capitalista. O empreendimento tecnológico, grande véu do aparelho produtivo, a exaltar a tecnocracia, a computopia e a

interatividade como atributos de uma sociedade em crescimento esconde, por trás de seus sedutores atrativos, os efeitos reais de um programa em que a liberdade econômica, a disseminação da (livre?) informação, a adoração ao “mito Internet” são, na atualidade, grandes ícones. Tal situação reedita, sob novas (e sofisticadas) formas, a efetividade de um grupo social cuja prosperidade assenta-se sob estratégias de repressão e ocultamento dos miasmas contraventores de sua ascensão, que se expressam nas históricas questões da exploração, dominação, miséria, pobreza, tanto no nível objetivo quanto subjetivo da dimensão humana.

As *performances* do aparato técnico, que invadiram nossas vidas, fazem do princípio de realidade o princípio da instantaneidade. Esse advento revela o primado do mundo das imagens sobre o mundo das coisas, atestando uma nova conformação da realidade na qual o tempo supera o espaço. Virilio (1993) considera que o espaço de representação do real vai perdendo sentido no mundo contemporâneo. Os recursos para a apresentação direta dos fatos e acontecimentos, viabilizada pela “videoscopia” e pela “computopia”, deslocam o estatuto do tempo e do espaço, obsoletizando-os como condições essenciais para o delineamento historiográfico do sujeito. A evolução constante dos complexos “teleinfocomputotrônicos” leva à superação do espaço pelo tempo. Como afirma Virilio, “[...] o vídeo participa ativamente na constituição de uma localização instantânea e interativa, de um novo ‘espaço-tempo’ que nada tem em comum com a topografia, com o espaço das distâncias geográficas ou simplesmente geométricas” (1993, p. 13). O afloramento de uma realidade teleguiada e computologizada revoluciona o sentido tanto do sujeito quanto do objeto na representação do real.

A revolução tecnológica que fez da informática/telemática o alicerce da sociedade contemporânea também faz com que a percepção do mundo não seja nada mais que um resultado do movimento hiperveloz das interconexões teleinfocumputotrônicas, o que leva a uma miniaturização da plenitude da experiência dos sentidos humanos.

O caráter ondulatório da realidade, em que o critério do valor real dos fatos e acontecimentos é determinado pela velocidade da informação, acarreta paradoxalmente um “pólo de inércia”, no qual

[...] tudo se concentra no mesmo lugar, tudo se joga no instante privilegiado de um ato, instante desmesurado que toma o lugar da extensão e das longas durações. Não já um campo de golfe, mas um jogo de vídeo; não já uma pista de automóveis, mas um simulador de corrida: o espaço já não se estende, o momento de inércia sucede à deslocação contínua (VIRILIO, 1993, p. 33).

Essa experiência de excorporação do potencial humano faz emergir um sujeito auto-referenciado, auto-centrado, egocêntrico, exclusivista, limitado para a inter-relação. A perda da “exo-centragem territorial” é proporcional ao aumento da “ego-centragem comportamental” do homem. O espaço para uma sociabilidade efetivamente democrática sucumbe no esvaziamento e conseqüente estaticidade do espaço-mundo histórico. O ambiente virtual, a presença virtual, o tempo virtual, o imaginário virtual nos encaminham progressivamente para uma negação do próprio ser.

Nessas condições, o homem passa a viver na perspectiva dos sistemas eletrônicos inscritos em uma temporalidade em que a difusão instantânea da informação prescinde da materialidade do mundo. Virilio, em *O Espaço Crítico* (1995), demonstra como a arquitetura e as políticas urbanas contemporâneas

expressam a ressonância dessa difusão tecnológica, uma vez que a inscrição da cultura, dos sistemas de referência e representação do mundo não tem lugar no espaço construído pelo tecido social, porquanto o próprio espaço sucumbe à medida que a interface homem/máquina elimina a noção de extensividade do meio como protocondição para a emergência do ser e de sua materialidade. A reconfiguração do espaço-tempo altera significativamente o cotidiano humano, pois

[...] devemos observar que, a partir do momento em que abrimos não somente a janela como também a televisão, o dia modificou-se: ao dia solar da astronomia, ao dia incerto da luz de velas e à iluminação elétrica acrescenta-se agora um “falso-dia-eletrônico”, cujo calendário é composto apenas por “comutações” de informações sem qualquer relação com o tempo real. Ao tempo que passa da cronologia e da história sucede, portanto, um tempo que se expõe instantaneamente (VIRILIO, 1993, p.10).

O mecanismo de presentificação permanente do tempo obsoletiza o espaço, encarcerando-o nos limites da tela maquínica. As criações planejadas, os projetos, a ação interventora, quando não circunscritos ao tempo técnico, isto é, a um tempo de duração eletrônica, acoplado a um programa, são exilados, deportados, esvaziados de sentido. Dessa maneira, a realidade geopolítica se dissolve na imaterialidade das redes eletrônicas. A emergência de um novo contato, que se estende para além das fronteiras espaciais dos povoados, cidades, países, determina um novo tipo de relação social: a “comutação”. “Na interface da tela, tudo já se encontra lá, tudo se mostra na imediatez de uma transmissão instantânea” (VIRILIO, 1993, p. 13). Essa intercambialidade entre os espaços via interface da máquina faculta a acomodação do homem às suas “telas”, demarcando os limites para as inter-relações digitalizadas, nas quais a impenetrabilidade topológica é velada pela acessibilidade eletrônica. O espaço existencial do homem se resume à tela, que o confina a uma nova experiência do tempo, absolutamente distante de qualquer demarcação

cronológica. O espaço-tempo tecnológico sofre uma compressão e passa a ser medido em horas consumidas em frente à “telinha”. Nessa configuração, o “teletrabalho”, a “televisagem”, o “telespectador”, a “teleconsulta médica” etc. passam a ícones ordenadores do *modus uiuendi*, bem como do *modus operandi* dos indivíduos, com suas sedutoras teorias que levantam a bandeira da tecnologização como mola propulsora de uma vida cômoda, facilitada, ociosa, dominada pela “lei do menor esforço”, desprovida de uma finalidade que abra perspectivas para o ser.

Os novos regimes de temporalidade e espacialidade, frutos de um capitalismo que fetichizou a técnica, delineiam uma total abstração da condição humana pela relação estabelecida entre o homem e seu meio, o que se dá por intermédio de interconexões sistêmicas que processam as representações do mundo e oferecem como resultado a virtualidade, pronta para seu desfrute, livre das ameaças que o meio externo sempre ofereceu à humanidade. Os argumentos sedutores que nos levam a experimentar as sensações de uma navegação ciberespacial ocultam, atrás da já mencionada cortina ideológica da dominação, as tramas engendradas por um avançado sistema de comunicação e informação, que reconfigura, reestrutura e reformata sob um mesmo signo o mundo do capital e a codificação de seu sistema de mais-valia.

Não questionamos o progresso, o desenvolvimento tecnológico como fontes fecundas para a evolução da civilização. Discutimos a apropriação que tem lugar em um imperceptível sistema de controle e dominação que quanto mais se sofisticava com a técnica menos se torna aparente. Sob a falsa transparência de um sistema interativo democrático que faculta o livre intercâmbio entre homens, pode-se

estabelecer um perverso mecanismo para manipular mentalidades que se torna um poderoso instrumento de dominação.

A invasão tecnológica em todos os domínios da vida humana atinge não só a atividade produtora, mas também o próprio lugar da construção do sujeito, de modo que a existência humana somente é possível a partir do acoplamento de próteses interativas. O valor da tecnologia reside no fato de que sua materialização em tecnologias sociais atende às necessidades-desejos dos indivíduos, como se cada prótese, como se cada artefato representasse uma extensão do mundo, condição necessária para a efetivação da vida humana. Em uma realidade por si só suficientemente saciadora das demandas humanas, o cidadão, ilusoriamente realizado, não dispõe integralmente de sua inerente capacidade de intervir na vida, e assim dispensa o árduo trabalho de pensar criticamente sobre os fatos e acontecimentos norteadores de seu viver. Tal mecanismo favorece a disseminação da univocalidade ideológica da dominação e do controle. E a grande questão na análise do primado da informação globalizada reside no fato de se saber “quem enuncia”.

Em uma sociedade determinada pelo consumo tecnológico, o simbólico é subsidiário dos sistemas universalizantes de informação, em que cada sujeito cria e recria um espaço para a satisfação imediata de seus desejos, alicerçando sua existência sobre o mito de uma entronização societária democrática. O espaço para um encontro polissêmico real afasta-se cada vez mais da sociabilidade contemporânea.

Embora reconheçamos as transformações ocorridas nos processos de produção e das relações sociais sob condição capitalista presentes na sociedade informacional, consideramos que as construções de suas narrativas mantêm o conceito marxista de totalidade histórica, o que equivale a dizer que o que temos hoje é a mesma forma capitalista, somente redefinida na enunciação de seus discursos, sem contudo recusar os fundamentos da mais-valia e modos de apropriação. Assim, não estamos em outra forma especial de produção econômica e simbólica, mas na mesma e velha conhecida formulação capitalista, embora fruto de outra determinação histórica (SOUZA BRASIL, 1997, p. 255).

Estamos diante de uma realidade em que o imperativo e a onipresença da informação são marcados pelo paradoxo da instrução e da reprodução. Na medida em que a comunicação se tornou possível em escala planetária, divulgando instantaneamente o que se passa em qualquer lugar, torna-se mais fácil se comunicar com quem está longe do que com o vizinho. A informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pelos sistemas teleinfocomputotrônicos. A subjetividade, de fato, ganha novos contornos.

2.4 Tecnófilos e tecnófobos: breve discussão teórica

Lévy (2000), referência obrigatória nessa discussão, analisa com perspicácia as implicações da revolução digital, buscando nela – como seria de esperar do seu feitio contracultural – não a estrada real do triunfo tecnomercadológico, mas as sendas ou desvios que podem propiciar uma leitura mais otimista e dignificante, em termos de apropriação individual, criativa, dos novos recursos comunicativos que se abrem com o espaço cibernético. De acordo com o autor, a revolução tecnológica não só torna obsoletos os conhecimentos e o saber-fazer tradicionais: a habilidade de usar a força produtiva dos processadores de símbolos por meio da inteligência coletiva possibilita a apropriação, por indivíduos e grupos, das alterações técnicas

com efeitos de exclusão menores, gerando dispositivos de comunicação interativos, comunitários, descompartimentalizados e emancipadores. Assim, a emergência do ciberespaço favoreceria uma evolução da civilização que abriria possibilidades sociais e culturais potencializadoras de novas interfaces homem-mundo.

Ainda que Lévy (2000) aponte para a ambivalência gerada por essa nova ordem social, considerando que a inteligência coletiva apresenta-se como “remédio e veneno da cibercultura”, suas considerações tendem a reforçar o argumento de que a revolução informacional, a sociedade em rede, a cultura da interface trazem em seu bojo um aspecto de libertação, ao permitir que textos e imagens de todos os tipos circulem em grande escala por todo o mundo. Desse modo, para ele, a consciência torna-se planetária, partilhada universalmente; hábitos, pensamentos e valores se consagram, viabilizados por um sistema informacional que integra todos os horizontes mundiais como pertencentes a um único sistema comunicativo, e a cidadania pode se expandir pelo exercício da tecnodemocracia. Em síntese, a cibercultura seria revolucionária e progressista, além de colocar os homens numa posição de cidadãos do mundo.

No entanto, Lévy é uma voz dissonante frente aos críticos da virtualização do cotidiano. Suas idéias sobre o *cyberspace*, como um meio através do qual é possível se consolidar a tecnodemocracia – uma nova formação política, o desenvolvimento de comunidades inteligentes e capazes de se autogerir – têm provocado muitas contestações.

Primeiramente, há os que argumentam que, no contexto da cultura da interface, a exclusão, o isolamento, a subordinação tornam-se formas de dominação para aqueles que dela não participam. A sociedade tecnológica não é totalmente

homogênea e, para muitos autores, diferentemente do que argumenta Lévy (2000), não promove a igualdade. Há práticas culturais, políticas e moral-religiosas distintas, a manifestar-se como gradações fractais de mundos, mesmo no interior de um mesmo país. Assim, pode-se localizar a concentração de uma vida *high-tech* e de bolsões de miséria e pobreza co-habitando um mesmo espaço geográfico, realidade que, tomada como um todo, em nada se parece com uma “comunidade” inteligente.

No Brasil, por exemplo, não há como deixar de demarcar os imensos hiatos sociais, nos quais se podem verificar áreas urbanas de excelência, internacionalizadas e tecnologicamente mediadas, e outras completamente desfavorecidas, caracterizadas pela total ausência dos novos sistemas tecnológicos. Sobre o tema, é ilustrativa a consulta ao "Mapa da Exclusão Digital", estudo realizado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (2003), a partir dos dados do Censo 2000, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001 e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que chama atenção para o fato de que somente 12,46% dos brasileiros têm computador em casa e só 8,30% dispõem de acesso doméstico à Internet.

Os críticos argumentam ainda que o ciber mundo, a despeito da aparência de um universo sem fim, informal, imaterial, conseqüentemente sem fronteiras, se transmuta quando analisado sob a perspectiva mais ampla do capitalismo organizado e suas novas formas de controle. Nesse caso, conforme a percepção dos críticos (VIRILIO, 1995, por exemplo), mesmo para os que compartilham das novas tecnologias, há limites, asfixias, condições, e a imagem de uma “inteligência coletiva” aparece tão-somente como uma possibilidade virtual ou fantasmagórica do ciberespaço (RUDIGER, 2004).

Obviamente, não se trata de assumir a postura dos tecnóforos, nos quais a crítica transforma-se em paranóia, pois a tecnociência é tomada como uma reestruturação das tentativas de controle total sobre o homem. Todavia, não são poucos os que advertem que, com a eletrônica da vida, a possibilidade de controle aumenta exponencialmente, podendo ultrapassar amplamente o da polícia e o dos serviços secretos.

Outra crítica nada desprezível diz respeito à qualidade e quantidade de dados e informações. O computador contemporâneo, cada vez mais “plugado” em redes globais de informação, cria a necessidade de penetrar as dobras sociais e desenvolver novas linguagens para descrever a realidade. O fato é que se vive em uma sociedade cada vez mais moldada por eventos de uma nova qualidade, produzidos no ciberespaço – que é invisível e fora de nossa apreensão perceptiva. O único acesso ao universo de zeros e uns se dá por meio da interface. O mundo novo e luminoso do espaço-informação desponta como um marco ordenador da cultura tecnológica.

O espaço que agora se apresenta através do novo veículo de contato com o mundo não é uma paisagem de árvores, oceanos, pássaros, mas uma “paisagem de informação”, configurada por palavras, parágrafos, imagens, conceitos, códigos e números. Tal paisagem faz com que o clássico hábito de organizar a informação seja suplantado pela exposição a um sistema que tem por modelo não o lápis ou as máquinas impressoras, mas o modo como a mente humana processa a informação. A máquina deixa de ser prótese e extensão do homem para inserir-se em seu mundo, com uma ambientação que determina sua existência, configurando novas domínios da experiência contemporânea de estar-no-mundo,

[...] traduzindo os zeros e os uns da linguagem digital nas imagens mais conhecidas, analógicas, da vida cotidiana. Essas metaformas, esses mapeamentos de *bits* virão para ocupar praticamente todas as facetas da sociedade contemporânea: trabalho, divertimento, amor, família, arte elevada, cultura popular, política (JOHNSON, 2001, p. 35).

Por fim, sobre a *overdose* de dados, pode-se afirmar que se trata de um processo imanente à história atual. A quantidade de informação gera um mecanismo semelhante ao processo de imunização provocado pela vacina. A imposição permanente de informações leva à neutralização destas por parte do receptor, dada a impossibilidade de seu processamento na instantaneidade. Sobre esse aspecto, encontra-se em Sibilía (2002) uma reflexão acerca da necessidade de se buscar novos esquemas que possam reinventar o cotidiano na realidade digital e garantir a emergência de novas configurações do social. Tais desdobramentos não são previsíveis; os questionamentos da própria autora não apontam precisamente para um ou outro caminho, deixando em aberto “uma série infinita de desdobramentos possíveis” (p. 212) da problemática gerada pela realidade tecnológica. Contudo, as dificuldades não devem eximir que se pense sobre o desenvolvimento das novas tecnologias e a utilização destas como combustível para o capital, assim como sobre os imensos desafios para enfrentar o problema da exclusão e do bem-estar social, uma vez que nunca antes na história houve concentração do capital em tão poucas nações e em tão poucas pessoas.

Como se discutiu ao longo deste texto, o desenvolvimento capitalista atual, que encontra na revolução digital uma grande ferramenta, coloca a produção da informação, sua distribuição e seu consumo como marcos ordenadores das relações econômicas e sociais contemporâneas, por meio da estimulação de uma crescente demanda pelos insumos tecnológicos.

Tal processo, por seu turno, colabora na instituição de uma sociedade de consumo exacerbado, consolida o mercado de forma imanente, modifica processos de trabalho, aprofunda desigualdades sociais e intensifica experiências subjetivas marcadas por transitoriedade, rupturas, caos, descontinuidades e alteridades, constituindo novos registros que marcam a dinâmica dos fluxos sociais contemporâneos e gerando, ademais, um reforço ao individualismo.

Mesmo que se considere que os avanços tecnológicos sejam apropriados desigualmente pelos diversos países e mesmo no interior deles, não se pode deixar de observar, só para citar um exemplo, que a arquitetura do espaço virtual proposta pela cultura da interface estabelece, via *softwares*, inúmeras possibilidades de interlocução e negociação através da tela do computador. Assim, a representação das sociedades e comunidades *on-line* permite a aproximação e a hibridação de diferentes culturas, recriando a vida pública pelas janelas (*Windows*). O questionamento reside em saber se tais instrumentos não acabarão por recriar comunidades confinadas, em cujo centro está o computador. Dessa forma, o grande desafio do novo século passa a ser o da habilitação de uma sociedade economicamente eficaz, na qual se crie espaço para a emergência de uma razão crítica e de um *ethos* em que culturas, sociedades e relações possam assentar-se em uma dimensão polifônica, na qual os grandes ícones sejam o comprometimento com a diminuição da desigualdade social.

É importante ressaltar que tal projeto não pode prescindir de pensar a realidade tecnológica com a sua potencialidade (positiva) de poderoso instrumento de transformação social, mas que deve também ser capaz de refletir a respeito da reificação que tem provocado nos espaços democráticos. Assim, necessitamos

discutir não só os efeitos das inovações da tecnociência, mas também as opções tecnológicas que são feitas. Faz-se urgente retirar esse debate do terreno exclusivo dos especialistas, sejam eles cientistas ou tecnólogos.

A partir dessas premissas, poder-se-ia reivindicar uma sociedade marcada por crescentes avanços tecnológicos mas sem os odiosos traços tecnocráticos, na qual também houvesse crescentes avanços na filosofia e nas humanidades. Uma sociedade em que todas as camadas sociais, em todos os países, tivessem oportunidades simétricas – asseguradas por processos democráticos tanto de âmbito nacional quanto global – de participar da geração, processamento, transmissão e apropriação dos avanços científicos e tecnológicos.

3 AS METAMORFOSES DO TRABALHO E SUA EXPRESSÃO NA REALIDADE DIGITAL

A análise da contemporaneidade, objetivando o entendimento da condição humana no tempo presente, concita-nos a uma reflexão sobre os efeitos do progresso tecnológico em todos os espaços do viver humano o que nos fornece uma importante matriz analítica para a compreensão das relações do homem e o trabalho. Entendemos por mundo do trabalho o mundo da criação, o *locus* onde se opera concretamente a produção do ser e de sua realidade, através da *práxis*. Consiste na condição essencial para que o homem objetivamente atue com base em seu projeto de intervenção na criação de si mesmo como ser histórico-social.

Ao colocarmos em perspectiva o ser social, a questão premente a ser avaliada refere-se ao estabelecimento dos nexos existentes entre o homem e o complexo social no qual funda seu viver, sua realidade, sua identidade, ou dito de outro modo, no qual se estrutura a realidade social humana. Entendemos que esta tem sua expressão máxima nas formas de representação do trabalho, uma vez que o trabalho é ação do homem no mundo através de uma atividade criadora e transformadora que viabiliza a produção mútua do seu mundo e de si mesmo.

Ao longo da história, podemos identificar diferentes formas de expressão do trabalho que marcaram e marcam a escrituração histórica do homem. Na história Ocidental, na Grécia Antiga, encontramos na própria mitologia, o mito de Prometeu, filho de Titãs, portador do Fogo. Este herói arrebatou o fogo do céu para poder dar aos humanos, o que lhes garantiria um próspero futuro, empreendendo com seu trabalho e seu gênio criativo a árdua tarefa de conquista da natureza, assegurando assim a subsistência do homem. A atividade laborativa enquanto instrumento para o

avanço da civilização, como condição para organização e manutenção da vida social, era considerada pelos gregos como uma honra e um bem.

Contudo, com o acelerado processo de conquistas de terras na antiga Grécia, o solo passou a ser distribuído por uma minoria de proprietários e a generalização da escravatura resultante das conquistas bélicas resultou em uma alteração no significado do trabalho, que por ganhar o estatuto de atividade servil, era concebido como atividade não atinente aos letrados e nobres. Se anteriormente a imagem grega do trabalho era representada como uma virtude, uma coisa útil e boa, o descrédito do trabalho com a escravatura toma grandes proporções. A partir do momento em que se implanta um sistema político-filosófico em que a ética das classes dirigentes se resume, tal como descreve Jaccard (1974), na fórmula: “A ociosidade para alguns, o trabalho para todos os outros”, o trabalho perde o estatuto de virtude intrínseca ao ser humano, cabendo somente à plebe e aos escravos a atividade de cuidar da subsistência do seu senhor para garantir a sua própria. Observa-se que, desde a Grécia antiga, já se operava a cisão do sentido do trabalho cujo fim último passa a ser tão somente o de assegurar ao homem a sua subsistência. Tal ruptura elimina uma função insigne que é a de organizar o emprego da energia humana para a criação e transformação do seu mundo e de si mesmo.

Com o Cristianismo, a dignidade ao trabalho é reconhecida pela sua apologia cuja mensagem principal é a necessidade do homem cumprir seus deveres terrestres para a renovação, purificação e melhoramento do mundo. No entanto, quando o cristianismo se tornou a religião do Estado e das classes abastadas da sociedade antiga, as passagens da Escritura que enalteciam o trabalho, definindo-o como um dever, foram ocultadas ou interpretadas de modo adverso, isentando o

homem culto e livre da obrigação do trabalho manual, reservado naturalmente aos escravos e às pessoas de baixa condição. Nesse período, a cristandade perde a idéia do trabalho como atividade que dignifica o homem tão claramente expresso nos textos da Bíblia. Desse modo, tanto a sociedade como a Igreja antiga seguem uma via em que a busca da riqueza, a conquista de honras e de um poder temporal passaram a comandar a ordem social, sendo que estes três objetivos deveriam advir de um sistema produtivo em que caberia à gleba a atividade laborativa.

O sentido do trabalho que poderia congrega, em sua definição, por excelência, a ação e a livre contemplação dessa ação, evade-se dando lugar a uma divisão do trabalho e à organização da estrutura social através de um sistema de classes, o que veio recrudescer e aumentar o hiato entre o servo e seu patrão, entre o camponês e o sábio. Ao nobre, ao dono do saber, ao dono do poder nada mais justo do que o deleite, a contemplação, o desfrute. À plebe, aos servos e escravos estava reservado naturalmente a obrigação do trabalho manual, rural, agrícola, para garantir a manutenção da nobreza com sua intensa vida “contemplativa”.

O princípio da era moderna é marcado pela emergência das técnicas e do aperfeiçoamento do método experimental que conferiram à ciência, à indústria, em uma palavra, à sociedade, um desenvolvimento sem precedentes. Como conseqüência, dentre outros aspectos, do notável avanço técnico e científico uma série de movimentos surgiram que marcaram notadamente a história das sociedades, e em última análise, a história do trabalho. A ciência moderna com o despertar das técnicas inovadoras propiciou meios eficazes para um acelerado desenvolvimento e progresso econômico e social. As novas invenções como

instrumentos facilitadores da vida humana proporcionaram uma maior manipulação e controle da natureza.

Com as idéias introduzidas pelo movimento da Reforma, os apologistas do humanismo passam a descrever um mundo em que buscam um maior sentido de comunidade. No início do século XVI, na Inglaterra, nos escritos de Tomas More, na *Utopia*, o trabalho é um bem comum onde todos laboram na execução de tarefas em prol da comunidade dedicando seis horas do dia a esses misteres ficando o resto do tempo livre para a realização de atividades livres ou descanso. Tomas Campanella, na Itália, em *Cidade do Sol*, atribui à classe operária a mesma dignidade de outras classes sociais. O que há de comum nessas idéias em que os autores retratam a comunidade ideal, é que o trabalho não é penoso, é realizado com prazer e constitui o alicerce básico para o desenvolvimento dessas sociedades. Essas idéias do começo da era moderna não tiveram muita repercussão em função da intolerância da época⁴, além do que a consolidação da divisão de classes, a hierarquização da sociedade parece recrudescer. A distância social aumenta cada vez mais e no decurso do século XVII, encontramos as elites bem enquadradas na sua condição e a classe operária, exposta à miséria e a condições sub-humanas de vida. Nesse panorama, a palavra “trabalho” significa sofrimento, servilismo, escravidão. Importante notar que qualquer tentativa de se pensar em uma ordem social mais justa, nunca passou de uma utopia, em que pese as exortações e grandes retóricas a esse respeito assinaladas pelos pensadores de todos os tempos. Alguns intelectuais – como Francis Bacon e John Locke (séculos XVI e XVII) -, preocupados com tais questões, exaltaram a necessidade de se desempenhar uma atividade na

⁴ Campanella foi preso durante vinte e sete anos e Tomas More, católico fervoroso, foi executado em Londres.

sociedade, pois consideravam o trabalho e a experiência dessa atividade no mundo como realidades necessárias para o desenvolvimento da civilização. Entretanto, seus esforços nunca foram além da consideração do trabalho como uma atividade importante para a manutenção e constituição da ordem social, de modo que, também no século XVIII, pode-se localizar um ideário hegemônico em que o trabalhador, aqui entendido como o operário, o camponês, o servo, ganha com o seu trabalho apenas a sua vida.

Dessa forma, se por um lado, assistimos a um conjunto de transformações que modificaram substancialmente o *modus uiuendi* humano, por outro, verificamos o aumento do hiato entre as classes sociais onde o conceito de homem trabalhador, torna-se uma designação para o cultivador, para o operário. Nessa concepção, o trabalho é definido como a ocupação a qual o homem está condenado por necessidade. Necessidade essa de sobrevivência.

A luta pela liberdade do trabalho foi uma das mais importantes reivindicações sociais do período moderno. Todavia, apesar de todas as lutas levadas a cabo pelos trabalhadores, as reformulações no modo de organização do trabalho, com a instauração do capitalismo moderno e a ascensão da burguesia conduzem as condições de trabalho, no limiar do século XIX, tão somente à reedição das questões de exploração do trabalho com novas e mais sofisticadas nuances. O homem do trabalho, o proletário, subjugado a um patronato ávido por lucros, encontra-se imerso em um sistema em que ganha o direito à vida dia-a-dia através de seu labor, do seu sofrimento, da sua submissão. Como se a vida fosse um objeto manipulável nas mãos de tirânicos senhores em busca de poder e riqueza, como se o dinheiro, o capital, fosse o único bem necessário à condição humana. Quando se

pensa nas difíceis condições de vida às quais foram submetidos os “homens do trabalho”, pode se entender a condenação de Marx ao capitalismo.

A principal referência que concede ao trabalho um importante papel no viver humano encontra-se vinculada ao pensamento de Marx. Toda a concepção marxista do trabalho se assenta em uma metodologia angular para a compreensão de sua teoria que é a dialética. Esse processo dinâmico que comporta as polaridades e uma relação constante de mútua complementaridade, exclusividade e interatividade dá ensejo para que a categoria trabalho possa ser compreendida no processo histórico (matriz fundamental na qual se movimentam as categorias para a compreensão da vida e do viver humano), congregando seu duplo sentido: *opus* (o trabalho como função do ser, como criação, como realizador do potencial humano de estar no mundo transformando-o e criando-o, bem como a si mesmo) e *labour* (o trabalho como mera atividade - força humana necessária para manutenção e subsistência da vida humana). Para Marx, a constituição do ser social só é possível via trabalho. Essa afirmação não significa que o valor de um homem na sociedade seja medido pelo seu trabalho, se este é entendido somente como a utilização da força humana. O trabalho humano estabelece uma ligação social entre o homem e a realidade.

A manutenção da vida humana na sociedade está fundada no trabalho, daí o seu estatuto ontológico que confere à atividade humana um papel fundamental na gênese do social e do ser social. É o trabalho que faculta o intercâmbio do homem com a natureza, que alimenta, portanto, uma interpelação imprescindível para a manutenção da vida humana.

O humanismo⁵ marxista comporta essas premissas, pois considera que todo o homem, em sua essência, é livre e dotado de potenciais para desenvolver uma auto-atividade de criação e produção do mundo e de si mesmo. A dialética marxista acerca das relações homem/mundo, homem/natureza, mundo/natureza explicitam claramente o papel do trabalho, como sendo a atividade vital para a objetivação da vida humana e sua manifestação no mundo. A natureza é o mundo externo sensível, o material onde se efetiva o trabalho, onde o homem pode realizar-se através de seu projeto de intervenção. Originariamente, homem e natureza encontram-se numa simbiose onde ser e mundo constituíam um todo maior que a simples soma das partes. A ação vital no meio, visando à satisfação das necessidades físicas, é uma exigência para a própria manutenção da vida. A natureza, como meio de vida e objeto material para a criação e manutenção da vida, fornece as condições para que o homem, através de sua atividade vital, produza seu *modus vivendi* e também sua identidade. O desenvolvimento dos atributos pessoais de cada ser só se torna possível mediante sua ação no mundo que, por sua vez, é construído em consonância com os diferentes projetos de intervenção dos homens. O homem faz de sua atividade vital não só um meio de satisfação de uma necessidade que é a de manter a existência física, mas torna essa ação vital o objeto de sua vontade e da sua consciência.

O trabalho, a atividade vital, a vida produtiva, aparece agora ao homem como o único meio da satisfação de uma necessidade, a de manter a existência física. A vida produtiva, porém, é a vida genérica. É a vida criando vida. No tipo de atividade vital reside todo o caráter de uma espécie, o seu caráter genérico; e a atividade livre, consciente, constitui o caráter genérico do homem. A vida revela-se simplesmente como meio de vida (MARX, 1993, p. 164).

⁵ Vale ressaltar que o humanismo marxista representa a relação de igualdade humanismo=naturalismo, onde o homem numa

Todo produto do trabalho objetivado no mundo é fonte de reconhecimento e identidade, resultado de realização de desejos e vontades. Essa posição ressalta a importância do trabalho produtivo como elemento de saúde mental e da felicidade do indivíduo. A necessidade constante do ser humano dominar o seu entorno e operar na natureza para dela garantir a sua subsistência, é que através dos séculos faz o homem utilizar os seus recursos cognitivos para aperfeiçoar suas descobertas e instrumentos que cria. Portanto, o homem realiza seu destino por meio do trabalho, condição fundamental para tornar-se ser-no-mundo. Conforme observa Kosik (1995):

O trabalho, que superou o nível da atividade instintiva e é agir exclusivamente humano, transforma aquilo que é dado natural, inumano e o adapta às exigências humanas; ao mesmo tempo realiza os fins humanos naquilo que é natural e no material da natureza. Assim, em sua relação com o homem, a natureza se manifesta sob um duplo aspecto: por um aspecto se apresenta como potência e objetividade que tem de ser respeitada, cujas leis o homem precisa conhecer a fim de que possa delas se servir em benefício próprio; por um outro aspecto, se rebaixa a mero material no qual se realizam os fins humanos.

E adiante:

O trabalho é ora transformação da natureza, ora realização dos desígnios humanos na natureza. O trabalho é procedimento ou ação em que de certo modo se constitui a unidade do homem e da natureza na base de sua recíproca transformação: o homem se objetiva no trabalho, e o objeto, arrancado do contexto natural original, é modificado e elaborado. O homem alcança no trabalho a objetivação, e o objeto é humanizado. Na humanização da natureza e na objetivação (realização) dos significados, o homem constitui o mundo humano. O homem vive no mundo (das próprias criações e significados), enquanto o animal é atado às condições naturais (KOSIK, 1995, p. 203).

O caráter objetivo do trabalho é que viabiliza a expressão do homem como ser da *práxis*. A *práxis* é a revelação do homem como ser que cria a realidade humano-social por uma atividade que se produz historicamente. Existir significa ser

no tempo, ser na história. Com o seu agir, o homem inscreve significados no mundo e cria a estrutura significativa do próprio mundo. Os estágios históricos do desenvolvimento da humanidade não são formas estáticas, mortas, porque a humanidade está continuamente em movimento e, através da *praxis*, esses estágios vão se integrando continuamente no presente não como repetição, mas como totalidade do viver humano. O entendimento das singulares formas de vida social só é possível pela via histórica.

A história possibilita a expressão da estrutura subjetivo-objetiva do ser-no-mundo. Esta por sua vez forma a unidade e a conexão com todas as esferas da vida social. Portanto, a realidade social expressa um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção e no relacionamento com os meios de produção. A economia se manifesta como realidade humano-social que vai se formando e se constituindo sobre o agir objetivamente prático do homem, em outras palavras, sobre o trabalho. Assim, podemos afirmar que o trabalho no sentido econômico é o criador da forma específica, histórica e social da riqueza. O trabalho como valor⁶, como categoria econômica é a atividade produtiva social que funda a forma específica da riqueza social. A produção, circulação e distribuição da riqueza social são comandadas pelo sistema de produção da sociedade. A economia como estrutura fundamental para objetivação humana confere à *práxis* um significado central no trabalho de criação da realidade humana. A esse respeito diz Kosik (1995),

Os produtos indicam o seu criador, isto é, o homem, que se acha acima deles, e expressam do homem não apenas o que ele já é e o que ele já

⁶ Para Marx, o valor, mais do que uma unidade de tempo vinculado ao trabalho socialmente necessário, é uma expressão do trabalho. Portanto, ele não se expressa em uma relação técnica, mas através de uma relação social entre pessoas e que assume uma forma material específica, aparecendo como propriedade desta. Daí a possibilidade de se identificar o valor enquanto valor-uso ou como valor-troca.

alcançou, mas também tudo o que ele pode vir a ser. Os produtos não testemunham apenas a atual capacidade criativa do homem, mas também e em especial as suas infinitas potencialidades (p.123).

No entanto, este vínculo direto do homem com o produto de sua criação, que já era problemático desde a antigüidade, é rompido mais drasticamente com o sistema capitalista. Assim, ao separar o trabalho da criação, os produtos dos produtores, o capitalismo transforma o trabalho numa fadiga *incriativa* e extenuante.

O sistema capitalista coloca o trabalho como elemento externo ao trabalhador, como fator não pertencente ao próprio homem. Como protoforma da atividade humana, submetido a um sistema de produção no qual o capital em sua esfera totalizadora e englobante coopta todos os interstícios do intercâmbio do homem com a natureza, passa a uma condição de trabalho estranhado, fetichizado, desrealizador da atividade humana, já que o trabalhador perde o domínio dos produtos de sua própria atividade. Essa relação torna o homem impotente, infeliz, incapaz de desenvolver livremente suas potencialidades.

A exterioridade do trabalho leva a um lento processo de mortificação, de denegação da condição humana. A categoria trabalho perde a sua centralidade para a compreensão da atividade humana, da *práxis* humana, no momento em que o produto do seu trabalho se apresenta como uma força autônoma, alienada do homem. A atitude primordialmente imediata do homem no mundo, em face da realidade, é a ação objetiva e prática tendo em vista a consecução dos seus próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. As formas pelas quais o homem exterioriza suas forças essenciais se manifestam através do trabalho. No processo produtivo, o resultado dessa ação objetivada identificado em um primeiro momento pela consciência humana, em função de razões históricas e

sociais, deixa de ser reconhecido. Quando o processo de objetivação deixa de acompanhar o processo de humanização, o homem transforma-se em um ser alheio a si e ao mundo. Este é o fundamento da alienação.

A transformação dos produtos do trabalho humano em um poder independente do ser que o criou leva ao estabelecimento de uma relação de estranhamento⁷, em que as condições objetivas do trabalho humano vão assumindo progressivamente, por uma determinação do próprio sistema de produção, uma autonomia cada vez maior, onde o valor e a riqueza social passam a ser os gestores da atividade produtiva. Assim, o trabalho morto, vai ganhando espaço e se assiste a uma mortificação do trabalho vivo. A transformação do produto da atividade humana em uma potência alheia, contraposta ao homem conduz à perda dos atributos verdadeiramente humanos. O homem desumanizado como resultado da alienação de si mesmo, impedido de vivificar e desfrutar o sentido de sua criação, perde na atividade produtiva o prazer pelo trabalho. Não somente o produto do trabalho humano é alienado, mas nesse sistema, progressivamente, o próprio homem é estranhado. O estranhamento do trabalhador com relação ao seu produto significa que a força do seu trabalho se converte em um objeto, em uma mercadoria, em uma coisa. Adam Schaff (1979), expressa claramente a relação entre alienação e o processo de coisificação:

É evidente que o trabalho de produção humana tem também como resultado coisas. Quando Marx fala de 'coisificação', refere-se a um processo em que algo que não é uma coisa se transforma em uma coisa, e algo que não é uma coisa é tratada como se assim o fosse. Esse é o problema em Marx: no sistema mercantilista no qual tudo - também os seres humanos, suas capacidades e habilidades - se converte em mercadoria, a tendência não

⁷ É importante destacar que Marx estabelece uma diferenciação entre a alienação (Entäusserung) e estranhamento (Entfremdung). Itsván Mészáros explicita que Marx utiliza a palavra alienação “quando a ênfase recai sobre a externalização ou objetivação”, e a palavra estranhamento é utilizada “quando quer ressaltar o fato de que o homem está encontrando oposição por parte de um poder hostil em sua própria obra” (MÉSZÁROS, 1981, p. 84-85).

consiste somente em tratar tudo como mercadoria, quer dizer como algo que se vende e que se compra no sentido imediato da palavra, também domina a tendência de tratar tudo como coisa, a dar a tudo o caráter de coisa; nesse sentido é uma tendência à coisificação. E este processo atinge também as relações humanas, ao se considerar como coisas as relações dos homens com os produtos de seu trabalho. Nesse sentido, se produz uma coisificação das relações interhumanas, que consistem na essência dos processos sociais (p.118).

Assim, de acordo com Marx, o processo de coisificação é o resultado da alienação. Esses processos materiais que se objetivam no seio das relações do homem com sua realidade interditam a possibilidade do homem reconhecer-se no seu mundo, bem como de realizar e vivenciar sua produção de modo voluntário, livre. Marx acredita que uma transcendência positiva da alienação só é possível mediante uma superação sócio-histórica da divisão do trabalho e da propriedade privada, uma vez que essas categorias encarceram o homem a um sistema ao qual não há saída. A alienação do produto da atividade humana é o substrato para o desenvolvimento da economia capitalista e para a produção de riqueza.

Ainda que a exploração do trabalho e a alienação do homem em relação aos seus produtos tenham sido a regra geral ao longo do modo de produção capitalista, é possível se identificar diferentes formas de regulação do trabalho ao longo dos tempos e verificar que as transformações político-econômicas do capitalismo impõem reiteradamente novas formas de controle e poder cujos artifícios visam garantir a sustentabilidade do capital. Na atualidade, com o advento da chamada revolução tecnológica, o espaço, o tempo e a noção de vida passam a ser uma medida da velocidade onde o processo de digitalização torna imaterial o que até então se materializava na dimensão do tempo-espaço concreto.

Podemos considerar que o processo de globalização e a reformatação do capitalismo que se assenta nos avanços tecnológicos, representaram ícones

importantes nas mudanças estruturais referentes às bases materiais da produção e das dinâmicas político-culturais da reprodução. Para Cocco (2000), os marcos fundamentais do regime de acumulação pós-fordista que caracterizam a atualidade podem ser resumidos em três grandes eixos: a autonomização da esfera financeira; a flexibilização e desverticalização da esfera produtiva e, enfim a crescente integração produtiva da esfera do consumo e da reprodução.

Para Harvey (1994), as transformações na economia política do capitalismo no final do século XX são tão profundas que seus sinais e marcas são abundantes e radicais. No que concerne aos processos de trabalho, a transição do regime de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível modificou o próprio significado de trabalho, uma vez que o trabalho organizado foi solapado. Para atender às demandas do capitalismo flexível, os trabalhadores precisaram adaptar-se aos novos regimes de trabalho com contratos mais flexíveis de modo a satisfazer as necessidades de cada empresa. Com esses arranjos de emprego flexíveis a organização da classe trabalhadora perde a sua força e a consciência de classe passa a não mais derivar da relação de classe entre capital e trabalho.

Com a acumulação flexível, o capitalismo organiza-se através das inovações tecnológicas e de acordo com Harvey (1994), sua regulamentação social é alcançada pela informação que se torna uma mercadoria valorizada, ocorrendo inclusive uma completa reorganização do sistema financeiro global onde o uso de computadores e as comunicações eletrônicas acentuaram a significação da coordenação internacional de fluxos financeiros.

O acesso à informação, bem como o seu controle, aliados a uma forte capacidade de análise instantânea de dados, tornaram-se essenciais

à coordenação centralizada de interesses corporizados descentralizados (HARVEY, 1994, p. 151).

Em um mundo de rápidas mudanças, gostos, necessidades e de sistemas de produção flexíveis, a ênfase na informação gera a possibilidade de se alcançar importante vantagem competitiva. Assim, a informação torna-se um dos principais recursos para que as empresas com uma estrutura de rede se mantenham. É assim que, ao se operar com uma estrutura flexível, e não com uma administração em pirâmide, identificamos o estranhamento dos laços sociais que subjazem as relações de trabalho, uma vez que a informação é o combustível para o estabelecimento dos elos sociais e esta se dissolve na imediatividade comprimida do espaço-tempo contemporâneo. De acordo com Sennett (2001), as condições da nova economia capitalista alimentam a experiência com a deriva no tempo de experiência a experiência, de trabalho a trabalho.

As representações que caracterizam as dimensões da organização societal hoje, apontam para a necessidade premente de se compreender as metamorfoses que vêm ocorrendo no mundo capitalista contemporâneo, sobretudo no que concerne ao mundo do trabalho, pois seus reflexos incidem diretamente no metabolismo social e nos sentidos de produção da vida humana.

Antunes (2005), ao desenvolver sua tese sobre os sentidos do trabalho na contemporaneidade toma como referência a conceituação de Mészáros, sobre o sistema de metabolismo social do capital que é “resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital” (p.19). Partindo de uma perspectiva ontológica, que considera o intercâmbio entre o homem e natureza como permanente e necessário para constituição da própria condição humana afirma que a determinação

fundamental para a reprodução da existência dos indivíduos só é possível “dada a ontologia singularmente humana do trabalho, pelo qual a autoprodução e a reprodução societal se desenvolvem” (p. 20).

Na medida em que os seres humanos só podem sobreviver a partir de um intercâmbio mediado com o mundo, a reprodução de sua existência se dá por meio do que Mézáros chamou de “funções primárias de mediações”. Essas funções vitais incluem:

- 1) a necessária e mais ou menos espontânea regulação da atividade biológica reprodutiva em conjugação com os recursos existentes;
- 2) a regulação do processo de trabalho, pela qual o necessário intercâmbio comunitário com a natureza possa produzir os bens requeridos, os instrumentos de trabalho, os empreendimentos produtivos e o conhecimento para a satisfação das necessidades humanas;
- 3) o estabelecimento de um sistema de trocas compatível com as necessidades requeridas, historicamente mutáveis e visando otimizar os recursos naturais e produtivos existentes;
- 4) a organização, coordenação e controle da multiplicidade de atividades, materiais e culturais, visando o atendimento de um sistema de reprodução social cada vez mais complexo;
- 5) a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, lutando contra as formas de escassez, por meio da utilização econômica (no sentido de economizar) viável dos meios de produção, em sintonia com os níveis de produtividade e os limites socioeconômicos existentes;
- 6) a constituição e organização de regulamentos societais designados para a totalidade dos seres sociais, em conjugação com as demais determinações e funções de mediação primárias (ANTUNES, 2005 p. 20).

Com o advento do capitalismo e a introdução de mecanismos de controle social alienantes e fetichizadores, emerge um sistema de mediações denominado por Mézáros de “segunda ordem de mediações” que subordina todas as funções reprodutivas sociais (desde a produção material às produções simbólicas), com a finalidade de garantir a expansão do valor de troca. Esse mecanismo faz com que inclusive as necessidades humanas se submetam a essa ordem. A produção do capital converte-se então em um propósito da humanidade. Com a clivagem do valor

de uso e do valor de troca, subordinando o primeiro ao segundo, o êxito do capital se estabelece.

Na medida em que o capital não se constitui como uma entidade material, torna-se uma estrutura de organização e controle totalizante e expansionista do metabolismo societal. Essa tendência expansionista se verifica com o processo de mundialização com a expansão e abrangência do mercado global. No entanto, é importante se destacar que todo movimento de expansão, traz em seu bojo, a ameaça da contração, como resposta ao desenfreio potencial fagocitador proposto essencialmente pelo capitalismo. Nesse sentido, observamos que ao longo da história do capital, verificamos permanentemente a emergência de crises, isto é rupturas, que levam à necessidade de que se desenvolvam novos mecanismos de manutenção de acumulação da riqueza. E é exatamente através da emergência do sistema de mediações de segunda ordem que ele se atualiza e se mantém.

Com a separação e a alienação entre o trabalhador e os meios de produção, a personificação do capital que coopta a subjetividade dos indivíduos, personifica-se o elemento de mediação dos indivíduos com o seu mundo, isto é, o trabalho. Com essa estratégia, a identidade do sujeito do trabalho está reduzida às suas funções produtivas fragmentárias e sem sentido.

É exatamente esse estranhamento que identificamos nas relações de trabalho mediadas pela realidade tecnológica uma vez que se estabelece um novo sistema de controle ilegível tendo em vista a imaterialidade que caracteriza as relações de trabalho. Com a força de trabalho contingente, a figura do trabalhador dissolve-se em meio à estrutura institucional vigente. Na medida em que as organizações tornam-se planas e flexíveis, com organizações em rede em vez da administração

tipo pirâmide, a estrutura está sendo constantemente redefinida, bem como as tarefas de trabalho, que nunca são claramente definidas. A vigência de um sistema de mediações de segunda ordem que se sobrepõem às relações autodeterminadoras no intercâmbio do indivíduo com a sua natureza, faz emergir um trabalhador que deve aceitar as condições que determinam sua viabilidade produtiva, estabelecendo sua condição de ser-no-mundo ou a sua invisibilidade.

Essa invisibilidade se acentua sobretudo pela crise estrutural do capital, deflagrada no início dos anos 70, como resultado do esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção que gerou a retração do consumo (em resposta ao desemprego estrutural), a hipertrofia da esfera financeira, a crise do “Estado do bem-estar-social” (condição nunca atingida pelos países de economia periférica) e o incremento acentuado das privatizações. Enfim, torna-se necessário que o capital encontre um “novo modo de ser”. As rupturas causadas por essas crises levaram a uma necessidade premente de reestruturação da produção e do trabalho, de maneira a instrumentalizar o capital para retomar seus propósitos expansionistas.

Com a acumulação flexível, através do movimento denominado toyotismo, novos modos de regulação do capital se estabeleceram. Com vistas a recuperar o projeto de dominação societal e controle social, o capital deflagrou um conjunto de transformações no próprio processo produtivo. Reorganizou-se em termos capitalistas o processo produtivo, buscando em diversas dimensões - material, simbólica e ideológica – a gestão e recuperação de sua hegemonia. No que concerne ao plano ideológico, observamos que o culto hedonista caracterizado por um individualismo extremado tornaram-se processos chaves. Os novos modos de organização industrial e do relacionamento entre capital e trabalho, o advento de um

trabalhador mais qualificado, multifuncional e polivalente também são ícones importantes dessa mudança.

Não há um consenso no que tange às análises teóricas sobre esse processo sobre sua positividade ou negatividade. Encontramos em alguns autores a defesa do que se denomina de “pós-modernismo” como um movimento que decorre dessa especialização flexível e que supera as contradições básicas da sociedade capitalista. Para outros, essas mudanças não são senão uma forma sofisticada e atualizada de se intensificar a tendência hegemônica do capital o que não resultaria em uma superação da crise moderna, mas sua extensão.

Podemos identificar nesse processo tanto continuidades quanto discontinuidades. Concordamos com Antunes (2005), ao afirmar que: “As mutações em curso são expressão da reorganização do capital com vistas à retomada do seu patamar de acumulação e ao seu projeto global de dominação” (p. 50).

A riqueza contemporânea tem como essência de seu “novo modo de ser”, uma valorização financeira baseada num regime de acumulação cuja dinâmica de produtividade é mensurada pelos fluxos de processos de distribuição e circulação. Assim, a questão central é menos a produção da riqueza, e cada vez mais a suas formas de circulação e distribuição.

Essa forma de acumulação flexível , fundamenta-se num padrão produtivo tecnologicamente sofisticado em que as técnicas de gestão da força de trabalho baseiam-se sobretudo na informação, gerada pela introdução dos computadores nos processos produtivos seja no processo de produção em si, quanto no setor de serviços. Assim, ainda que se demande a “qualificação do trabalho”, a “polivalência”

do trabalhador, tais atributos, são muito mais um discurso ideológico do que uma necessidade do processo de produção. O que se observa é que as condições do trabalho alienado e estranhado permanecem.

A reorganização dessas condições de trabalho eliminou o contingente de força de trabalho e aumentou seus índices de produtividade, tornando as empresas que atingem tal propósito “cases” a serem seguidos. Com esse modelo, o enfraquecimento da classe trabalhadora e sua força transformadora se estabelecem. Interessante notar que há empresas na atualidade que designam o operário como colaborador, no sentido de reificar uma falsa idéia de que o trabalhador seria um grande parceiro da empresa.

É nesse sentido que encontramos inúmeras formulações que afirmam a perda da validade na noção da classe trabalhadora. Sobre esse tema Antunes (2005), considera ser fundamental a centralidade da categoria trabalho para se analisar na contemporaneidade a processualidade e concretude do ser social que trabalha. Para o autor, o que se entende atualmente como “classe-que-vive-do-trabalho”, “inclui a totalidade dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho produzindo mais-valia e participam diretamente do processo de valorização do capital” (p.102). Isto é, o trabalho produtivo incorpora também formas de trabalho que produzem mais-valia que não são diretamente manuais. A classe-que-vive-do-trabalho, engloba ainda os trabalhadores improdutivos, ou seja, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou capitalista. Para esses, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. Esses trabalhadores constituem um segmento em expansão no capitalismo contemporâneo. Assim, como propõe Antunes (2005), uma noção contemporânea

da classe trabalhadora, deve incorporar as duas dimensões básicas: a imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo. Por definição, uma noção ampliada de classe trabalhadora “inclui, então todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital.” (p. 103). Ainda que óbvio, é importante ressaltar que os segmentos da burguesia proprietária, naturalmente encontram-se excluídos desse conceito contemporâneo de classe trabalhadora.

Na concepção contemporânea do trabalho, a expressão “trabalho social” define e estabelece um complexo processo de formas de trabalho, cada vez menos estável e cada vez mais fluidos. Nesse processo, a preeminência do trabalho morto sobre o trabalho vivo é evidente. Em que pese essa configuração, não se pode deixar de considerar o fato de que no capitalismo a criação do valor de troca é de fundamental importância para garantir a sua expansão e reprodução. Assim, ainda que na era informacional e computadorizada, os postos de trabalho se reduzam, a articulação entre trabalho vivo e trabalho morto é necessária para a manutenção do sistema produtivo do capital.

O que observamos com as conquistas e avanços tecnológicos é que na reestruturação produtiva do capital tecnológico, a redução do trabalho vivo, conforme já apontado por Marx em “O Capital”, é um fato incontestado. Nesse sentido, com a transferência ou substituição das capacidades intelectuais para os recursos informáticos, uma tendência que se opera nesse contexto é o controle das operações dos sistemas de produção através do trabalho morto. Isto significa que a

ampliação das formas de trabalho imaterial, que se expressa na vigência da esfera informacional, ganha expressão.

O conteúdo informacional da mercadoria acrescenta valor na geração da mais-valia. Isso significa que a organização produção-consumo na relação social com o consumidor, é materializada no e para o processo de comunicação. A mercadoria nesse contexto, exprime e cria também o ambiente ideológico do consumidor.

Lazzarato e Negri (2001) chegam ao conceito de trabalho imaterial como uma importante categoria a designar o trabalho no regime de acumulação capitalista contemporâneo. A emergência do regime de acumulação globalizado, baseado na produção de conhecimentos compõe novas formas de exploração e constituição técnica do trabalho na qual a interface do trabalhador nas diferentes funções, equipes e tarefas torna-se indispensável, bem como habilidades que exigem o investimento de sua subjetividade, mas sublinhe-se, uma subjetividade que não é autônoma.

O que de mais expressivo assoma nesse processo de transformação é que, na medida em que se estreita a integração das novas tecnologias de informação e comunicação às práticas produtivas em ampla escala, as redes de trabalho e as relações de trabalho se distanciam da tradicional divisão entre trabalhador e os meios de produção, entre o mundo do trabalho e o mundo da vida. Como o conhecimento encontra-se em uma dimensão abstrata, não é possível estimar-lhe um valor. Desse modo, é a apropriação da produtividade geral do trabalhador, de sua compreensão da natureza e do domínio sobre esta que se encontra no pilar de sustentação da produção da riqueza.

Ainda que Lazzarato e Negri proponham uma reflexão que visa por um lado pensar sobre a multiplicidade das formas de vida, de produção e de subjetividade dos trabalhadores no mundo, não podemos nos furtar a considerar o fato de que a imaterialidade do trabalho produz também novas relações de poder e reeditam, de modo sofisticado o projeto capitalista de subordinar a força de trabalho à força de produção e geração da riqueza.

Esse projeto reificado do capital, caracteriza um trabalhador que precisa se dotar de atributos voltados para uma qualificação que atenda ao projeto da empresa e seu processo de criação de valores. A subjetividade está vinculada diretamente às necessidades de acumulação, voltada à auto-reprodução do capital, para a qualidade, para o atendimento às demandas do consumidor que nada mais são do que demandas forjadas pelo própria lógica da forma/mercadoria e sua realização (ANTUNES, 2005).

As novas dimensões e formas do trabalho nesse contexto, geram uma ampliação e complexificação da atividade laborativa de tal modo que a produção material e a produção de serviços estão vinculadas à produção crescente do conhecimento que se converte em mercadoria e capital. Assim, o trabalho intelectual no universo contemporâneo ganha expressão e expande-se sobretudo nos setores que apresentam avanços tecnológicos. A força de trabalho converte-se em dispêndio de capacidades intelectuais. Essa forma de expressão do trabalho na contemporaneidade, identificada como trabalho imaterial não exclui o trabalho material, ao contrário, trabalho material e imaterial, como já afirmado anteriormente, encontram-se profundamente imbrincados e arregimentados na esfera da criação do valor e da acumulação.

A força de trabalho intelectual que participa do processo de produção de valores, não é uma força dotada de sentido, autodeterminação e capacidade de emancipação. Isto porque é impossível se pensar em uma dimensão reflexiva e crítica como qualidade desse trabalhador, uma vez que sua subjetividade está amalgamada ao compromisso com a produtividade. Nesse aspecto, é interessante destacar um paradoxo: busca-se no trabalhador traços de autonomia que revelem sua capacidade de coordenação de diferentes funções da produção, em vez de ser comandado, isto é, o trabalhador deve expressar capacidades de ativar e gerar soluções e ações, tomar decisões, analisar situações, mas num contexto que favoreça a integração entre seu campo de ação, de sua equipe com o sistema, com a missão da empresa, em favor é claro, do sistema produtivo. O paradoxo reside no fato de que o que se denomina “autonomia” não é nada mais do que uma forma de captura da subjetividade expressa em um complexo mecanismo fagocitador da força intelectual desse trabalhador. Revela em verdade o sistema de metabolismo social do capital que gera uma subjetividade inautêntica, como o sentido de uma autonomia que é também inautêntica.

O sistema de poder produzido pelas novas estruturas de trabalho constituem-se, de acordo com Sennett (2001), de três elementos: reinvenção descontínua das instituições, especialização flexível da produção e concentração de poder sem centralização.

A pedra angular da prática administrativa moderna é a crença de que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisiva que as hierarquias piramidais, como as que governavam a era fordista. A junção entre os nódulos na rede é mais frouxa; pode-se tirar uma parte, pelo menos em teoria, sem destruir outras. O sistema é fragmentado; aí está a oportunidade de intervir. Sua própria incoerência convida nossas revisões (SENNETT, 2001 p.55).

O aporte tecnológico favorece a reinvenção das instituições na medida que o uso de programas de computador que padronizam sistemas operacionais permite que todas as dimensões da instituição sejam controladas por um número pequeno de administradores. O processo de horizontalização na operação dos mercados tornou lucrativa a demolição de organizações.

Além disso, com a volatilidade da demanda do consumidor, as empresas passam a se preocupar em acelerar a produção de forma que cada vez mais rapidamente, os mais variados produtos estejam no mercado. Isso faz com que o sistema de produção se reorganize em torno de ilhas de produção especializadas, basicamente sustentadas pelo computador, que possibilita a reprogramação das máquinas industriais de modo a atender a especialização flexível.

Com essas mudanças, o regime flexível faz com que se tenha uma concentração de poder sem que haja sua centralização. O controle pode ser estabelecido através de metas de produção ou lucro. Com isso a estrutura organizacional se complexifica e identificamos novas formas de poder desigual e arbitrário. Como afirma Sennett (2001):

Estas, pois, são as forças que dobram as pessoas à mudança: reinvenção da burocracia, especialização flexível de produção, concentração sem centralização. Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder (p. 69).

A prática da flexibilidade, aliada à volatilidade e efemeridade do mercado, elimina o que Sennett denominou “apego temporal”. Podemos considerar que esse apego é que leva à implicação do trabalhador na sua relação com o trabalho e ao

desaparecerem no regime flexível geram traços que levam a um estranhamento ainda maior do trabalhador com o seu trabalho. Aliás, a capacidade de desprender-se do passado, a tolerância com a fragmentação, são traços exigidos do trabalhador contemporâneo.

Ainda sobre o estranhamento na relação de trabalho, Sennett traz a tona a discussão da ilegibilidade no regime flexível que faz desaparecer, com o auxílio da mediação tecnológica, a implicação com o fazer. O sentimento de indiferença e não-identificação com as tarefas diárias do trabalho gera a relação estranhada e obsoletiza a consciência crítica do trabalhador e o afasta de sua *práxis*. Podemos considerar que a tecnização, permite ao sujeito fazer-se ausente de suas operações. A subjetividade que emerge nesse contexto expressa uma relação estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz. O traço comum dos processos que se efetivam via redes teleinfocomputotrônicas é a imaterialidade.

Com o impulso dado ao processo de tecnologização da produção, em todos os setores, a transferência do saber intelectual para as máquinas informatizadas que reproduzem uma parcela das atividades a elas transferidas pelo saber intelectual do trabalho, identificamos um distanciamento ainda maior da subjetividade autêntica e autodeterminada, uma vez que com a interface da máquina, o trabalho humano necessita de uma maior interação e conectividade com os insumos tecnológicos, tornando a interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente a condição *sine qua non* para a geração do valor.

A integração da comunicação com a produção, fazendo com que os sistemas comunicacionais se tornem a interface entre os comportamentos de consumo e as condições técnicas da produção material, tem um reflexo imediato no setor de

serviços. Com a difusão das redes telemáticas, é o consumidor que torna ativa e produtiva a rede e, ainda mais, individualiza o seu uso a partir de uma oferta de possibilidades virtuais. O produto-serviço transforma-se, portanto, numa construção social de interação entre a subjetividade do uso e a infra-estrutura para sua criação.

A constituição do emaranhado de redes sociais e técnicas que redesenham os processos produtivos e as relações de trabalho, não se restringem mais ao chão de fábrica. Observa-se na configuração atual do capital, uma imbrincação crescente entre o mundo produtivo e o setor de serviços, bem como a subordinação desse último ao primeiro. Conforme atesta Cocco (2003), a convergência multimídia das atividades imateriais da produção industrial, constituiu-se um pano de fundo para a articulação de novas ferramentas (*softwares* e tecnologia digital) para que o usuário/consumidor se transforme em usuário/produtor.

Cocco, Silva e Galvão (2003), consideram que na medida em que as novas tecnologias de informação e comunicação se integram às práticas produtivas, uma ampla constelação de processos sustentados pela invenção e inovação, dependem de uma “economia do conhecimento”, na qual o saber manifesta-se enquanto força produtiva e fator de produção fundamental nas economias contemporâneas. Os autores desenvolvem a hipótese do “capitalismo cognitivo” como elemento comum e principal que subsidia o desenvolvimento dos sistemas econômicos contemporâneos. No entanto, ainda que os autores considerem um movimento do capitalismo de avançar rumo a outro estágio de seu desenvolvimento, consideram que este preserva sua imparidade nas relações de trabalho e reforça os métodos seculares de exploração.

Sobre esse tema, observamos que nas mudanças econômicas, tecnológicas, sociais e culturais que acompanham a emergência das novas tecnologias de comunicação e informação, os sistemas em rede caracterizam uma forma de trabalho que está envolvido na produção como produção criativa, tornando-se os recursos tecnológicos assistentes cognitivos e relacionais do trabalhador. Como uma tecnologia relacional, o computador torna-se um elemento de mediação entre o trabalhador e o mundo. As novas tecnologias de informação e comunicação instrumentalizariam a produção, a circulação e acumulação de conhecimentos, cuja performance da ferramenta técnica está vinculada à inteligência que a maneja. Ocorre que o reescalonamento das funções cognitivas do sujeito em um sistema de produção capitalista, se dá a sua revelia e desigualmente.

Ainda que os conhecimentos circulem independentemente do capital e do trabalho, não podemos olvidar que os complexos teleinfocomputotrônicos, como apontado no capítulo 1 dessa tese, estão arregimentados sob a égide do capital, isto é, o advento da cibercultura é a saída encontrada pelo sistema capitalista para garantir sua hegemonia.

Fenomenologicamente podemos considerar que, na realidade cibernética, o mundo vivido é clivado em duas dimensões: a material representada pelo sistema produtivo e sua necessidade imanente de concretização dos resultados, e outra imaterial, representada pelo universo das redes. Com a extensão da tecnologia para a vida cotidiana, a cartografia da sociedade passou a ser desenhada pela eletrônica, de modo que os significados e expressão simbólicas do humano muitas vezes não têm sentido sem os sistemas automatizados de produção.

Ao colocar as tecnologias de comunicação e informação como motores (sociais e econômicos) da sociedade contemporânea, forja-se uma ideologia na qual a máquina, a *World Wide Web*, em uma palavra os complexos teleinfocomputotrônicos permitem a interação entre as subjetividades e inovam ao possibilitar uma infinita variedade de conexões, todavia não se leva em conta o caráter desigual desse processo de reconjuntização da sociedade: se por um lado se firma a “integração” pelas facilidades da virtualidade, por outro, a *exclusão infotecnológica* (TRIVINHO, 2001), acomete largas categorias sociais, às quais não é dado o direito de domínio pleno das senhas infotécnicas compatíveis com a sobrevivência nesse sistema. Com a subjetividade indexada à visibilidade mediática e vinculada aos seus aparatos tecnológicos de base, verificamos um fenômeno que se manifesta em ampla escala na atualidade: a invisibilidade social.

A invisibilidade social é uma produção psíquica e social. Não é tão somente um sintoma social, nem unicamente um fenômeno que se apresenta à consciência como fato natural. Conforme já apontado por Costa (2004), a invisibilidade social se sedimenta no capitalismo. É a partir de então que mudam as relações de trabalho e, acima de tudo, o modo como o homem é visto na sociedade. Com a divisão de trabalho, o homem passou a ficar a cargo de determinadas tarefas e isso mudou a sua visibilidade social na medida em que da relação entre pessoas, a sociedade passa a registrar a relação entre funções. Costa classifica o olhar que pousa, hoje, sobre o semelhante como o olhar “reificado”. Ou seja, abandona-se o olhar simplesmente humano para, num processo de alienação, tornar o outro uma “coisa”.

Na medida em que as relações na atualidade encontram-se mediadas pelas redes telemáticas de comunicação e informação, o desaparecimento psicossocial do

homem perante seus semelhantes torna-se um fenômeno constante. A coisificação do homem sob as condições do capital, consiste no empobrecimento do seu mundo interior, na perda da riqueza interna, o que leva ao estranhamento do homem consigo mesmo. Nesse sentido, a produção da subjetividade é absolutamente desterritorializada pois produz-se o não-ser. O sujeito, ao produzir, não tem uma oportunidade de criar significados para si, uma vez que os referenciais para se situar no mundo lhe são inculcados.

Trata-se então de um deslocamento no ordenamento das produções sociais. É o sistema que diz do sujeito, que produz, que cria e se apropria dos resultados das atividades vitais dos homens, o que implica o condicionamento do próprio processo de subjetivação, marcado pela relação alienada e estranhada entre os homens com seus produtos (processados pela máquinas) e entre os homens com outros homens e consigo próprios.

O arranjo da sociabilidade capitalista gera uma dependência generalizada dos indivíduos com os resultados da produção. Os nexos sociais passam a ser geridos pelo valor-de-troca, e também as relações interpessoais entre os indivíduos. Assim, as produções sociais, como resultado dos vínculos entre indivíduos assumem também a forma de coisa. O caráter social das interações entre os indivíduos é, por si só, alienado e alienante. A participação dos indivíduos na produção dos nexos sociais está subordinada a uma relação estabelecida independentemente de suas disposições internas.

As relações já se estruturam com um claro objetivo e sob um signo definido: produzir bens, mais-valia, dinheiro, que subscrevem na sociedade a afirmação de poder e legitimam o exercício da dominação. É assim que na sua individualidade, o

homem para se reconhecer em sua potencialidade, sua capacidade pessoal, singular, necessita se identificar com um objeto exterior a ele, estranho a ele e isso só é possível na esfera do consumo, ainda que no consumo de serviços.

A invisibilidade dos usuários dos serviços automatizados ou mediados pela automatização, faz com que de um lado o trabalhador não seja reconhecido em sua função por suas habilidades se obsoletizarem frente à máquina e por outro, torna o usuário absolutamente des-territorializado ante a possibilidade de se identificar na relação com o outro, uma vez que o outro é a máquina, gerando o que denominamos de dupla invisibilidade social.

A expansão dos assalariados médios e de serviços, é uma tendência do processo de reestruturação produtiva do capital e seus reflexos no mundo do trabalho. As mudanças organizacionais e tecnológicas afetam de modo inaudito o setor de serviços, tornando-o também submisso à racionalidade do capital, como já exposto anteriormente. Nesse campo, especificamente na esfera dos serviços públicos, podemos observar transformações significativas no que tange à sua operacionalização. Para além do fenômeno das privatizações, identificamos também uma assimilação pelo setor público da lógica produtiva proposta pelo capitalismo, gerando uma interpenetração recíproca entre o setor de serviços e o mundo produtivo. Se o produto “serviço” torna-se uma construção e um processo social derivado da reestruturação do capital baseado no trabalho imaterial, observa-se nessa conjuntura, o aumento das atividades das relações com os clientes e a diminuição dos empregos denominados *back-office* (o trabalho clássico dos serviços).

As estatísticas brasileiras dificultam a análise dos impactos da automação no setor de serviços. A precariedade de dados disponíveis sobre a automação nessa

área e a ausência de séries históricas que verifiquem essa evolução impossibilitam uma análise mais contundente sobre os impactos efetivos da realidade tecnológica nesse contexto.

No entanto, podemos considerar que a dimensão das relações estabelecidas entre o usuário dos serviços e o trabalhador, pela interface da máquina, altera de modo substancial o orbe das inter-relações humanas, de modo que as relações sociais encontram-se estranhadas. Essa relação estranhada do homem com seu entorno e também com suas relações favorece a emergência da invisibilidade social.

Para fins de nossa análise, tomemos como exemplo o objeto de estudo dessa tese: a Previdência Social. Interessante destacar que como uma instituição que presta serviço ao trabalhador assalariado através dos direitos constitucionais historicamente adquiridos, a Previdência, no que tange à operacionalização de seus serviços, passou por uma série de transformações de modo a se adaptar às demandas das novas tecnologias de informação e comunicação. As “agências transformadas” se reestruturaram operacionalmente e espacialmente para introduzir o recurso telemático como facilitador das relações entre o segurado e a Previdência. Como uma instância social, a Previdência tem trabalhadores, os funcionários do setor de serviços, seus representantes que prestam os serviços para a comunidade segurada. Temos nesse contexto uma esfera na qual nas duas pontas da relação de prestação de serviços, encontram-se trabalhadores. O segurado, trabalhador que procura a Previdência Social para fazer jus aos seus direitos adquiridos e na outra fronteira da relação, o trabalhador da Previdência, funcionário público que presta o serviço de assistência ao segurado. Entre essas duas categorias de trabalhadores estão o Sistema Previdenciário, as leis que o regulamentam e estabelecem normas

e regimentos a serem seguidos para concessão dos direitos do trabalhador e o Sistema Informático que teoricamente estaria a serviço do Sistema Previdenciário, de forma a subsidiar suas operações. Exige-se do trabalhador da Previdência a qualificação necessária para manejo e domínio do sistema que subsidia as operações a serem realizadas para o atendimento ao usuário, o trabalhador segurado. O trabalhador da Previdência é usuário do sistema informático que viabiliza as operações e possibilitam a assistência ao trabalhador segurado. Assim, nessa equação, defrontamo-nos com o modelo usuário/consumidor e usuário/produtor, redesenhando as relações de trabalho de forma a expressar o que apresentamos teoricamente ao longo desse texto.

Nossa tese pretende demonstrar um dos vetores que caracterizam a sociedade tecnológica contemporânea: a invisibilidade dos usuários dos serviços automatizados ou mediados pela automatização, faz com que de um lado o trabalhador não seja reconhecido em sua função por suas habilidades se obsoletizarem frente à máquina e, por outro, torna o usuário absolutamente des-territorializado ante a possibilidade de se identificar na relação com o outro, uma vez que o outro é a máquina.

Não seria esse o comportamento que identificamos no cotidiano nas relações de trabalho na agência da Previdência Social?

Para os usuários, os atendentes que ficam atrás da máquinas, não compreendem o que precisam e só sabem dizer “consulte o número do processo para saber de seu andamento” ou, “volte amanhã, estão faltando documentos”. Na sua percepção, o trabalhador, como “operador da máquina” afasta-se do contato interpessoal, tornando-se frios e distantes. A relação entre o trabalhador e o

computador não é uma relação automática, como a relação estabelecida no período da Revolução Industrial. A máquina eletrônica, possui e gera dados, interage com o trabalhador. É essa característica da interatividade que reduz o espaço de contato entre os indivíduos, fazendo com que a relação através da tela seja superdimensionada. Assim, é o que se encontra na tela que passa a ter valor.

Uma senhora, na famosa fila da Terceira Idade para recadastrar o seu CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) e ter a garantia de continuar recebendo o seu benefício considerou: *-Ninguém entende, que o que está em jogo aqui é a minha dignidade!. E eu preciso dizer para a máquina que existo, porque ninguém me escuta, porque ninguém nos olha?!. O processo constante nos passos a serem seguidos através dos sistemas interativos é que ganha relevo nas relações de trabalho na realidade digitalizada.*

A indignação da senhora em questão refere-se ao fato de ter que provar a uma máquina que estava viva. Sua condição enquanto sujeito, ser-no-mundo é que encontra-se em jogo nas relações digitalizadas.

O cenário do trabalho na realidade digital faz emergir um complexo quadro que implica em se pensar como se constituem as novas formas de sociabilidade e como os novos paradigmas para se compreender a condição humana nesse novo milênio estão atravessados e subsidiados pela necessidade de reestruturação do capital.

4 POLÍTICA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE E O UNIVERSO DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

As transformações no âmbito social, econômico e político, engendradas ao longo do Século XX, delineadas a partir da globalização e da proposta de se instaurar o pensamento único, constituíram-se no grande ícone do capitalismo atual e marcaram expressivamente o ideário contemporâneo.

A necessidade de se compreender as configurações atuais do capitalismo para se caracterizar a política social do país, justifica-se porque as transformações econômicas, sociais e políticas em curso estão profundamente vinculadas às demandas de reestruturação do Estado e de suas instâncias.

O Brasil ,ao longo dos tempos, tem sido identificado como uma nação na qual se projeta a esperança de um futuro melhor. Por todos os lados e em todos os discursos, encontramos a crença em um futuro de prosperidade, justiça social que está sempre por vir. O esperado crescimento econômico, uma maior igualdade na distribuição da renda, aliada a propostas sempre progressistas no campo social, são comuns, historicamente nos discursos que propõem a reformulação do Estado brasileiro.

Contudo, conforme aponta Behring (2003), o caminho da nação para o mundo capitalista moderno, marcado por crescimento, industrialização, urbanização e incorporação das reformulações no processo de acumulação flexível, tornou o país uma nação realizada para poucos. A manutenção da desigualdade social expressa na concentração de renda e riqueza constituiu um “pobre país rico”. Ainda que se

identifique avanços em um projeto nacional⁸ com medidas de proteção social que resultaram em conquistas relevantes, este projeto traz benefícios limitados ao acesso da massa da população. A autora ao analisar a trajetória do capitalismo contemporâneo e suas relações com o Estado, bem como a formação do capitalismo brasileiro, nos apresenta o argumento de que por trás das propostas de “reformas” que subjazem o projeto neoliberal, pode-se identificar um movimento de contra-reforma que atinge, dentre outras instâncias, as condições da seguridade social no Brasil, com a perda de direitos sociais e o conseqüente esfacelamento do Estado. Seu estudo assenta-se sob a consideração de que a natureza das transformações empreendidas no Brasil a partir de 1994, com antecedentes desde 1990 retrataram um processo de contra-reforma que reeditou, novas formas para ratificar sua legitimidade.

O conservadorismo político permaneceu como uma constante, mas adquirindo novas formas para estabelecer fontes de legitimidade, tais como o clientelismo moderno, ou neocorporativismo, a mobilização do voluntariado para o solidarismo que acompanha a ofensiva ideológica burguesa no Brasil, a superutilização dos meios midiáticos para a difusão dos axiomas fundamentais da “nova modernidade (BEHRING, 2003, p. 21).

Assim, ao longo dos tempos, a estrutura da desigualdade social brasileira, permaneceu inalterada. Os padrões de proteção social foram - e são - marcados fundamentalmente pela desigualdade na distribuição de renda, serviços e assistência.

As razões socioeconômicas e políticas que se encontram na base dos processos de reforma da infra-estrutura do Estado, em vários países, só podem ser analisadas e compreendidas quando se traz à tona o contexto das transformações

⁸ Referimo-nos ao Plano de Desenvolvimento Nacional expresso na Carta Constitucional de 1988 que ganhou escopo nas discussões das políticas neoliberais em nosso país.

operadas pelo capitalismo na contemporaneidade. No entanto, ainda que se verifique a necessidade de refuncionalização do sistema capitalista, decorrente das modificações impostas pelos processos sócio-históricos, podemos identificar uma matriz comum às diferentes formas de expressão do capitalismo ao longo dos tempos que é a expressão da lei do valor como relação social que organiza e fundamenta as relações econômicas, sociais e políticas.

Além disso, os processos vigentes, nos quais subjazem os meios de produção e acumulação de capital, têm no desenvolvimento tecnológico, na compressão do tempo e espaço e na reestruturação da produção, mecanismos pelos quais o capital busca garantir a sua reificação, possibilitando assim que a sociedade burguesa se mantenha consolidada.

Com a aceleração tecnológica em busca da reformulação das estratégias de produção, e a mundialização da economia visando aos superlucros, deparamo-nos com a necessidade do ajuste neoliberal, notadamente no que concerne ao perfil das políticas econômicas desenvolvidas pelos Estados nacionais, e também com a emergência de um novo padrão de relação Estado/sociedade civil, o que traz implicações significativas no desenvolvimento das políticas públicas.

De acordo com Vianna (1998), a expansão da produção capitalista em meados do século XX, teve como contrapartida o desenvolvimento de sistemas de proteção social fortemente estatizados, tendo em vista o contexto político-ideológico que caracterizou o período após a II Guerra Mundial. Como modelo da democracia social nas economias capitalistas avançadas, a consolidação do Estado de Bem-estar Social na Europa Ocidental, caracterizou-se por afirmar a função pública como compatibilizadora da democracia com a economia de mercado. Nessa conjuntura, o

Plano Beveridge⁹ que apresentava uma proposta de reforma nas políticas sociais vigentes na Inglaterra, constituiu-se um modelo cujos princípios foram aclamados como uma reformulação fundamental nos direitos sociais do cidadão do Estado Moderno. A partir de sua aprovação e concretização em 1946, seus princípios influenciaram a concepção de seguridade social por todo o mundo, pois após a II Guerra Mundial, todos os sistemas de seguridade social europeus passaram por reformas fundamentais, uma vez que a guerra causou muitas mudanças econômicas e políticas que repercutiram em toda a sociedade.

Como consequência do desenvolvimento de políticas antibélicas e as mudanças na gestão econômica, uma nova forma de regulação social expressa pela transformação das relações entre Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, demarcou a emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação, saúde, previdência social, integração e substituição de renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, passam a regular direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário. O padrão de financiamento público da economia capitalista, sintetizado na sistematização de uma esfera pública, a partir de regras universais e pactuadas estabeleceu o que se denominou de *Welfare State*.

O termo *Welfare State* designa o conjunto de políticas sociais que se erigiu com base no modelo fordista-keynesiano que foram assimiladas, guardados os específicos contextos históricos de cada nação, de forma a demarcar a

⁹ Em 1942, William Beveridge apresentou ao Parlamento Inglês, um relatório que continha os resultados de estudos realizados sobre a seguridade social e apresentava uma proposta de reforma fundamentada em dois grandes princípios, identificados como a “nova concepção” de proteção social. O princípio da Igualdade, que tinha por meta a homogeneização das prestações básicas dos seguros sociais e o da Universalidade que dizia respeito à cobertura e aos escopos de proteção dados aos indivíduos.

representação de um Estado que deve assegurar os direitos sociais dos seus cidadãos e garantir a paz, a justiça e a segurança futuras dos cidadãos, tendo em vista os grandes abalos e inseguranças gerados no pós-guerra.

A busca do *Welfare State* proposta pelas políticas liberais no período fordista/keynesiano, calcadas na elevada produtividade e rentabilidade do capital, destacaram a função do Estado e configuraram um período marcado pelo avanço sustentado do emprego, do consumo e ampliação dos direitos sociais. No entanto, o propósito de intensificação do bem-estar humano contido na consolidação do Bem-estar Social, através do desenvolvimento de políticas sociais, não passou de uma grande promessa ideológica, sobretudo para os países “em desenvolvimento”.

No Brasil, os reflexos dessas mudanças evidenciaram-se através da estruturação do mercado de trabalho em torno do emprego assalariado regular e dos segmentos da população economicamente ativa. Nesse contexto, historicamente, o registro do vínculo empregatício em carteira de trabalho, significou, um grande passo no reconhecimento da cidadania, pois é essa condição que garante o acesso a determinado padrão de proteção social, particularmente para a Previdência Social. Contudo, o processo de industrialização e o intenso crescimento econômico desse período, não consolidou o que Salvador e Boschetti (2002), designaram de “sociedade salarial”.

A industrialização brasileira não foi suficiente para assegurar emprego para todos e nem para instituir uma “sociedade salarial”, continuando a haver significativas taxas de desemprego, agravadas, ainda, por uma característica própria das economias latino-americanas – a subutilização da força de trabalho, destacando –se a perpetuação e a reprodução de ocupações precárias (SALVADOR e BOSCHETTI, 2002, p. 116).

A interrupção do processo de crescimento e estruturação do mercado de trabalho se deu a partir da década de 80, ganhando expressão nos anos 90 onde se verificou, dentre outros fatores, a redução do assalariamento com registro, expansão do desemprego estrutural, marcas do novo regime de acumulação flexível do capital.

Como já discutido, com a mundialização da economia e sua organização flexível, as relações e regulamentações no âmbito do trabalho tornam-se fluidas. O compromisso institucionalizado entre os grupos sociais no espaço nacional perde a referência do Estado-nação como representante de seus interesses, na medida em que este encontra-se fracionado social e territorialmente e profundamente dependente do movimento das instituições financeiras. A desterritorialização do Estado como uma instância representativa do interesse geral leva à diminuição do potencial democrático, desprezando o consenso social.

Nesse sentido, a hegemonia burguesa no interior do Estado afirma-se de forma contundente com o neoliberalismo, cujas políticas engendram uma concepção singular de democracia, que abandona a perspectiva do Estado liberal de direito e de um tecido social mais denso e participativo em nome: da participação nos processos eleitorais, os quais se convertem – em muitas situações, mas não em todas, dependendo dos processos histórico-sociais internos dos países – em um mecanismo plebiscitário de legitimação do sistema (BEHRING, 2002, p. 60).

Nesse processo, além da significativa mudança na direção da intervenção do Estado, revela-se também a reversão do ciclo econômico com o “esgotamento dos anos de ouro do keynesianismo, com sua específica combinação entre capitalismo e social-democracia” (BEHRING, 2002, p. 62). A crise marcada pela depressão econômica levou ao aumento das demandas de proteção social por parte dos trabalhadores que se ampliaram na medida em que com a queda da taxa de lucros, o custo da força de trabalho passa a ser questionado.

As políticas sociais entram neste cenário caracterizadas por meio de um discurso nitidamente ideológico. Elas são: paternalistas, geradoras de desequilíbrio, custo excessivo de trabalho, e devem ser acessadas via mercado. Evidentemente, nessa perspectiva deixam de ser direito social. Daí as tendências de desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado, o que, aos poucos – já que há resistências e sujeitos em conflito nesse processo eminentemente político – vai configurando um Estado mínimo para os trabalhadores e um Estado máximo para o capital (NETTO, 1993 apud BEHRING, 2002 p. 64).

O ajuste estrutural decorrente dessa configuração gera uma mercantilização e transformação de políticas sociais em negócios. Tanto que o *lobby* acerca dos indicadores sociais e a criação de agências que desenvolvam estratégias que possam enfrentar a pobreza e minorar o “sofrimento” não passam de mecanismos que visam aumentar a penetração de organizações internacionais, capitalizando assim a dívida pública. Como destaca Soares (1999):

As chamadas Políticas de Ajuste Estrutural, como propostas e medidas econômicas bem como estratégias político-institucionais, partem do entendimento do NEOLIBERALISMO como um projeto global para a sociedade, com políticas articuladas, que não se limitam a medidas econômicas de efeitos conjunturais e/ou transitórios, trazendo conseqüências sociais graves e permanentes, muitas vezes de difícil volta atrás (SOARES, 1999, p. 171).

No Brasil, os ajustes neoliberais necessários à estabilização da economia e as propostas de ajuste econômico e estrutural, por estarem calcados na âncora cambial, dentre outros fatores, nunca o levaram a experimentar a condição do *Welfare State*, embora o perseguisse. Para Soares (1999), os Custos Sociais das Políticas de Ajuste podem ser entendidos de um lado, como deterioração das Políticas Sociais, e de outro, como agravamento das condições sociais, processos que possuem uma retroalimentação. A autora considera que as especificidades dos impactos sociais das políticas de ajuste dependem dos seguintes fatores:

- da estruturação anterior das Políticas Públicas (âmbito nacional; grau de universalidade no acesso; forma de financiamento; cobertura, etc.);

- das condições sociais encontradas em cada formação social específica (características histórico-estruturais de Desigualdade Social e intensidade das situações de exclusão e pobreza);
- bem como do tipo e da intensidade das políticas de ajuste (ortodoxia das políticas, gradualidade das medidas etc (SOARES, 1999, p. 172).

No Brasil, a sobrevalorização cambial, a incidência de juros internos altos e permanentes riscos de desestabilização da balança de pagamento, a emissão de títulos da dívida pública, caracteriza uma reestruturação que já começa recessiva, gerando corte de gastos no setor público, resultando no que Soares denominou de Custos Sociais das Políticas de Ajuste. Assim, no campo das políticas sociais, o que se verifica no Brasil é a constituição de um Estado social como uma instância inócua.

Oliveira (2001), ao desenvolver uma análise sobre as formas do capitalismo contemporâneo e sua expressão em torno da esfera pública, apresenta-nos uma reflexão importante no que concerne à equação político-social capitalista atual. O autor, parte da premissa de que o capital é uma relação social e que para compreender essa assertiva, é necessário que se entenda como suas operações se efetivam a partir do nível do salário direto e indireto pago ao trabalhador. Tais operações compõem-se de um conjunto híbrido de fatores que constituem o que denominou de “cesta de consumo”. Uma dimensão desta cesta é caracterizada por bens e serviços que são produzidos e ofertados pelo Estado, isto é bens e serviços públicos que têm o duplo sentido de serem ofertados ao trabalhador, mas também ao conjunto da população indistintamente. A incidência desses bens públicos compõe o salário do trabalhador, incidindo em seu orçamento familiar, por meio do salário indireto. A isto, Oliveira, denominou de “fundo público”.

No largo espectro do processo de acumulação de capital, encontram-se transferências de recursos públicos para financiar a acumulação de capital.

(...) O fundo público atua no financiamento da reprodução do capital e por isso, não é dele que deriva a mais-valia (OLIVEIRA, 2001, p. 20).

O Estado tem um papel no processo de acumulação do capital, pois nas relações entre infra-estrutura e super-estrutura da política social é que podemos compreender a formação da “esfera pública” e seu papel na sociedade. A matriz constitucional do que se denomina “esfera pública” é o próprio conflito de classe em dois amplos sentidos, conforme aponta Oliveira. O primeiro é o da histórica reivindicação dos trabalhadores para o atendimento das demandas que seu salário direto não cobriria como saúde, educação etc, classicamente conhecidas como demandas sociais. No segundo sentido, identifica-se o movimento no qual o capital expulsou dos custos de produção tudo aquilo que passou a ser demanda social.

Ao analisar os países de economias periféricas, como por exemplo o Brasil, tem-se duas coisas: os custos sociais, matéria-prima das políticas sociais, que eram assumidos pelas empresas, ou pela comunidade, ou pelas igrejas, quase sempre, neste caso mandatárias do Estado, mas não financiadas por ele; no barracão de consumo ou, na forma clássica, na casa de pobres. Portanto, isto incidia no custo de produção (OLIVEIRA, 2001, p. 22).

A forma então, de se decifrar o salário a ser pago ao trabalhador, está relacionada ao provimento dos bens que a força de trabalho necessita para reproduzir-se, concretamente. Por isso, a concepção do salário mínimo é a das necessidades vitais. No capitalismo clássico, essa operação precisava ser feita:

O operário não tem onde morar, pois aqui está a casa para morar. O operário não tem onde nem como comer, pois aqui está uma cooperativa de consumo para abastecê-lo. Isto fazia parte do custo da produção, que incluía portanto, o custo de reprodução da força de trabalho, incidindo como custo do capital (OLIVEIRA, 2001, p. 23).

Na medida em que estas demandas eram produzidas pela industrialização, para o capital privado, tornou-se impossível, geri-la. Com isso, tratou-se de expulsar esses custos do interior da equação para o exterior, quer dizer, para o Estado. Os

movimentos da base operária que reivindicavam seus direitos e o dos capitalistas querendo livrar-se dos custos de base geraram a necessidade de se criar políticas sociais de forma a atender a essas demandas. As primeiras instituições como, SESC (Serviço Social do Comércio), SESI (Serviço Social da Indústria), são nas palavras de Oliveira, “epígonos” deste contexto. Por outro lado, a seguridade social tornou-se uma forma estatal das caixas de socorro mútuo, criadas por grandes categorias de trabalhadores desde o século XIX.

As instituições de seguridade são reguladoras do conflito e do mercado. Essas instituições atuam como formadoras da previsibilidade do sistema. É nesse sentido que a seguridade social se torna um grande instrumento de previsão que funciona, indicando ao sistema a fração da força de trabalho que se encontra na reserva, que fração da força de trabalho se encontra na ativa, sua curva de salários e expectativa de vida, que serve para projetar as atividades de produção e da própria demanda por mão-de-obra. Como elemento de regulação a seguridade social:

Diz ao sistema que fração de reserva da força de trabalho tem, no seguro-desemprego, a manutenção de uma demanda ativa e, portanto, fornece um horizonte de previsibilidade, sendo então o social que dá parâmetros ao econômico (OLIVEIRA, 2001, p. 25).

Os custos da produção, chamados sociais, que são expulsos desse custo, precisam garantir a institucionalidade dessa operação, que é política. Então o que se denomina fundo público é resultado da institucionalização das demandas sociais a partir da absorção pelo Estado desses custos.

Com o estímulo a fundos sociais de emergência, a criação de organizações filantrópicas e ONGs, a mobilização da solidariedade individual e voluntária, “observa-se a emersão de uma espécie de clientelismo (pós) moderno ou

neocorporativismo, onde a sociedade civil é domesticada – sobretudo seus impulsos mais críticos – por meio da distribuição e disputa dos poucos recursos públicos para ações focalizadas ou da seleção de projetos sociais pelas agências multilaterais. (BEHRING, 2003, p. 64) . Essas medidas assistenciais compensatórias, não resultam em melhoria na qualidade de vida e constituem um Estado assistencial que acaba por banalizar a pobreza.

É nesse contexto que se constituem os padrões de proteção social brasileiro. Na realidade, pode-se dizer que a primeira medida tomada pelo Estado Brasileiro, relativa à Previdência Social, data de 1º de outubro de 1821. Nessa ocasião, Dom Pedro I, ainda como Príncipe Regente, assinou uma Carta de Lei concedendo a aposentadoria aos professores régios que completassem 30 anos de serviço, fossem homens ou mulheres. A aposentadoria, na época denominada jubilação, era concedida com o vencimento de todo o ordenado, ou seja, com proventos integrais. No que tange ao desenvolvimento de políticas sociais, essas tiveram sua origem na fase final da Primeira República onde a temática referente ao social começa a adquirir evidência em função da emergência dos processos de industrialização. Com a diversificação da economia, nos anos 1920 e 1930, torna-se fecunda a organização do movimento operário exigindo melhores condições de vida e trabalho. Suas reivindicações frente à burguesia, levaram à implementação de benefícios sociais e o desenvolvimento do Estado assistencial onde se institucionalizaram, as Caixas de Aposentadoria e Pensão¹⁰. Essas se disseminaram rapidamente, de modo que em 1927 existem 138 CAPs no país, estabelecendo-se então as bases para a constituição da Previdência Social, formalmente inaugurada pós a revolução

¹⁰ Conforme estabelecido pela lei Eloy Chaves, promulgada em 1923.

de 30, com a Constituição de 1934 que reconhece formalmente alguns dos direitos sociais dos trabalhadores.

De acordo com Porto (2001), com a crise do capitalismo caracterizada com a recessão econômica de 1929 e, posteriormente, com a Segunda Guerra Mundial, o Estado assume um perfil abertamente intervencionista, e passa a administrar os investimentos rentáveis como os serviços de estrutura de base e as políticas sociais. O governo brasileiro, representado nessa época por Getúlio Vargas, em seu processo de ruptura com as oligarquias agrárias, no período de 1930 a 1945, em sua gestão trabalhista, passou a fomentar o desenvolvimento de indústrias, e de instituições de política social com o objetivo de administrar o problema relativo ao trabalho, tendo em vista a conjuntura do desemprego, a pobreza e a desqualificação profissional. No contexto da gestão nacionalista, entre 1951 a 1954, a política social da era Vargas caracteriza-se pela fragmentação, controle e seletividade frente aos trabalhadores, institucionalizando os seguros sociais para as categorias de trabalhadores mais organizados politicamente.

Essa configuração do sistema de proteção social brasileiro relaciona os direitos sociais como atribuição exclusiva dos trabalhadores que atuam em profissões legitimadas por terem carteira de trabalho assinada. Para sedimentar essa proposta, surgem leis e instituições sócias com o objetivo desenvolver práticas assistencialistas como por exemplo o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), dentre outros. Esse foi o formato que caracterizou a política social previdenciária concretizada nos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), que vigoraram até 1966. Assim, podemos considerar que o sistema de proteção social brasileiro prevaiente dos

anos 30 aos 60 é marcado, fundamentalmente, por uma proposta corporativista, constituída pelo que se denominou de *pacto das elites*.

O período que corresponde à ditadura militar e ao golpe de 64 é configurado por um modelo de desenvolvimento econômico centralizado pelas corporações transnacionais agenciadas com o capital brasileiro. Aqui se estabelece um projeto de implantação de uma modernização conservadora onde se desenvolvem políticas sociais abrangentes como forma de compensar o aumento da pobreza e das condições precárias de vida frente aos baixos salários.

A implantação de propostas de política social deu-se através da intervenção da oligarquia empresarial, que marcou o início de um processo de privatização dos serviços sociais, até então, públicos. Nesse modelo, a política social vigente levou ao desmantelamento dos mecanismos de representatividade da classe trabalhadora no sistema de proteção instituído. Além disso, o Estado ditatorial, em prol dos interesses do capital, acaba por acirrar a desigualdade social.

Nos anos 1974 a 1979, o governo de Geisel estabelece a estratégia de mudança do regime militar para um governo pretensamente liberal-democrático, ainda dentro da perspectiva da modernização conservadora, pois a hegemonia das forças conservadoras se mantém. Na década de 1980, no último governo da ditadura, tendo à frente o general Figueiredo, consolidam-se alguns desses processos democráticos que avançam, sob a pressão de movimentos sociais organizados. Assim, assiste-se à reorganização partidária, as eleições diretas para os governos estaduais e à reconstitucionalização do país, em 1985, com a Nova República. Ainda que a década de 80 tenha representado, do ponto-de-vista econômico, um período de recessão e de baixos salários, a ação organizada das

classes subalternas, com a formação do novo sindicalismo político, a criação da CUT, do Partido dos Trabalhadores, dentre outros, possibilitam que a proposição da justiça social e da democracia tenham algum espaço no âmbito da organização do Estado brasileiro.

Com a aprovação da Constituição Federal de 1988, as forças políticas progressistas dessa época, possibilitaram a construção de um padrão de proteção social que trazia como eixo fundamental a garantia dos direitos que superassem a perspectiva dos seguros sociais. Nas palavras de Nogueira (2001, p. 97) “uma proteção garantida ao indivíduo, por toda a sociedade, contra os riscos do mercado. Enfim, uma segurança para enfrentar os riscos contemporâneos.”.

No entanto, na Carta Constitucional de 1988, estabeleceu-se entre as políticas sociais públicas e privadas uma entronização, de modo que a seguridade social, ainda que se apresentasse como dever do Estado e direito do cidadão, foi impulsionada preponderantemente pelo capital privado (PORTO, 2001).

A categoria Seguridade Social é compreendida na Constituição Federal de 1988 como: “Um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social”¹¹.

A partir de 1988, identifica-se assim, um padrão público universal de proteção social, inédito na história brasileira, mas cuja consolidação encontra-se profundamente comprometida, tendo em vista que a busca tardia e jamais alcançada do “Bem-estar Social” não encontra eco nos objetivos estratégicos dos governos

¹¹ Art 194, Cap. II, título VIII da Consittuição Federal Brasileira, 1988.

que se sucederam, submersos em crises fiscais, descaracterizando as medidas de caráter social como já apontado por Soares (1999).

O estabelecimento de ajustes neoliberais coloca as políticas sociais subjugadas à orientação economicista do Estado. Essa condição gera uma mudança drástica nas políticas sociais que acabam por pautar-se em medidas compensatórias para a miséria que se alastra.

Além disso, a ideologia neoliberal acionada como um reforço ao estabelecimento da política econômica, com os programas de privatização e de reforma do Estado, trouxe conseqüências indelévels à classe trabalhadora brasileira, uma vez que no contexto da reforma do Estado dos anos 90, o governo de Fernando Henrique Cardoso configura um processo de mercantilização dos serviços sociais produzindo o que Behring (2003) denominou de Estado de Mal-Estar Social.

Reifica-se desse modo o Estado assistencial no Brasil, tendo em vista que os programas de assistência social desenvolvidos pelo “terceiro setor” ganham espaço, com seus programas de combate à pobreza - absolutamente ineficazes -, reforçando o clientelismo e práticas solidárias voluntárias que aprofundam a ineficiência do Estado para a intervenção social, ao conclamar a sociedade civil a colaborar na institucionalização da “sociedade de providência”.

De acordo com Fleury (2005), a construção de um Estado nacional no Brasil constitui-se como um projeto sempre inacabado. O sistema de proteção social brasileiro, até o final da década de 80, resultou na combinação de um modelo de seguro social na área previdenciária, incluindo a atenção à saúde, com um modelo assistencial para a população sem vínculos trabalhistas formais. Em linhas gerais as diferenças entre o modelo de seguro social aplicado à Previdência Social e o modelo

assistencial são que neste último as ações, estão dirigidas aos grupos de pobres mais vulneráveis, organizadas em base à associação entre trabalho voluntário e políticas públicas, mas não configuram uma relação de direito social, constituindo-se apenas de medidas compensatórias, produzindo o que Fleury denominou de cidadania invertida na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto de proteção social. No modelo de seguro social, a proteção social estabelece uma relação de direito contratual com os grupos ocupacionais, no qual os benefícios são condicionados às contribuições pretéritas e à afiliação dos indivíduos àquelas categorias autorizadas a operar um seguro. Tal modelo, por condicionar os direitos sociais à inserção dos indivíduos na estrutura produtiva geram o que Wanderley Santos (1989) chamou de “cidadania regulada” pela condição de trabalho.

A institucionalização do modelo constitucional de seguridade no Brasil, passou a designar uma forma nova e ampliada de implementar e articular as políticas já existentes desde o século XX ao articular a saúde, a assistência e a previdência. Esse padrão constitucional de proteção social, ao organizar os setores componentes da seguridade social subordinou-os a dois princípios básicos: a participação da sociedade e a descentralização político-administrativa de forma a aprofundar a democratização do Estado em direção à sociedade e do nível central em direção ao nível local. A originalidade da seguridade social brasileira está calcada na reforma do Estado, caracterizado pelo desenho dos sistemas de políticas sociais de saúde e de assistência de forma descentralizada e participativa. Apenas no caso da Previdência, este modelo não se aplicou completamente, em função da resistência à descentralização, caracterizando-a como o “núcleo duro” da seguridade social no Brasil. (FLEURY, 2005).

Todavia, a concretização do modelo de seguridade social previsto na “Constituição Cidadã”, nunca foi alcançada. A arraigada noção do seguro social, que estabelece uma relação inexorável entre contribuição e benefício foi um dos obstáculos à implementação da seguridade social prevista na Carga Magna. Em meio às crises econômicas, políticas e fiscais, ao elevado endividamento público, decorrente da incapacidade estrutural do Estado de gerar recursos internos necessários ao desenvolvimento sustentável do país, o que ganha escopo nesse contexto é a implantação de uma política reformista.

Uma política reformista, que incluiu a privatização do patrimônio do Estado, a reforma administrativa introduzindo práticas gerenciais oriundas dos negócios privados e a retirada do Estado da provisão de serviços, foi fortemente indicada pelas agências internacionais como a solução capaz de devolver ao país os níveis de crescimento social e econômicos alcançados no passado. É na esteira do discurso reformista, de cunho marcadamente neoliberal, ditado pela orientação ortodoxa na economia nos últimos anos, que se desenvolveram os debates acerca da necessidade de reorganização do modelo de seguridade (FLEURY, 2005, p. 457).

Boschetti (2003), considera que a seguridade social brasileira raramente é tratada a partir de suas propriedades heurísticas ou analisada empiricamente em sua totalidade, restringindo-se as análises ao seguro previdenciário. Tal consideração encontra fundamentação na evidência de que a Previdência Social se apresenta como elemento central no cenário da reforma do Estado, tendo em vista o caráter contributivo que a constitui.

A regulamentação dos novos dispositivos constitucionais relativos à seguridade social foi bastante conflituosa. As leis orgânicas da área de seguridade social – de saúde, previdência e assistência – tiveram que ser negociadas na nova conjuntura neoliberal, um contexto desfavorável de privatizações, recentralização, capitalização e focalização que obstaculizaram a implantação da seguridade social.

É nesse sentido que Fleury (1997), Behring (2000) e outros, afirmam que a seguridade social, como princípio reitor da proteção social consagrada na Constituição Federal de 1988 não foi concluída organizacional e financeiramente nem em relação ao padrão de benefícios e à cobertura. A seguridade social brasileira ficou entre o seguro e a assistência, uma vez que a lógica do seguro que sustenta a previdência jamais foi abandonada, justificando com isso a alegação dos permanentes déficits entre receita e despesa da política social. Com isso, as políticas de saúde, previdência e assistência jamais conseguiram metamorfosear-se em seguridade social.

A fragmentação, na organização e gestão das políticas de saúde, assistência e previdência, além de impossibilitar a materialização dos princípios de universalidade, equidade e integralidade e participação dos cidadãos no desenvolvimento das políticas sociais, torna frágil a própria estrutura existente que garante o acesso, ainda que incipiente a essas dimensões. Uma das dimensões a ser destacada nesse contexto é a péssima qualidade dos serviços prestados ao cidadão, seja pela falta de recursos, seja pela ampliação dos esquemas privados que sugam os recursos públicos.

Na dimensão dos direitos previstos e assegurados se evidencia o maior paradoxo, entre a lógica do seguro e a lógica da assistência, que parece dificultar ou até mesmo impedir a concretização das políticas sob a forma da seguridade social.

Historicamente, as CAPs, os IAPs e posteriormente o INPS e INSS foram, gradativamente, implementando benefícios que fogem à lógica contributiva e com valores proporcionais à contribuição efetuada. (...) Por outro lado, os recursos do orçamento da previdência também eram utilizados para financiar os benefícios assistenciais que, antes da Constituição nem eram reconhecidos como direito social. Essa imbricação histórica entre elementos próprios à assistência e elementos próprios ao seguro social poderia ter provocado a instituição de uma ousada seguridade social, de caráter

universal, redistributiva, pública, com direitos amplos e fundados na cidadania. Não foi, entretanto, o que ocorreu, e a Seguridade Social brasileira, ao incorporar uma tendência de separação entre a lógica do seguro e a lógica da assistência, e não de reforço à clássica justaposição existente, acabou materializando políticas com características próprias e específicas que mais se excluem do que se complementam, fazendo com que, na prática, o conceito de seguridade fique no meio do caminho, entre o seguro e a assistência (BOSCHETTI, 2003, p. 77-78).

O caráter filantrópico e clientelista na condução da política social no Brasil, em detrimento de seu fortalecimento como direito social, torna-se a marca característica da seguridade social nesse contexto. O que se verifica nessa conjuntura é que os movimentos que se operam para a materialização dos direitos sociais reduzem-se a deveres e obrigações do contribuinte que deseja ter acesso a essas políticas. Dados do IPEA (2002), retratam que a contribuição direta dos trabalhadores e empregadores representa aproximadamente 75% das fontes da previdência social, o que reflete a histórica tendência de predominância da contribuição dos trabalhadores em detrimento dos empregadores e do Estado e apesar de estar previsto na Constituição o financiamento tripartite da contribuição entre Estado, empregados e empregadores. Desse modo, a perspectiva de um fundo de seguridade social, com financiamento tripartite e redistributivo, com a finalidade de financiar as três políticas de seguridade social, jamais se efetivou. E é justamente a questão do financiamento da previdência que suscita o discurso de sua reforma.

Nesse contexto, a reforma da Previdência Social entrou em pauta em abril de 1995 e foi promulgada em 15 de dezembro de 1998¹² e se traduziu basicamente

¹² Referimo-nos aqui a primeira reforma da Previdência Social proposta pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. O discurso da reforma também se estabeleceu e foi efetivado no governo de Luís Inácio Lula da Silva.

pela alteração estrutural dos direitos previdenciários, bem como pela adaptação do sistema previdenciário à política econômica vigente.

Em seguida à Emenda Constitucional nº 20, o Congresso Nacional aprovou a Lei no 9. 876, de 26 de novembro de 1999, que alterou a regra de cálculo do valor dos benefícios e introduziu, no sistema previdenciário, uma série de outras inovações. Ampliou, a nova lei o período de contribuição contado para efeito do cálculo do valor dos benefícios e instituiu o fator previdenciário – tábua da vida, que leva em conta a idade, a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do segurado no momento da aposentadoria (NOGUEIRA, 2001, p. 107).

Além dessas mudanças, destacam-se as seguintes inovações implementadas pela lei 9. 876 de 1999: universalização da cobertura do salário-maternidade, homogeneização das categorias dos segurados, pagamento do salário-família condicionado à comprovação do filho à escola, tratamento diferenciado entre o contribuinte sonegador e o inadimplente. Para Nogueira (2001), essas medidas penalizaram as aposentadorias por tempo de serviço e a massa dos mais pobres, não organizados, bem como aproximaram sua dinâmica a mecanismos da previdência privada, sobretudo no que tange ao sistema de concessão dos benefícios.

Mais do que inovações, essa reforma da Previdência reduziu a amplitude dos direitos conquistados com a Constituição de 1988. A transformação do tempo de serviço em tempo de contribuição, a instituição da idade mínima para aposentadoria proporcional; acréscimo de 40% no tempo de contribuição para os atuais segurados; estabelecimento de um teto nominal para os benefícios e a desvinculação desse teto do valor do salário mínimo, fim das aposentadorias especiais foram algumas dessas mudanças implementadas com a reforma. A introdução do Fator Previdenciário para o cálculo dos benefícios da aposentadoria representou uma redução no montante final dos benefícios concedidos. No setor público, também se efetivaram mudanças

que suprimiram alguns direitos: exigência de idade mínima para aposentadoria integral ou proporcional, aumento de 20% do tempo de contribuição para aposentadoria proporcional e 40% para integral; comprovação de cinco anos no cargo efetivo de servidor público para requerer a aposentadoria; fim da aposentadoria especial para professores universitários; introdução da aposentadoria compulsória aos 70 anos e implantação de um regime de previdência complementar para servidores públicos federais, estaduais e municipais (BOSCHETTI, 2003).

Contudo, ainda que identifiquemos nos projetos neoliberais e ao longo dos tempos, tentativas de tornar as políticas de assistência inócuas, não podemos deixar de ressaltar o fato de que a Seguridade Social se constituiu como uma instância que garante ao trabalhador seus direitos conquistados ao longo dos tempos.

De acordo com o princípio de diversidade das bases de financiamento proposto pela Constituição Federal, definiu-se os recursos da Seguridade Social como proveniente de três fontes: orçamento da União, Estados e DF; contribuições sociais (que se subdividem em duas: a contribuição do empregador sobre a folha de salário, a receita, faturamento e o lucro; e a do trabalhador e demais segurados) e a receita de concursos de prognósticos. A ampliação e diversificação das fontes de financiamento foi um requisito apresentado a fim de atender, à expansão dos direitos sociais e à instituição de um sistema amplo de seguridade social. Ocorre que ainda que fossem criadas novas contribuições sobre o faturamento e o lucro, bem como a inclusão do orçamento fiscal da União, essas fontes criadas para cobrir a ampliação dos direitos não são completamente utilizadas para esse fim, o que obriga o governo a lançar mão das contribuições da previdência social para custear todo o sistema de seguridade social. Tais dados nos levam a constatar que, contrariamente ao que se

propala, a previdência social não é deficitária, o que há é incompetência na gestão do fundo público.

As reformas da previdência, ao concederem foco apenas ao presumível déficit contábil, desviam-se do debate sobre a consolidação da seguridade social como núcleo central de um Estado social universal justo e igualitário. A reforma da previdência e o enfoque reduzido da política social às iminentes necessidades de redução do déficit público reforçam a subordinação do social ao econômico e aos ditames do mercado, transformando um direito em uma necessidade, deslocando e minimizando o próprio sentido da seguridade social.

O conceito de seguridade social delimita um campo de enfrentamento de forças sociais na definição de políticas de proteção social que deveria garantir a expressão das formas de sociabilidade e de construção de subjetividade num espaço democrático que garantiria o pleno exercício da cidadania. No entanto, a construção de uma comunidade cidadã, reflexiva e crítica, indispensável à constituição de uma sociedade saudável apresenta-se como incongruente à expansão do capital.

O que se observa é que o nível de proteção moldado para atender às demandas do sistema (e não dos indivíduos) demarca, cada vez mais, a invisibilidade do cidadão, do trabalhador e do indivíduo no que concerne aos seus direitos universais. O que ganha escopo é a necessidade de redução de custos trabalhistas e sociais para se garantir a sobrevivência do capital.

Uma dimensão importante do custo social provocado pelas políticas contemporâneas no setor da seguridade social consiste na concentração de poder e

na supremacia da gestão do econômico em detrimento da gestão social. Uma das conseqüências imediatas desse processo está na pulverização dos serviços prestados que garantem o acesso ao direito. Com a configuração do Estado mínimo e a reforma gerencial do Estado, configura-se a mudança da forma burocrática da gestão das instituições públicas para a gestão gerencial, onde a ênfase nos resultados e a desvinculação entre meios e fins se estabelece.

Tal evidência pode ser comprovada no âmbito da prestação do serviço da Previdência Social com a consolidação das “agências transformadas” que na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso consolidou-se como uma das dimensões da reforma gerencial do Estado.

Para melhor compreendermos o universo da Previdência Social, objeto de nossa análise nesta tese, apresentaremos a seguir suas características gerais a partir do documento sistematizado pelo Ministério da Previdência Social em 2005 que produziu o livro: “Previdência e Estabilidade Social: Curso Formadores em Previdência Social”, cujo objetivo, conforme consta no seu texto de apresentação de sua 5ª edição é: “fomentar a inclusão de novos segurados no sistema de Previdência Social, familiarizar a sociedade brasileira sobre o seu funcionamento e conceitos e formar agentes multiplicadores da ação previdenciária junto aos seus próprios núcleos sociais e profissionais” (p. 8).

4.1 Previdência Social no Brasil hoje : Características gerais

Conforme retrata o documento do Ministério da Previdência Social: “Previdência e Estabilidade Social: Curso Formadores em Previdência Social” , publicado em 2005, pelo Ministério da Previdência Social, a Previdência Social, essencialmente, é o seguro social para o trabalhador que contribui. É uma instituição pública que teria como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social seria utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão. No Brasil, estima-se que 40,2 milhões de pessoas possuem algum tipo de renda, mas não contribuem para a Previdência.

Conforme o documento, a Previdência hoje engloba os seguintes benefícios:

- a) cobertura de eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- b) proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- c) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- d) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

Dados do Ministério da Previdência Social retrataram que no ano de 2005 pagaram-se benefícios a mais de 22 milhões de pessoas por mês. Estima-se que a Previdência beneficie mais de 77.7 milhões de pessoas direta ou indiretamente, redundando algo em torno de 45% da população brasileira.

A Previdência Social é responsável por parcela significativa da renda dos estados e municípios. Em 2002, a conta da Previdência Social somou mais de R\$ 88

bilhões. Esse valor representou 6,7% das riquezas do país. O pagamento de benefícios representam mais de 10% do PIB na Região Nordeste, sendo que em alguns estados, este valor chega a 16,7% do PIB. Além disso, as transferências de recursos para o custeio de benefícios previdenciários é maior que o Fundo de Participação dos Municípios em 3.359 localidades espalhadas em todo o país, o que representa 60,97% do total de municípios brasileiros.¹³ Há ainda uma particularidade que retratam números interessantes: em mais de 90% dos municípios brasileiros o pagamento de benefícios previdenciários é superior à arrecadação da Previdência no próprio município.

Esses dados indicam que a economia de alguns municípios, inclusive, se move a partir dos recursos injetados via benefícios previdenciários. Em nosso estudo de campo, obtivemos informações de que em uma localidade próxima à cidade de Barra Mansa, o comércio só aceita vender “fiado” às pessoas que apresentam seu comprovante de aposentadoria.

Conforme o documento oficial, a Previdência Social protege grande parcela da população idosa, principalmente aqueles de renda mais baixa: cerca de 78% da população com idade igual ou superior a 60 anos de idade recebe algum benefício previdenciário. As famílias com idosos têm rendimentos 14,5% superiores às famílias sem idosos, mesmo contando com um número menor de pessoas trabalhando. À medida que a população envelhece, aumenta essa relação: 91,1% das pessoas com 70 anos ou mais de idade são beneficiários. Destaque-se que as famílias com idosos possuem, em média, renda *per capita* 24,4% maior do que as famílias sem a presença de idosos. Os dados revelam que o idoso constitui-se no

¹³ Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social. <http://www.mps.gov.br>. Acesso em: 25/02/2004.

principal fiador do núcleo familiar, responsável por uma fração que varia entre 42,8% e 69,2% dos rendimentos dos domicílios, sendo a maior parte proveniente da Previdência Social.

A análise oficial sobre área rural apresenta o papel social da Previdência Social como evidente. Para o governo, os trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar foram incorporados ao sistema após a promulgação da Constituição de 1988, mesmo não tendo suficiente contrapartida contributiva. A Previdência Social provê a renda de aproximadamente 7 milhões de beneficiários rurais, que sustentam quase 24 milhões de pessoas, e conforme a versão oficial, permite um nível de estabilidade econômica fundamental em muitas regiões.¹⁴ Trata-se portanto de uma estrutura “gigante”.

E o tom ufanista continua quando o texto “Previdência e Estabilidade Social: Curso Formadores em Previdência Social” registra que a Constituição de 1988 ampliou a cobertura da Previdência Social. Devido a essas mudanças, em pouco mais de uma década, o total de benefícios pagos se expandiu fortemente: cresceu de 11,6 milhões em 1988 para 23,1 milhões em 2004. No meio rural, nesse mesmo período, a expansão do número de benefícios foi de 4 milhões para 7 milhões. Essa expansão foi fortemente influenciada pelos efeitos da regulamentação de normas constitucionais em 1991. De 1991 para 1992, o crescimento do montante de benefícios mantidos pela Previdência atingiu 22,1%.

Em 2004, o Ministério da Previdência Social adotou um novo conjunto de critérios para a mensuração da proteção concedida ao trabalhador. O critério anterior, utilizado até 2003, levava em conta apenas a declaração de contribuição à

Previdência Social dos trabalhadores da iniciativa privada. Assim, alguns grupos que contam com proteção previdenciária ficavam de fora do cálculo da cobertura, como é o caso os estatutários e militares (que contam com proteção social, garantida por Regimes Próprios), segurados especiais (trabalhadores rurais que contam com proteção previdenciária mesmo com menor contrapartida contributiva) e pessoas que já recebem benefício, mas que não declaram contribuição no trabalho atual.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE 2003), revelam, com a incorporação dos novos critérios de mensuração de proteção social, que 27 milhões de trabalhadores entre 16 e 59 anos encontram-se socialmente desprotegidos – ou seja, como não contribuem para a Previdência Social, não recebem nenhum benefício e não se enquadram na categoria de segurados especiais.

A desproteção social é maior entre os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta-própria, superando os 65%. Dos 27 milhões de trabalhadores sem proteção social, 9,8 milhões têm rendimentos oriundos do trabalho inferiores a um salário mínimo. Esses dificilmente terão possibilidade de contribuir.

As mudanças no mercado de trabalho estão intimamente relacionadas com a Previdência Social. O contingente de trabalhadores sem carteira e por conta própria passaram, ao longo dos últimos anos, por um processo de reconfiguração nas relações de trabalho a partir da reestruturação produtiva nas empresas, como já destacado no capítulo 2 dessa tese. Trata-se de um fenômeno estrutural de mudanças no mercado de trabalho, que tem exigido um redesenho nas políticas

¹⁴ Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social. <http://www.mps.gov.br>. Acesso em 28/02/2004,

sociais em todo o mundo. Dados do IBGE (2002), retratam que os trabalhadores com carteira assinada tiveram sua participação percentual reduzida de 57,5%, em 1990, para 45,5% em 2002. Já os trabalhadores sem carteira assinada passaram de 19,3% em 1990, para 27,7% em 2002, e os trabalhadores por conta própria de 18,7% em 1990, para 22,6% em 2002. Como podemos ver, os números retratam uma tendência que reflete a crise desencadeada pelo aumento do desemprego estrutural e conseqüentemente, um impacto direto nas políticas sociais .

Em 2001, o Ministério da Previdência Social, encomendou uma pesquisa de opinião ao Instituto de Pesquisa e Análise Social e Econômica Ltda, com o intuito de captar a imagem da Previdência Social junto aos trabalhadores brasileiros. Dentre os diversos resultados da pesquisa, destacam-se dois importantes aspectos: 1) o elevado desconhecimento acerca dos motivos para a existência do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS ou do que é a Previdência Social e 2) a associação entre a imagem da Previdência e os serviços de saúde. O conceito de Previdência Social não é claro para a população. Dos entrevistados, 66% não sabem o que é Previdência Social e 11,7% associam a Previdência com plano de saúde do governo. Apenas 18% associam a Previdência Social à aposentadoria.

O contexto da pesquisa também buscou caracterizar o universo de não-inscritos no INSS. A principal causa para não contribuição é a falta de recursos. Insuficiência de renda, falta de emprego, trabalho sem carteira assinada, são as alegações apresentadas para a não contribuição ao INSS. Saliente-se que entre os entrevistados não-inscritos no INSS, 38% não sabiam que um trabalhador pode vir a contribuir, mesmo sem estar com a carteira assinada.

Os dados revelados pela pesquisa encomendada resultaram no desenvolvimento de estratégias e ações como o Programa de Educação Previdenciária e o Curso de Formadores em Previdência Social, pretensamente, com a finalidade de difundir e esclarecer à população sobre o que é a Previdência Social, bem como propiciar “maior consciência acerca da necessidade de filiação”. A grande contradição que se evidencia nesse propósito é que o *lobby* para a inclusão dos 27 milhões de trabalhadores que não têm acesso aos benefícios da Previdência Social está muito mais voltado para o aumento do fundo público, do que para o interesse de proteção do cidadão.

Em vez de esperar pela sociedade em seus balcões de atendimento, a prática é de ir ao encontro do cidadão, para informá-lo sobre o caráter imprescindível da Previdência na vida das pessoas. O Programa de Educação Previdenciária, via comitês, estão indo às escolas, às feiras livres, às ruas, aos campos, às praias, às prisões, às tribos indígenas, entre outros lugares. Além disso, estão realizando ações na mídia e celebrando acordos de cooperação técnica e administrativa com segmentos da sociedade civil organizada, tudo para garantir ao cidadão o direito, sagrado, à informação (BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 113).

O que assoma nesse processo como um dado que nos impõe uma reflexão é que a proposta desta política social, no que concerne à Previdência está atravessada tanto pelo objetivo de conquistar maior adesão ao sistema previdenciário, quanto o de dividir com a população o dever de garantir e aumentar a proteção social. Poderíamos considerar que a reestruturação dos serviços prestados pela Previdência na atualidade se coaduna com as propostas neoliberais e vai de encontro com uma prática gerencialista, própria do sistema capitalista.

Tomando por referência a tese de Oliveira (2001), no que tange ao “fundo público”, aumentar a proteção social é um desafio do Estado que visa “diminuir as desigualdades”. No entanto, como realizar esse propósito se a condição dos *sem-*

Previdência no Brasil é consequência de uma conjuntura em que salários escassos, desemprego estrutural etc, os impede de pensar no seu futuro?

Ainda que se pregue que a Previdência Social não é propriedade do governo, nem dos partidos de base de sustentação do governo, nem dos partidos de oposição, mas pertence à sociedade brasileira, como chegar até ela, face as condições de empregabilidade em nosso contexto?

A Constituição Federal prevê o sistema de Seguridade Social Brasileiro, em seu art. 194, como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Nesse contexto, determina que a Seguridade Social obedeça aos princípios e diretrizes de universalidade da cobertura e do atendimento; da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação de serviços e benefícios; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação e de custeio; diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante a gestão quadripartite, com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

A Previdência Social está inserida, portanto, no contexto da Seguridade Social e visa à proteção do cidadão, quando da perda, temporária ou permanente, da sua capacidade de trabalho. Seu conceito pode, então, ser definido como o seguro que garante a renda do trabalhador e de sua família, obedecido o teto do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, quando da perda, temporária ou permanente da capacidade de trabalho em decorrência dos riscos sociais. É em

razão da idéia de seguro, contida na concepção da Previdência, que o sistema previdenciário é organizado sob a forma de um regime contributivo. Ou seja, para que cada pessoa, possa ter direito aos benefícios prestados pelo sistema, deve contribuir como uma parcela da renda ao longo da vida ativa.

O seguro previdenciário no Brasil organiza-se no sistema de repartição, fundamentado num modelo em que os recursos recolhidos dos contribuintes atuais são destinados a cobrir os gastos com os aposentados de hoje. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos. Toda receita previdenciária adquirida no ano é utilizada para o pagamento dos benefícios, não existindo acumulação de reservas que possam ser utilizadas no futuro. Para que esse sistema se mantenha equilibrado é necessário que se tenha, ao longo do tempo, uma relação estável entre o número de contribuintes e beneficiários.

No que tange os regimes de Previdência no Brasil, a Previdência Social é composta por: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e o Regime dos Militares federais. Além destes, existe a previdência complementar, constituída por meio das Entidades Fechadas de Previdência Privada e os fundos de pensão. No Brasil, há regras previdenciárias diferentes entre os trabalhadores do setor privado e uma categoria específica de servidor público, o servidor público de cargo efetivo. Os trabalhadores do setor privado se submetem às regras do Regime Geral de Previdência Social, gerido pelo INSS. Os servidores públicos estão divididos em três categorias: empregados públicos, servidores temporários e servidores de cargo efetivo. Os servidores das duas primeiras categorias – empregado e servidor temporário – fazem parte do RGPS. Os de cargo efetivo, por sua vez, estão enquadrados em sistemas

específicos, os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, da União, estados, Distrito Federal e municípios.

4.2 Os Segurados da Previdência Social: seus direitos e deveres

Todos os trabalhadores e as pessoas com mais de 16 anos de idade podem ser segurados da Previdência Social. Ao se inscreverem no sistema previdenciário, passam a assegurar uma rede de benefícios que poderão ser usufruídos no momento em que deixarem o mercado de trabalho ou mesmo durante a vida laboral. Via de regra, todos devem contribuir para a Previdência Social. No entanto, existem categorias que são obrigadas a tanto, ao passo que outras têm a contribuição facultada. Por isso, a Previdência Social divide seus segurados em duas categorias de acordo com a modalidade de participação no sistema: os obrigatórios e os facultativos.

Os segurados obrigatórios são todos trabalhadores rurais e urbanos que exercem atividades remuneradas abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social. Conforme o tipo de atividade exercida, os segurados são classificados como empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais (empresários e autônomos) e segurados especiais (incluem-se nessa categoria produtores rurais que exploram atividades em regime de economia familiar. São eles: o produtor, o parceiro, o meeiro, o arrendatário e o pescador artesanal. Também são segurados especiais o índio que trabalha no campo, o usufrutuário e o comodatário rurais).

Os segurados facultativos são todos aqueles com mais de 16 anos de idade que não exercem atividade profissional remunerada. É o caso da dona-de-casa, do

estudante, mesmo daquele que recebe bolsa de estudos, do síndico de condomínio não remunerado, dos desempregados e dos presidiários não remunerados.

O recebimento dos benefícios da Previdência Social está condicionado ao Regime Geral da Previdência Social. O cadastramento é feito mediante a apresentação de documentos pessoais, que variam de acordo com a situação profissional dos segurados. A inscrição dos empregados ocorre no momento da assinatura do contrato de trabalho como registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou na Carteira Profissional (CP) pelo próprio empregador. No caso do trabalhador avulso, a inscrição é feita pelo registro no sindicato de classe ou no órgão gestor de mão-de-obra. Já os empregados domésticos têm a inscrição formalizada pelo registro na CTPS ou CP e pelo cadastramento no RGPS feito pelo empregador doméstico, quando efetivada a inscrição pelo primeiro recolhimento da contribuição do segurado e da parte do empregador. Os demais segurados devem fazer sua inscrição via Redes de Atendimento da Previdência Social (Agência, Unidade Avançada, PREVCidade, PREVMóvel e PREVBarco), PREVFone, PREVNet, PREVFácil (terminal de auto-atendimento).

Uma das principais fontes de receita da Previdência Social é a contribuição dos empregados, inclusive domésticos e dos trabalhadores avulsos. Ela é o resultado da aplicação de alíquotas de 8% a 9% ou 11% sobre o salário-de-contribuição dos trabalhadores, até o teto do RGPS. As alíquotas variam de acordo com o salário. As taxas são evidenciadas na tabela a seguir:

Tabela 1: Taxa de Contribuição dos Segurados Empregado, Empregado Doméstico e Trabalhador Avulso, a partir de 1º de maio de 2004

Salário de contribuição (R\$)	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
Até 752, 62	7,65
de 752,63 até 780,00	8,65
de 780,01 até 1.254,36	9,00
de 1.254,37 até 2.508,72	11,00

Fonte: MPS

Os contribuintes individuais, inscritos a partir de 29 de novembro de 1999, contribuem com 20% sobre o total de seu rendimento, respeitado o teto do RGPS. A partir de 1º de Abril de 2003, a empresa está obrigada a descontar e arrecadar 11% da remuneração paga ao contribuinte individual que lhe preste serviço.

A alíquota de contribuição das empresas varia de acordo com a natureza da atividade. Empresas do setor agropecuário devem recolher uma alíquota de 2,6% sobre o total de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção rural. Empresas que não exercem atividade agropecuária recolhem 20% sobre o total das remunerações pagas aos seus empregados ou trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, dentre outras combinações.

No que tange ao custeio da Previdência, é interessante salientar que a atual legislação garante um tratamento diferenciado para alguns segmentos específicos por meio da isenção total ou parcial das alíquotas patronais sobre a folha de pagamentos, caracterizando o que se denomina renúncias das receitas arrecadadas pela Previdência Social. É o caso de entidades filantrópicas e das empresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES. As entidades filantrópicas têm isenção total da alíquota previdenciária patronal; as empresas inscritas no SIMPLES contribuem com percentual que incide sobre a receita bruta mensal ao invés de 22% sobre a folha de pagamento.

4.3 Benefícios da Previdência Social: Caracterização e regimes de concessão

Como já apresentado, a Previdência Social paga os seguintes benefícios: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por tempo de contribuição; aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-maternidade, salário-família, auxílio-reclusão, pensão por morte.

Os benefícios contemplam o usufruto pelos filiados à Previdência e seus dependentes, direta ou indiretamente. Os benefícios pagos diretamente são auxílio-reclusão e a pensão por morte.

Os dependentes do segurado são classificados em três grupos distintos: o cônjuge, o companheiro e os filhos formam um conjunto, os pais, outro e, por último, os irmãos. Para o cônjuge, o companheiro e os filhos menores de 21 anos, a dependência econômica é presumida. Para os demais, esta condição deverá ser comprovada. Filhos e irmãos para serem considerados dependentes, devem ter menos de 21 anos de idade ou serem inválidos. Caso sejam emancipados, perdem a condição de dependentes.

Para a concessão dos benefícios existe uma carência, que nada mais é do que o tempo mínimo de contribuição exigido para se garantir o recebimento da aposentadoria ou de outros benefícios a que têm direito os segurados. Em geral, a

carência é medida pelo número de contribuições mensais efetuadas à Previdência Social. Mas há casos específicos, como o dos segurados do campo, em que a carência é medida pelo tempo em que o trabalhador exerce atividade na área rural. A carência é contada de formas diferentes, dependendo da classificação do segurado. Para o segurado empregado e o trabalhador avulso, a carência é contada a partir da data de filiação ao Regime Geral de Previdência Social, isto é a data em que começaram a trabalhar. No caso do segurado empregado doméstico, o contribuinte individual e facultativo têm a carência contada a partir da data do recolhimento da primeira contribuição sem atraso.

O salário-de-benefício é o valor básico utilizado para definir a renda mensal dos benefícios, inclusive daqueles regidos por normas especiais. As exceções são: salário-família, salário-maternidade e os benefícios dos segurados especiais. O cálculo do salário-de-benefício é feito a partir da média dos 80% maiores salários-de-contribuição do segurado contados sempre a partir de julho de 1994 até o mês anterior ao mês do desligamento do trabalho ou a data da entrada do requerimento no INSS. Para os casos da aposentadoria por tempo de contribuição deve-se, ainda, multiplicar a média pelo fator previdenciário para obter o valor do salário-de-benefício. Na aposentadoria por idade, são feitos cálculos com e sem o fator previdenciário, utilizando-se o valor mais vantajoso. Para se equiparar a contribuição do segurado ao valor do benefício a ser pago, considerando-se o período que ele irá usufruir da aposentadoria foi criado o fator previdenciário. Esse fator serve para fins de cálculo somente para as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição.

No tocante aos benefícios, foi também concedido um abono de 5 anos de contribuição às mulheres e de 10 e 5 anos, respectivamente, às professoras e aos

professores de ensino infantil, fundamental e médio, para que o valor da aposentadoria a que têm direito seja equivalente à dos outros segurados.

Alguns benefícios da Previdência social dividem-se em previdenciários e acidentários. Os primeiros são aqueles concedidos em razão de incapacidade proveniente de uma causa comum, enquanto os acidentários são devidos nos casos de incapacidade decorrente de acidentes do trabalho. Os benefícios por acidente de trabalho protegem os segurados empregados, exceto domésticos, trabalhadores avulsos e segurados especiais. No caso dos benefícios acidentários, em nenhum caso se exige período de carência.

4.4 Estrutura e Funcionamento da Previdência Social

A Previdência Social brasileira é constituída pela seguinte estrutura:

- Ministério da Previdência Social (MPS);
- INSS – Instituto Nacional do Seguro Social;
- Dataprev - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social;
- Órgãos Colegiados.

O Ministério da Previdência Social é um órgão de administração federal direta, responsável pela formulação e gestão de políticas previdenciárias. Vinculados ao MPS estão o INSS, a Dataprev e os Conselhos que constituem os Órgãos Colegiados.

O INSS é um órgão de autarquia federal, executor, que tem por finalidade promover o reconhecimento, pela Previdência Social, de direito ao recebimento de

benefícios por ela administrados, assegurando pretensamente “agilidade, comodidade aos seus usuários e ampliação do controle social”. Oriundo da fusão, em 1990, dos extintos Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), o INSS, até 1999, se organizou e operou de forma segmentada, com unidades de atendimentos distintas para os serviços de arrecadação e benefícios. A partir de 1999, os serviços relativos à arrecadação e benefícios passaram a ser prestados no mesmo espaço físico.

A atual estrutura organizacional do INSS procura fortalecer e integrar gerencialmente o nível estratégico da organização, por meio de uma direção colegiada que compartilha a responsabilidade pela administração da Instituição. Este modelo tem sido adotado para as agências reguladoras criadas nos últimos anos. A Diretoria Colegiada compartilha o assessoramento técnico de alto nível nas áreas de planejamento, controle de resultados, melhoria do atendimento, e de disseminação estruturada dos serviços prestados e dos resultados obtidos, além dos recursos financeiros voltados para administração e investimentos da Instituição.

Por meio do Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social (PMA) instituído em junho de 1998, com o propósito de “levar a Previdência para mais perto do cidadão”, algumas diretrizes foram traçadas que, supostamente, ratificariam o modelo de gestão gerencialista:

- foco das ações direcionadas para os usuários dos serviços;
- ampliação do horário e dias de atendimento ao público;
- ênfase na orientação e informação prévias aos usuários dos serviços;
- redução dos prazos de prestação dos serviços

- integração, em local único, da prestação de todos os serviços, para permitir o atendimento simultâneo e resoluto;
- eliminação de exigências desnecessárias e procedimentos repetitivos;
- incentivo ao auto-atendimento;
- ampliação da rede de atendimento, com ênfase na sua interiorização;
- promoção do acesso às informações e aos serviços por meio da Internet;
- ampliação do controle social exercido pelo direito de queixa;
- transformação do perfil do servidor de especialista para generalista;
- modernização e descentralização dos procedimentos e concessão de benefícios decorrentes de incapacidade laborativa;

Essas diretrizes, para que pudesse m ser atendidas demandaram a implementação de medidas, que também funcionam precariamente:

- nova rede de Agências da Previdência Social (as agências transformadas);
- serviço de tele-atendimento – *PREVfone*;
- serviços de informações pela Internet – *PrevNet*;
- quiosques de auto-atendimento – *PREVfácil*;
- atendimento volante – *PREVMóvel* e *PREVBarco*;
- acesso à conta individual de contribuição – *PREVCidadão*;
- Sistema de Acompanhamento do Atendimento Bancário – SAAB;
- Sistema de Administração de Benefícios por Incapacidade – SABI;
- Ouvidoria-Geral da Previdência Social

Como podemos constatar, no plano infra-estrutural um conjunto de mudanças vem se operando na prestação de serviços da Previdência com foco no

segurado/cliente. No entanto, há que se discutir sobre o modo como tais mudanças se efetivam no cotidiano da prestação de serviços. Pois o que se apresenta como modelo de atendimento ao “cidadão”, não tem passado de propostas que não se coadunam com a prática, haja vista as constantes notícias a que temos acesso pelos meios de comunicação no que tange aos problemas enfrentados pelo cidadão nas famosas “filas da previdência”, as “filas dos idosos da previdência”, os “problemas no sistema” que fazem com que as agências paralitem seu atendimento, dentre outros.

No que tange a sua infra-estrutura, as Agências da Previdência Social (APS) prestam o atendimento público do INSS, que atualmente é feito por uma rede de 1164 APS (sendo 75 unidades móveis) distribuídas por todo o território brasileiro. Conforme atesta o documento do MPS:

Num mesmo local o trabalhador encontra atendimento integrado e eficiente para a resolução de todas as questões relacionadas à Previdência Social, tanto na área de benefícios como na de arrecadação previdenciária (BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2005, p. 86).

Essas APS são classificadas mediante indicadores de demanda diferenciando-se pelo volume de serviços e, mesmo com as diferenciações de porte, estão estruturadas de modo a fornecer os mesmos serviços, abrangendo o reconhecimento inicial, manutenção e revisão de direitos ao recebimento dos benefícios previdenciários, ampliação do controle social e os serviços de arrecadação e cobrança dos contribuintes. Para agilizar as solicitações do salário-maternidade, do auxílio doença e da pensão por morte, estão sendo instaladas Agências Virtuais cujo objetivo é dar atendimento *on line* ao público, pelo *PREVNET*.

Assim, podemos constatar que o setor de serviços da Previdência, configura-se como uma área de interface entre o usuário e a Previdência Social, estabelecendo uma relação na qual o trabalhador usuário é o cliente a ser assistido

pelos serviços prestados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social. Cabe-nos discutir de que modos essas operações se efetivam, de que maneira o acesso do cidadão se faz através de toda essa rede de serviços no cotidiano de funcionamento dessa estrutura.

É nesse sentido que a discussão referente à introdução de novas tecnologias como mediadoras nas relações de trabalho, ganhou escopo nesse contexto específico do setor de serviço público. A apropriação de modelos de gestão atravessados pelo viés tecnológico é uma realidade que atinge todos os contextos da sociedade. A incidência da revolução tecnológica no setor de serviços, em nosso campo de análise, no serviço público, torna esse *locus* um espaço cujo acesso só se torna possível mediante a apropriação dos códigos teleinfocomputotrônicos, como se pode identificar nas mudanças propostas pelas redes de atendimento da Previdência.

A implantação de infra-estruturas de natureza tecnológica no setor de serviços gera um grande impacto na organização do trabalho e nos perfis de capacitação de quem maneja as informações e os sistemas telemáticos. Por outro lado, a concessão desses serviços enseja nos consumidores/usuários a necessidade de se inserir na lógica da sociedade da informação incorporando em seu cotidiano os avanços tecnológicos. Ocorre que esse processo efetiva-se em uma sociedade marcada por desigualdades e hiatos sociais, com demarcação nítida de fronteiras entre os que tem acesso à lógica *cyber* e os que estão fora desse processo.

Ao transpormos essa análise para o contexto dos serviços prestados pela Previdência Social, aliado à conjuntura sócio-econômica que enseja a configuração

da sociedade contemporânea, quais os reflexos desse contexto nos cidadãos? As malhas tecnológicas que constituem a sociedade em rede difundem-se e incorporam-se no cotidiano dos indivíduos de modo que a apreensão e mobilização dos recursos humanos nesse processo ganha uma posição secundária, cujo movimento é apenas o de alimentar a máquina com informações que serão processadas e definirão o resultado da operação. Quando um indivíduo entra em uma Agência da Previdência Social, na qualidade de cidadão segurado, busca muito mais do que um número de processo a ser consultado na *PREV*Fácil, o que está em jogo ali é a sua história de vida construída ao longo de anos de trabalho e contribuição, é reconhecimento de sua condição de cidadão.

O impacto psicossocial da introdução das tecnologias de informação, transcende o simples domínio das operações, geram um reflexo na vida do indivíduo. O caráter desterritorializador que caracteriza essencialmente a mediação homem-máquina, faz com que as fronteiras das relações se dissolvam, rompendo com os significados e sentidos de cidadania, povo, ser humano e indivíduo.

Por esta breve descrição, fica claro que ao nos reportarmos ao setor de serviços da Previdência Social, torna-se indispensável discutir a introdução das novas tecnologias como mediadoras na relação de trabalho na contemporaneidade, tema central que permeia a análise proposta pelo presente estudo. Para concretizar tal proposta foi delineado um estudo de campo a ser apresentado no capítulo que se segue.

5. O SISTEMA PAROU! E AS PESSOAS TAMBÉM? REGISTROS DO CAMPO.

5.1 Premissas Gerais:

A análise dos fenômenos do cotidiano calcada na dialogia dos processos sociais nos permite, através da produção dos sentidos, compreender os mecanismos pelos quais os atores sociais, dão sentido ao mundo. Nesse contexto, o campo empírico em que se assenta nosso estudo está centrado no conhecimento que os sujeitos têm da realidade, de modo a constituir o tecido essencial para a compreensão dos processos de subjetivação na realidade tecnológica.

Conforme apontam Spink e Medrado (2000), o sentido é uma construção social. É na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas que podemos compreender e lidar com situações e fenômenos de nosso entorno.

A produção de sentidos no cotidiano é uma abordagem teórico-metodológica apresentada como uma vertente da Psicologia Social, assim compreendida:

A produção de sentidos não é uma atividade cognitiva intra-individual, nem pura e simples reprodução de modelos predeterminados. Ela é uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso (SPINK ; MEDRADO, 2000, p. 42).

Neste trabalho, buscar-se-á a análise das práticas sociais geradoras de sentido o que implicará o reconhecimento tanto das práticas discursivas que atravessam o cotidiano (como por exemplo: narrativas, conversas e argumentação), quanto dos repertórios utilizados nessas produções discursivas. Para tanto, é imprescindível que se defina a produção de sentidos a partir de três dimensões fundamentais: linguagem, história e pessoa.

Assim, é importante que se considere o fato de que ao adotarmos uma metodologia que busca compreender a produção de sentidos, há que se relevar as características da variabilidade e da polissemia – entendendo essas categorias como capazes de representar várias idéias diferentes num dado contexto e numa dada época - sem deixar de lado a necessidade de se compreender a construção social dos conceitos a partir de uma perspectiva histórica.

É assim que nossa proposta de compreensão dos novos processos de subjetivação na realidade tecnológica está atravessada por um mapa conceitual que remonta à história da tecnologia, à análise da categoria trabalho e à perspectiva de um contexto específico em que pessoas vivenciam a realidade da mediação tecnológica no cotidiano. Em nossa pesquisa, buscamos considerar todos esses aspectos, na análise de uma agência da previdência social que constituiu a vertente empírica da tese.

A partir da incursão no campo, o trabalho com o contexto do discurso das pessoas pesquisadas envolveu, especificamente, o que se denomina na metodologia da produção de sentido, o tempo curto, que é caracterizado pelos processos dialógicos, pelo tempo do acontecimento.

O tempo curto, define-se pela interanimação dialógica – é aquele que nos possibilita entender a dinâmica da produção dos sentidos. Nesse tempo, estão em pauta, concomitantemente, a possibilidade de compreensão (*understandig*), da comunicação e a construção discursiva das pessoas. Esse é o momento concreto da vida social vista como atividade de caráter interativo (SPINK; MEDRADO, 2000, p. 52).

O tempo curto está referido às interações sociais face-a-face onde há uma comunicação direta entre os interlocutores, pautando-se pela dialogia e concorrência de múltiplos repertórios que são utilizados para dar sentido às experiências humanas.

Para Spink e Medrado (2000), o trabalho com o contexto discursivo deve considerar a interface de dois tempos históricos: (1) o tempo longo, que marca o domínio dos conteúdos culturais que formam os discursos de uma dada época e que constitui o espaço dos conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber; e (2) o tempo vivido como processo de ressignificação dos conteúdos históricos a partir dos processos de socialização, que é o tempo curto.

A compreensão sobre o modo como os sentidos circulam na sociedade deve relevar as interfaces desses tempos, o que exige de nosso empreendimento de pesquisa uma aproximação com o contexto cultural e social em que se inscreve o fenômeno social que chamamos de “realidade digital”.

Uma vez que não podemos deixar de lado o caráter processual com que nos deparamos na análise dos repertórios que demarcam a sociedade dos complexos “teleinfocomputotrônicos”, a proposta de compreender os sentidos que se produzem nesse contexto e relacioná-los aos processos de subjetivação, é sem dúvida, assaz complexa.

É por essa razão que partimos de uma proposta teórica, delineada em capítulos anteriores, que nos levou a uma reflexão epistemológica, de modo que nos fosse possível produzir um conhecimento relacionado às estruturas da realidade contemporânea, delineando então nossa pesquisa.

Tendo em vista que as tecnologias da informação impactam todos os níveis de estruturação social, - a divulgação da cultura, os processos de aprendizagem, a busca da eficiência nos processos de gestão tanto no âmbito público, quanto privado, dentre outros - a opção pelo estudo de um órgão público implica que se

considere que essas instituições também estão subsumidas a esse novo paradigma e torna-se indispensável identificar o modo como esses processos têm se efetivado.

Como já afirmamos, nossa tese pretende demonstrar que a convergência dos insumos tecnológicos na área das telecomunicações, audiovisual e da própria produção e transmissão da informação tem gerado novos paradigmas de interação entre as pessoas. Esse pressuposto foi o que norteou nossa pesquisa de campo realizada na Agência da Previdência Social da Cidade de Barra Mansa, RJ.

5.2 Desenho da pesquisa e suas fontes

Não encontramos referências de estudos que relacionem de um lado, as novas formas de regulação e organização do trabalho na realidade tecnológica no serviço público brasileiro, e de outro, o sujeito, aqui considerado por uma dupla inserção: os implicados nesse contexto como trabalhadores e os usuários do serviço.

Dessa maneira, analisar essas interfaces nos trouxe um grande desafio no sentido de compreender como as transformações tecnológicas afetam o setor de serviços em geral, especificamente no que concerne ao serviço público. Foi com esse enfoque que nos propusemos a desenvolver uma análise do contexto da automação telemática dos serviços da Previdência Social.

Consiste, assim, de um estudo de natureza teórica com um trabalho de campo que foi desenvolvido ao longo de seis meses, compreendendo o período de maio a outubro de 2004. O estudo de campo constituiu uma etapa complementar que visou obter dados de forma que os argumentos apresentados ao longo do trabalho, encontrassem escopo.

O estudo de campo consistiu em uma pesquisa na agência da Previdência Social da cidade de Barra Mansa, no Rio de Janeiro. Como as agências da Previdência prestam serviços à comunidade segurada, cujas demandas refletem momentos expressivos de sua existência como perda de entes queridos, aposentadoria, doença, nascimento, entre outras, entendemos ser um *locus* privilegiado para a observação e coleta de informações relativas à relação tecnologia e subjetividade. É importante registrar que atualmente, todas as agências encontram-se informatizadas e o que verificamos em observações preliminares e a partir de uma experiência pessoal, foi que o uso da ferramenta tecnológica como recurso facilitador das operações, parece gerar uma resposta inversa, tendo em vista que, de um lado, verificamos a dificuldade do usuário em lidar com o aporte tecnológico e de outro, o próprio trabalhador da previdência que, frente aos procedimentos exigidos pela informatização, diante do teclado e atrás da tela, torna-se sujeitado aos recursos da máquina.

Considerando a complexidade desse tema, bem como a proposta de se analisar os dois lados da face subjetiva – trabalhador e usuário -, a pesquisa de campo foi desenvolvida a partir dos recursos da triangulação metodológica. Essa metodologia permite combinar vários métodos de coleta de informação, de forma a obter uma perspectiva explicativa e compreensiva dos fatos observados (MANION; COHEN, 1990).

Dessa forma, procurou-se combinar recursos da observação direta e outras técnicas de natureza qualitativa, tendo como objetivo estudar e comparar os efeitos da utilização da tecnologia no domínio das relações intersubjetivas de modo que nos oferecesse um contorno do universo dos serviços da previdência e o modo pelo qual

as novas tecnologias impactam o cotidiano das pessoas. Essas relações, a nosso ver, afetam as interações homem-mundo, delineando novos processos de subjetivação.

Nosso mapa conceitual metodológico para a compreensão das relações de produção da subjetividade nesse contexto pode ser delineado da seguinte maneira:

1. Pesquisa documental sobre história da cidade e da agência da previdência local:

A primeira etapa do estudo de campo teve como objetivo o desenvolvimento de uma pesquisa documental acerca da história da cidade de Barra Mansa, *locus* da Agência da Previdência Social estudada, da entrada da tecnologia na Previdência Social na referida agência, do processo de informatização e do modo pelo qual os sistemas foram implantados e desenvolvidos. Essas informações foram coletadas através da pesquisa documental e puderam ser complementadas a partir de dados fornecidos numa entrevista com o funcionário mais antigo da agência.

Tentou-se, ainda, um contato com a Dataprev, empresa de tecnologia e informações da previdência social que desenvolve e mantém os sistemas de informática para o Ministério da Previdência. Através do contato com a gerência de comunicação da empresa, estabelecido em 19 de janeiro de 2004, encaminhamos questionário preliminar para que informações iniciais pudessem ser coletadas e relacionadas ao processo de implementação dos sistemas telemáticos nas agências. Infelizmente, as informações não nos foram enviadas impossibilitando assim, desenvolver mais essa análise na tese. Contamos apenas com os registros documentais constantes no *site* do Ministério da Previdência Social.

2. Contextualização do campo estudado através das observações diretas:

Com a observação do campo, pôde-se realizar a descrição analítica do local e do funcionamento do ambiente, de forma a se compreender os procedimentos operacionais do posto de serviços da agência Barra Mansa.

Durante um mês, foi feita a observação sistemática sobre a movimentação da agência em horários de abertura, “pico” e término do expediente de trabalho.

Vale ressaltar que no período de agosto a dezembro de 2003, foi realizada uma primeira aproximação do campo, ratificando o interesse no estudo da agência da Previdência Social pois pôde-se levantar uma série de questionamentos acerca dos serviços via redes telemáticas e relacioná-los ao conceito de invisibilidade social, do qual tratamos no escopo dessa tese, o que afeta inexoravelmente a subjetividade.

3. Análise do trabalho na agência e das relações de trabalho através de entrevistas semi-dirigidas contemplando depoimento dos trabalhadores da previdência e dos segurados:

Com as entrevistas semi-dirigidas, contextualizou-se os reflexos da realidade tecnológica nas relações de trabalho e nas próprias relações inter-humanas, colhendo informações sobre os impactos da realidade tecnológica para os sujeitos que necessitam da Previdência Social e para os trabalhadores desse setor. As entrevistas com os funcionários foram previamente agendadas conforme a disponibilidade dos mesmos de modo a não atrapalhar seu horário de trabalho. Para a elaboração do roteiro que conduziu as entrevistas semi-dirigidas foram

consideradas as categorias identificadas no período da observação livre e os registros dela decorrentes.

Foram realizadas também, entrevistas com usuários que aguardam a abertura da agência formando as famosas “filas da previdência”.

4. Pesquisa documental sobre notícias publicadas nos meios de comunicação sobre as agências da previdência social ao longo do ano de 2004.

Tal levantamento foi feito através do rastreamento nos *sites* de importantes veículos de comunicação, como o jornal Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e Jornal O Globo, em busca de reportagens que fizessem referência à previdência durante o ano de 2004.

~ ~ ~

Como a natureza de nosso estudo é qualitativa, no qual, constitui relevância maior, a compreensão do contexto de uso e trabalho dos serviços da Previdência Social, mediados pelas redes telemáticas de comunicação e informação, importava-nos tentar compreender o que entendemos como sendo a consequência do impacto das tecnologias no cotidiano das relações inter-humanas que apontam para o que chamamos de dupla invisibilidade social conforme indicamos no capítulo dois dessa tese.

Para tanto, centramo-nos na análise das categorias obtidas através do contexto do discurso produzido e suscitado pelas entrevistas com trabalhadores e segurados do Instituto Nacional da Previdência Social, a observação direta, os

registros documentais produzidos pela mídia e os constantes em fontes do Ministério da Previdência Social. A análise de conteúdo desse material, possibilitou-nos a análise da produção do sentido dos impactos da realidade digital no cotidiano das pessoas e sua correlação com os processos de subjetivação na contemporaneidade.

5.3 Caracterização do Campo observado

5.3.1 A Cidade de Barra Mansa¹⁵

Localizada no sul do Estado do Rio de Janeiro, fazendo parte da região do médio Vale Paraíba, a cidade de Barra Mansa foi fundada em 03 de outubro de 1832, então uma vila na povoação do curato de São Sebastião de Barra Mansa. Sua evolução processou-se rapidamente, de modo que, de simples capela que era em 1825, passou a curato em 1829, a vila em 1832, a freguesia em 1839, comarca eclesiástica em 1842, cidade em 1857 e comarca judiciária em 1874.

Em 1857, quando a vila tinha se transformado em cidade, já desfrutava de invejável prosperidade originada nas grandes lavouras de café, que usavam mão-de-obra escrava.

Porém, como aconteceu com toda região sustentada pelo braço escravo, a decadência da produção cafeeira não se fez por esperar, logo após a abolição. Alguns fazendeiros ainda tentaram substituí-la pela mão-de-obra do imigrante. No entanto, para agravar mais a situação econômica, por volta de 1907, surgiu uma praga de gafanhotos na lavoura, e o rebanho bovino foi quase dizimado pela peste do gado em 1895.

Graças à inauguração de um trecho ferroviário que ligava Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro, inúmeros fazendeiros e trabalhadores começaram a procurar o município onde passaram a viver, alguns adquirindo as velhas e decadentes fazendas de café, onde, sem deixar de lado a agricultura, enveredavam

¹⁵ As informações constantes nesse tópico foram obtidas em: ROCHA, Alan Carlos. **Barra Mansa 1764-1999, Revisão Histórica**. 5.ª Ed. 1999.

na pecuária, reerguendo o município e transformando-o num grande centro agrícola-pastoril.

Depois de 1930, o município, com a animosidade de Getúlio Vargas, encontrou uma outra vocação: a industrial, principalmente siderúrgica, destacando-se a Cia. Metalúrgica Barbará, DuPont do Brasil, Nestlé, culminando com a instalação, em 1941, da Cia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, que nessa época ainda fazia parte do município como um de seus distritos. Essas indústrias incrementaram o comércio fazendo com que o município alcançasse uma posição privilegiada, que perdura até os dias atuais.

A cidade foi formada na margem direita do Rio Paraíba e cresceu longitudinalmente ao longo do mesmo. Na década de 40, surgiram soluções verticais e os bairros residenciais alastraram-se e ocuparam vales próximos e áreas distantes.

Barra Mansa e Volta Redonda, juntas, exercem influência direta sobre grande parte da Região do Médio Paraíba, bem como sobre a porção meridional do Centro-Sul fluminense. Devem tal condição ao fato de abrigarem conurbação, representada pelas duas sedes, cujo crescimento está relacionado à implantação da CSN (Compania Siderúrgica Nacional), que desempenhou papel multiplicador na atividade industrial da região, com conseqüente aumento de serviços.

De acordo com o estudo do Índice de Qualidade dos Municípios desenvolvido pelo CIDE (Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro), Barra Mansa é um dos centros regionais dinâmicos que, juntamente com Resende,

Petrópolis, Volta Redonda, Macaé, Cabo Frio e Teresópolis, formam um grupo com forte presença em porções específicas do território fluminense.

Dados do último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, 2000), retratam que a cidade de Barra Mansa conta com uma população de 170.753 habitantes, sendo 155.134 residentes na área urbana e 5.619 na área rural. Desse total, 83.072 é do sexo masculino e 87.681 do sexo feminino.

5.3.2 A Agência da Previdência Social (APS) da cidade de Barra Mansa:

Ao buscar referências históricas sobre a APS de Barra Mansa, verificamos que não há registros documentais, estatísticos ou gráficos arquivados na agência que possam retratar as mudanças ocorridas. Por essa razão, buscamos o depoimento dos funcionários mais antigos que acompanharam as mudanças ocorridas ao longo do tempo na Agência.

A APS de Barra Mansa funciona na mesma sede há vinte e sete anos, em um prédio próprio, construído para abrigar o posto do INSS. O prédio possui três pavimentos, mais o subsolo que compreende a garagem e arquivo. Sua área total é de 1.107 m², O andar térreo compõe a parte operacional da agência, onde funciona o atendimento ao segurado. No primeiro andar, funciona a procuradoria e no segundo andar, tem-se o arquivo tanto da agência de Barra Mansa, como também de Volta Redonda. O terceiro andar constitui uma área onde funcionava o refeitório dos funcionários, mas como foi desativado, tornou-se local para onde se destina o arquivo de material em desuso.

Atualmente, a agência conta com trinta e um funcionários, sendo seis médicos. Todos os funcionários possuem formação universitária. Há os funcionários terceirizados que prestam serviços gerais de limpeza num total de três trabalhadores, além do segurança que fica na porta de entrada da agência, prestando também informações aos usuários. Desses funcionários administrativos, o mais novo tem dezenove anos de atividade na agência.

Os serviços prestados por essa agência no que tange à concessão de benefícios são: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria

por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, salário-maternidade, salário-família, pensão por morte, auxílio-reclusão, bem como orientações e informações ao trabalhador segurado.

O horário de atendimento ao público é de 8 horas às 14 horas. Dez funcionários trabalham com a carga horária diária de 8 horas, realizando as tarefas de retaguarda, quinze com a jornada de 6 horas diárias, encerrando seu expediente às 14 horas. Os médicos trabalham com uma carga horária de três horas por dia.

No andar térreo, a APS está organizada com a seguinte estrutura para atendimento: há um guichê com três baias na entrada da agência, para onde o segurado deve dirigir-se ao chegar à agência para que seja feita uma triagem de sua demanda e encaminhamento ao setor que deverá atendê-lo. Há uma máquina que gera uma senha para o segurado de forma a orientá-lo quanto ao atendimento, no entanto, não funciona há dois anos, conforme informações da gerente da agência. Então, para o setor de benefícios, cada pessoa que chega recebe uma senha manual, a fim de que se oriente através de um sinalizador eletrônico. Nesse espaço, o segurado aguarda sentado em cadeiras que estão dispostas de frente para as baias de atendimento, que compõe um total de dez guichês - que raramente funcionam com plena capacidade, frente a insuficiência de funcionários. Há um outro ambiente, cujo acesso também é filtrado por uma porta blindex no qual são encaminhados os segurados que realizarão perícia médica. Há um corredor com longarinas que servem como sala de espera e três consultórios médicos para realização dos exames.

Como já indicamos, no andar superior, funciona a procuradoria, que não atende diretamente o público alvo de nossa pesquisa.

Aos fundos do corredor do atendimento médico, há uma porta que separa o ambiente de atendimento ao público do trabalho com a retaguarda, onde ficam os setores do trabalho interno. Foi nesse setor que as entrevistas com os funcionários foram realizadas.

Na entrada da agência, do lado esquerdo, há um terminal de auto-atendimento, por onde o segurado pode consultar o andamento de seu processo de concessão de benefício. O segurado deve escolher na tela a função que deseja e digitar o número de seu benefício e, a partir daí, é impresso um documento que informa o andamento, deferimento ou indeferimento da solicitação. Ressalte-se que não há um funcionário destacado para orientar o manuseio do terminal, o suporte para o seu manejo é feito pelo segurança que fica na entrada da agência. Essa informação confere com a que nos foi apresentada pela chefe da agência: *-Os terminais são muito pouco usados, talvez se tivéssemos um funcionário à disposição, fosse mais usada. Mas não entra um funcionário aqui há dezenove anos, quantos não saíram, aposentaram... Nós temos um número muito limitado [de funcionários]. Todos os novos vão para Volta Redonda*¹⁶.

⁵ I. chefe da APS de Barra Mansa.

5.4 Observações do Campo

A informatização é uma realidade inexorável, mas suas aplicações e conseqüências podem ser diversas. Assim, quando nos defrontamos com a maneira pela qual os processos de digitalização se dão e quando se considera que o espaço para existência e co-existência encontra-se cada vez mais mediado pela máquina, há que se refletir sobre as decorrências desse paradigma.

A experiência da observação do cotidiano da Agência da Previdência Social de Barra Mansa, nos direcionou para a análise de alguns aspectos essenciais desse processo, que destacamos a seguir:

5.4.1 A digitalização da experiência de estar-no-mundo

Para exemplificar esse processo, relataremos uma situação vivenciada por um senhor de 72 anos, chamá-lo-emos de M., que se dirigiu à agência para resolver o problema de seu benefício da aposentadoria que havia sido suspenso. Ao chegar no guichê de atendimento e solicitar ao funcionário que verificasse sua situação, escuta a seguinte observação: “- *O senhor não recebe mais seu benefício, porque consta em nossos sistemas que morreu há dois meses*”. O referido senhor indignado responde: “- *Como isso pode ser? Não estão vendo que estou aqui? Eu não morri, estou vivo*”. O funcionário então, solicita ao senhor M. uma documentação que pudesse comprovar sua existência, gerando mais indignação ainda. “-*Não basta minha palavra? Fala pra essa coisa aí (o computador) que eu estou aqui falando com você, estou vivo, vivo da Silva, não vou comprovar nada para ninguém porque não morri.*” Nesse momento, o funcionário pediu ao senhor M. que se acalmasse e lhe explicou a necessidade da documentação, pois por alguma razão o

sistema havia suspenso o pagamento e seria necessário que se abrisse um processo para se retificar o erro no sistema. O senhor M. sem conseguir compreender a razão pela qual necessitava comprovar que estava vivo, discute por alguns minutos com o funcionário que o encaminha à chefe do setor de benefícios para encontrar uma possibilidade de resolver o seu problema. No entanto, o senhor M. saiu da APS com a necessidade de emitir uma certidão negativa de óbito em cartório para que seu benefício pudesse ser pago. Sua presença, por si mesmo, não significava nada para a máquina, porque o sistema de informação trabalha com símbolos alfa numéricos e não com a concretude da sua existência. Essa “digitalização da experiência” remete-nos ao conceito de invisibilidade social.

A existência concreta desse senhor, para resolver o problema de seu benefício que havia sido suspenso, na verdade, não tinha valia para a modificação de sua situação de óbito no sistema. Sua indignação revela, de certa maneira, o quanto as relações encontram-se cada vez mais porosas, uma vez que os elos de ligação inersubjetiva estão respaldados muito menos pelos nossos sentidos e muito mais pelas informações registradas no computador que agregam informações e históricos de nossas vidas.

Em outro momento da observação do campo, pude presenciar uma situação na qual uma senhora de 68 anos, postou-se diante da máquina de auto-atendimento e por lá permaneceu durante 15 minutos observando-a. Após esse tempo, o segurança que fica na entrada da agência, dirigiu-se até ela para informar que a máquina devia estar travada e que seria necessário desligá-la para reiniciá-la, e o fez. A senhora continuou aguardando em frente à máquina de auto-atendimento. A expectativa da senhora está registrada em seu questionamento: *-Essa máquina*

não dá dinheiro não? Mandaram eu consultar aqui meu benefício e eu fiz isso, mas só saiu esse papel. Então, o segurança prestou informações sobre o manejo com o terminal, explicando que o terminal era para consulta de andamento dos processos, deferimento ou indeferimento dos mesmos. Interessante notar que existe um recurso que visa facilitar e agilizar o atendimento ao “cliente” segurado, no entanto, não tem efetividade face à não disponibilização de pessoal para dar suporte ao manuseio da máquina. Quem possui a chave para a inicialização da máquina é o funcionário terceirizado que responde pela guarda da entrada da agência.

Essas e outras experiências observadas nos processos e “trocas dialógicas” nesse campo, possibilitou-nos identificar algumas reações das pessoas diante do processo de digitalização como a inconformação dos indivíduos frente ao relacionamento com a máquina. Essa interface suscita a necessidade de se pensar o modo como essa relação se estabelece, pois a máquina informa dados concretos, exatos, não produz significados a partir do contexto singular do sujeito. Pudemos atestar tal fato com a seguinte fala:

- Vocês já viram nos bancos como é? A gente tem que resolver tudo numa máquina. Se tiver alguém para reclamar, com quem faz? Eu sou das antigas, não gosto muito desse negócio de máquina não. Como vou saber que ela está me enganando? Por que já disseram que ela come o dinheiro da gente.¹⁷

A introdução da tecnologia da informação no cotidiano, tem trazido alterações significativas nos circuitos relacionais humanos, reconfigurando o modo pelo qual as próprias trocas inter-humanas se efetivam.

⁶ M., 65 anos, segurada da agência da Previdência Social de Barra Mansa, em entrevista durante a espera na fila para abertura da agência.

O uso do computador como instrumento vital da comunicação e da gestão dos serviços assume uma posição no *modus operandi* humano, que dificulta o reconhecimento do sujeito que se encontra diante e atrás da máquina. Conforme nos aponta Silveira (2001), o computador só se tornou um veículo de comunicação quando se ligou a um monitor e um teclado, passando a interagir com seu usuário. Com isso, a referência, tanto para a obtenção da informação, quanto para a inclusão da mesma, encontra-se mediada pelo computador.

Essa possibilidade de transformar a produção simbólica social, bem como reduzir a informação a um conjunto de dígitos, tem alterado a relação das pessoas, na medida em que, quem desconhece o oceano informacional digital fica impossibilitado de encontrar uma informação básica e gerir suas questões e necessidades objetivas. Observamos em nosso campo que, de fato, isso acontece nas relações entre o segurado e o trabalhador da APS.

Evidentemente, é necessário se considerar que, em se tratando de uma senhora de sessenta e cinco anos, defrontar-se com uma máquina que lhe dará informações, mas que depende de seu *start*, pode parecer algo assaz complexo e incompreensível. Todavia, a digitalização da experiência de estar-no-mundo também afeta o indivíduo que trabalha como gerenciador do sistema de informações, em nosso caso, o trabalhador da previdência. Sem o recurso dos sistemas informáticos, seu trabalho não se efetiva, pois depende da conectividade dos computadores com as informações do segurado que se encontram digitalizadas para que qualquer procedimento operacional ou serviço se efetive.

Essa interdependência da máquina determina a condição de acessibilidade do sujeito ao mundo. Rifkin (2001), constata que o *Concise Oxford Dictionary*,

reunião dos termos mais empregados da língua inglesa, incluiu, em 1990, o verbo *access* (acessar). De fato, *acessar*, é um dos termos mais utilizados na sociedade em rede. O acesso à comunicação e informação mediada pelo computador tornou-se sinônimo de direito à interação e vem ressignificando a própria atuação dos sujeitos em seus postos de trabalho.

A digitalização da experiência do ser- no-mundo é um fenômeno que atinge de modo inaudito os setores de serviços e retrata o descortinar dos cenários que marcam a invisibilidade social.

5.4.2 Na realidade computacional, quem é o usuário? A relação do funcionário da previdência com a máquina administrativa e tecnológica

O efeito transversal produzido pela introdução das novas tecnologias da informação e comunicação na demanda laboral de nossa sociedade, faz com que a relação homem-máquina ganhe características tão sofisticadas quanto perigosas. Isso porque o desenvolvimento de competências para o manejo dessas novas tecnologias gera mudança nos sistemas cognitivos e perceptivos humanos e demanda a capacitação tecnológica dos homens para que se efetive a inclusão nessa realidade.

Ainda que os programas existentes visem facilitar o acesso do usuário do computador ao seu universo, as linguagens computotrônicas evidenciam a necessidade de um domínio cada vez maior da tecnologia dos *softwares* e tornam as informações um artefato desses sistemas. Tal constatação se ratifica com a afirmação da chefe da APS: *“hoje tudo tem que estar no sistema, se não estiver não há processo que ande”*.

Do ponto de vista do trabalhador da previdência, observamos que a realidade digital faz emergir novos referenciais que irão definir seus papéis, uma vez que ele atende a um segurado que é usuário da previdência social e ele próprio é usuário do sistema informacional para que seu trabalho se efetive. Contudo, tal processo não é tão simples tendo em vista as condições e relações de trabalho estabelecidas como identificamos na fala de um dos seus representantes:

-O sistema está sempre pronto para atender as operações. O problema é a atualização do humano mesmo (...). Temos acesso a toda legislação na Internet. Se houver uma alteração na lei da previdência, imediatamente se tem acesso na Intranet. O que complica nossa situação é a disponibilidade de tempo para consulta e todos os instrumentos que temos para a pesquisa. Temos muito serviço e a gente nunca consegue “desrepresar” todos os processos que estão pendentes, mesmo com a máquina. O número de servidores é insuficiente. Às vezes, também acontece de ter o servidor, mas não tem qualificação. A gente exerce aqui um trabalho bem complexo, trabalha com o sistema, com a legislação, você tem que ter uma certa facilidade para interpretar a lei e para conseguir desenvolver determinadas atividades. Temos muitos servidores limitados. Você concentra atividades na realização de tarefas. Para a chefia que vai fazer a divisão dos serviços fica complicado. Por exemplo, na agência de Barra Mansa, você tem 31 servidores, há X servidores que você não consegue qualificar e outros X que não.¹⁸

Nesse discurso, é interessante notar o paradoxo que se evidencia no sentido dado ao trabalho. Ao mesmo tempo que se valida o sistema como um elemento essencial ao desempenho, se desqualifica o humano para seu manejo. Ou seja, a partir da introdução de um sistema informático, as operações demandam a qualificação do trabalhador. Caso contrário, os processos continuam “represados” . Nota-se ainda o sentimento de impotência frente ao sistema e seu manejo face a falta de treinamento do trabalhador.

¹⁸ A., funcionário da APS, Barra Mansa.

Observou-se também as dificuldades relativas ao desempenho do trabalho frente à falta de condições infra-estruturais, dado que se apresenta no seguinte depoimento da chefe da APS, quando perguntada sobre os registros estatísticos de atendimento:

-Não temos estatísticas, apenas a máquina que emite as senhas de atendimento nos dá essa informação. Só que ela está com um defeito. Como aqui é do governo, acabou o contrato da empresa que lida com a manutenção dela, aí a gente ficou com ela [sem funcionamento] e uma das grandes dificuldades da previdência é exatamente o fato de que tudo é para ontem. Tudo acontece correndo e sempre atrapalhado. (...) A empresa que colocou essa máquina que emite as senhas já desmontou a parte que conta os atendimentos. Então, agora já entrou no sistema chamado phila, e nós ainda estamos sem saber como lidar com ele. Já até fui em reuniões para falar sobre ele, como se colocava, mas a gente ainda não sabe direito como vai funcionar. Todos os nossos computadores que utilizamos aqui são terceirizados. Acabou o contrato, a empresa a qualquer hora pode vir retirá-los, porque todos os computadores são de empresas terceirizadas. Você já imaginou se eles vierem tirá-los aqui da previdência! Aí, o que tá acontecendo, nós estamos intimados a mandar todos pra lixeira porque veja bem, se hoje estragar um de nossos mouses e não tiver mais de reserva aí acabou. Hoje, por exemplo, tivemos que ir atrás de um cartucho de tinta para nossa impressora que não tava funcionando. Todo mundo [tem] que imprimir numa [única] impressora, porque nas outras já acabou o cartucho. Isso não tá em nossos planos! E o bolo de papel que temos para imprimir aí? Sem falar na falta de papel que também temos que suprir, já chegamos a ir à papelaria e pedir um bloco de papel para quando chegasse o dinheiro ir lá e pagar. Agora o papel que hoje a gente está usando é da procuradoria. Sem falar na caneta, no grampo, isso não chega, a gente pede e implora, isso quando eu entrei não era assim não, tinha material. (...) Eu daqui a pouco vou só administrar a falta, falta de tudo.

Nota-se com esse discurso, um paradoxo no que tange à proposta de se implantar nos sistemas de atendimento da previdência, um modelo gerencialista. Parece haver uma certa relação de estranhamento do trabalhador com os processos de tomada de decisão em que sua autonomia não é relevada, pois as decisões vem de cima para baixo. No entanto, ao lidar com as dificuldades concretas como falta de

material, falta de treinamento, dentre outras, ele (o trabalhador), se vê obrigado a encontrar uma forma de fazer seu trabalho fluir. O paradoxo está exatamente no fato de que focar a atenção no processo do trabalho, estabelecendo agilidade no atendimento ao trabalhador, implica que se conceda infra-estrutura para isso, o que não ocorre no contexto estudado. Com isso, a desorganização quanto à definição de papéis, a não implicação com o seu trabalho reforçam o estranhamento do trabalhador com o produto de seu trabalho.

Pudemos observar que o trabalhador sabe o que se espera dele, mas não consegue atingir seu propósito em face das condições de trabalho. Tal constatação não se coaduna com o propósito constante de se “melhorar o atendimento das agências transformadas, conforme destacado no terceiro capítulo da tese onde se descreve o Programa de Melhoria do Atendimento na Previdência Social (PMA) instituído em junho de 1998 em que algumas diretrizes foram traçadas a saber:

- foco das ações direcionadas para os usuários dos serviços;
- ampliação do horário e dias de atendimento ao público;
- ênfase na orientação e informação prévias aos usuários dos serviços;
- redução dos prazos de prestação dos serviços
- integração, em local único, da prestação de todos os serviços, para permitir o atendimento simultâneo e resoluto;
- eliminação de exigências desnecessárias e procedimentos repetitivos;
- incentivo ao auto-atendimento;
- ampliação da rede de atendimento, com ênfase na sua interiorização;
- promoção do acesso às informações e aos serviços por meio da Internet;
- ampliação do controle social exercido pelo direito de queixa;
- transformação do perfil do servidor de especialista para generalista;

- modernização e descentralização dos procedimentos e concessão de benefícios decorrentes de incapacidade laborativa;

Nossa observação no campo, ratifica o que já foi exposto no capítulo anterior ao destacar que no plano infra-estrutural, um conjunto de mudanças vem se operando na prestação de serviços da Previdência com foco no segurado/cliente. No entanto, o modo como tais mudanças se efetivam no cotidiano da prestação de serviços não reflete tal propósito. O que se apresenta como modelo de atendimento ao “cidadão”, não tem passado de propostas pois os problemas enfrentados pelo cidadão nas famosas “filas da previdência”, as “filas dos idosos da previdência”, os “problemas no sistema” que fazem com que as agências paralitem seu atendimento, dentre outros são uma realidade inconteste.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, a implantação das inovações tecnológicas, que passaram a definir os procedimentos operacionais para o funcionamento da agência com a proposta de se adequar ao modelo das agências transformadas, não se estabeleceu com treinamento dos recursos humanos para operar com o computador, conforme atestamos na fala anterior e na que se segue:

-Nada da previdência foi com treinamento, foi da confiança de cada sistema, tudo é imposto.(...) E o que acontece com as mudanças aqui, é que de certa forma todas as mudanças são desgastantes exatamente por não ter essa operação de treinamento antes”. (...) Nosso computador é lento, nossa memória é pequena, você pode dar um “enter”, ir tomar um cafezinho e voltar que ainda não processou. E quem está no balcão acha que estamos enrolando. Infelizmente, o cliente não entende, ele tem a imagem de que tendo o computador é rápido, porque eles não têm muito acesso à informática, só ficam perguntando, “E aí? E aí?” Então a informatização tem vantagem e desvantagem. O pessoal fala: ‘ah que saudade quando era na mão’. Porque quando era na mão ninguém pifava, né. Se pifasse colocava outro no lugar, mais também era um exagero de papéis.¹⁹

¹⁹ I., chefe da APS, Barra Mansa.

Evidencia-se aqui a dificuldade de se concretizar a expectativa gerada pela introdução dos insumos computacionais de aceleração dos processos e procedimentos nesses postos de trabalho, pois ainda que se tenha a tecnologia, não há uma infra-estrutura que a suporte, e na super-estrutura que concerne às operações realizadas, falta a adequação do trabalhador com a variável tecnológica, com seu instrumento de trabalho.

Em síntese, os trabalhadores da APS que compuseram a esfera de nosso universo pesquisado, retrataram uma posição ambivalente no tocante ao processo de digitalização de seu trabalho. Ao mesmo tempo que encontram-se desmotivados, dentre outros fatores, com a falta de treinamento e com a lentidão do sistema, consideram que com o computador “*é mais seguro*”.

Ratificamos com isso, o exposto no segundo capítulo da tese ao considerar que o processo de transformação tecnológica que repercute no trabalho desses sujeitos, abre espaços à virtualização de sua *práxis* e os vinculam aos sistemas operacionais. Os sistemas em rede caracterizam uma forma de trabalho que está envolvido na produção como produção criativa, tornando-se os recursos tecnológicos assistentes cognitivos e relacionais do trabalhador. Como uma tecnologia relacional, o computador torna-se um elemento de mediação entre o trabalhador e o mundo. As novas tecnologias de informação e comunicação instrumentalizam a produção, a circulação e acumulação de conhecimentos, cuja performance da ferramenta técnica está vinculada à inteligência que a maneja. Ocorre que o reescalonamento das funções cognitivas do sujeito em um sistema de produção capitalista, se dá à sua revelia e desigualmente.

Com essas vivências do cotidiano, o que ganha relevo é o que se traduz pelo e para o sistema, cabendo-lhe apenas o acesso para transmissão e busca de informação. Nesse sentido, opera-se um deslocamento no valor da informação trazida pelo segurado que deve se reduzir aos códigos de sua carteira de identidade, CPF, PIS/PASEP e, mais recentemente o NIT. O NIT é o número institucional do trabalhador cadastrado no sistema previdenciário que possibilita sua identificação e reconhecimento dos dados necessários que lhe tornam apto a receber qualquer tipo de benefício que atenda à legislação previdenciária vigente. Com o NIT, todos os dados do segurado estão unificados, facilitando a consulta de seu histórico de contribuições. Segundo a representação dada pela chefe da APS: “*Chamamos o NIT de fenômeno*”.

-A reforma nos postos da previdência melhorou bem as condições de trabalho. Ainda há muita coisa a ser melhorada, mas melhorou para muita gente. Nas aposentadorias “normais” dá para agilizar muito o processo, mas quando é um pedido sem enquadramento, aí já é mais demorado, depende de outros procedimentos²⁰.

Se a introdução dos recursos telemáticos sofisticam e agilizam os processos, por outra via, acabam por tipificar a conduta do trabalhador, obnubilando sua capacidade de lidar com variáveis heterogêneas e administrar esse aspecto no contexto de seu trabalho. Na APS pesquisada, são trinta e um funcionários, e desse total, apenas um deles lida com os processos que necessitam de “enquadramento”, como o depoimento a seguir nos revela:

-Há pouco tempo eu assumi a chefia da agência, fiquei um ano e pouco e pedi a exoneração. Hoje eu estou como supervisor. Para mim, ser chefe era muito desgastante, porque praticamente eu assumia tudo. Porque tornou-se um costume dos colegas conversar muito comigo sobre a legislação e eu fiquei muito sobrecarregado, porque além de eu ter a parte administrativa toda com a chefia da APS, eu absorvia

²⁰ M., funcionária que trabalha na retaguarda e no atendimento.

também a parte técnica, que é dar apoio aos chefes de benefícios. Então não tinha tempo para dar conta de tudo. Não é oficial que a legislação fique sobre a minha responsabilidade. É que eu gosto muito de ler, de me inteirar sobre a legislação. Então o pessoal conversa muito comigo, me interrompe. Eu sou muito curioso também, quando o sistema não consegue resolver eu insisto até dar certo. Então realmente, esses casos que não se resolvem [caem]i para mim. Às vezes, eu perco um dia inteiro com um caso. Mas eu resolvo. Sou insistente, então tenho uma carga muito grande de trabalho. Por isso pedi a exoneração da chefia e escolhi ficar na área de supervisão que cuida de casos pendentes, isso que já faço mesmo. Porque essa área tem que conhecer a legislação²¹.

Essa constatação pôde ser reforçada pelo depoimento de uma segurada que teve seu processo caracterizado como “fora do enquadre”, quando da entrada em sua licença maternidade, por recolher de duas fontes empregadoras, teve seu processo bloqueado por necessitar de uma autorização da gerência superior, pelo fato de seu salário ultrapassar o limite estabelecido “no sistema”, para autorização da agência. O processo precisou seguir via protocolo para a superintendência da cidade vizinha (sede da supervisão regional da Previdência Social), que deveria analisar o processo e autorizar a liberação do pagamento. A segurada teve seu salário suspenso por dois meses. Após tentativas diárias de informação sobre o seu processo, foi encaminhada para conversar com o funcionário A., “único a poder resolver o seu problema”. Somente após essa “peregrinação” e a necessidade de ter que se dirigir à supervisão regional, teve seu processo encaminhado e resolvido.

Interessante notar que uma vez que as mudanças na legislação são sancionadas, imediatamente essas se encontram disponíveis para consulta pela rede interna de comunicação da previdência. No entanto, não há procedimentos estabelecidos que favoreçam o engajamento dos trabalhadores com essas mudanças, de modo a se adaptarem às mesmas, bem como refletir tal atualização

²¹ A., Funcionário da APS de Barra Mansa há 19 anos.

na sua operação com o sistema. Conforme nos relatou o servidor A. , em 1991, as alterações na legislação chegavam pelo correio, via malote. Hoje, encontra-se acessível no sistema. No entanto, o tempo de assimilação dessa mudança está condicionada ao confronto do trabalhador com algum impasse no sistema frente a uma solicitação, ou seja, não existe uma preparação *a priori*, desse trabalhador, o que gera novamente o “represamento” dos processos, impedindo sua agilidade.

A definição dos postos de trabalho na relação com a máquina também fica dissolvida, o que contribui para que, em grande parte, o atendimento ao segurado se torne difícil. No contexto de nosso campo, todos os funcionários “*praticamente atendem*”, segundo a descrição da chefe da APS que completa:

-[Existem] as pessoas que ficam trabalhando na retaguarda e as pessoas que ficam atendendo os segurados. Só que quando o movimento é grande, aí tem que botar todo mundo para atender o segurado. Isso pode não ser constante, mas todo mundo aqui de uma certa forma atende.

Com esse depoimento, podemos depreender que o mais importante é o resultado da interface homem-máquina do que quem opera a máquina, razão pela qual “todos podem atender”, mesmo que não tenham domínio das especificidades do sistema. Conhecendo os caminhos e janelas do sistema, a própria máquina processa a informação, mas não dá conta das situações como as apresentadas acima. Nem mesmo habilita os funcionários a gerirem os problemas para os quais o processador esteja preparado, pois segundo a segurada após “infinitas pregrinações” à agência, sem ninguém que lhe informasse sobre o problema, a não ser A. (o único apto a lidar com os “casos problema”), só conseguiu a resolução do seu processo quando de sua ida à Supervisão Regional.

É nesse contexto, que consideramos ser a relação estabelecida entre o trabalhador e o computador como limitadora das habilidades daquele, pois esta interação é governada por sinais e símbolos que processam e encaminham a informação, cabendo-lhe a habilidade de manejo do sistema.

A relação mediada pela máquina, ainda que revele uma nova forma de transmissão da informação, não esgota e nem elimina o imperativo do contato inter-humano. E é exatamente essa a questão que se reflete nos complexos processos de subjetivação na cultura da interface.

5.4.3 O segurado, “o sistema” e o funcionário da previdência

A presença dos recursos telemáticos na vida cotidiana é conseqüência da revolução tecnológica conforme apontamos no primeiro capítulo dessa tese. A partir das invenções da indústria da informação e comunicação, surgiram um conjunto de equipamentos de comunicação que passaram a interferir e atravessar as relações do sujeito com o seu mundo e com os demais sujeitos.

Os suportes midiáticos eletrônicos integram-se ao espaço existencial e operacional humano e passam a compor a própria construção da realidade. A interseção dos equipamentos eletrônicos nas relações cotidianas apontam para o que Furtado (2002, p. 28), designa como a “*necessidade do entendimento dos níveis de tecnologização da vida*”.

O espaço do contato está marcado pela via telemática, a comunicação eletrônica compõe de modo sobredeterminante a relação dos homens com o seu mundo na atualidade. Nesse contexto, verifica-se que a própria paisagem urbana está modificada.

A mediação dos monitores eletrônicos que traduzem imagens, informação, códigos, símbolos, faz com que a informação seja não só produzida como comunicada.

Na APS, com a proposta de se adequar às demandas desse novo espaço eletrônico, o segurado ao entrar na agência é recebido em um balcão de triagem por funcionários que estão atrás do computador, que irão gerar, em função de sua demanda, uma senha com a qual deverá localizar-se e dirigir-se para o espaço adequado ao seu atendimento. Se a solicitação é para benefícios, encaminha-se para uma sala em que se encontram guichês e cadeiras dispostas frente a um painel eletrônico que indica o fluxo de atendimento. Esse fluxo de códigos que se apresenta indicando o momento de ser atendido, seguido do guichê para o qual deve se direcionar o segurado, parece estranho a alguns segurados.

Os códigos de comunicação do trabalhador com o sistema são numéricos. Frequentemente, observamos o trabalhador dirigir-se aos segurados referindo-se aos seus processos a partir de números, dificultando a comunicação. O 31 por exemplo refere-se a auxílio doença, o 32 a aposentadoria por invalidez. Para se chegar ao 32, primeiro o segurado entra com o 31. Quando se constata pela perícia médica a permanência da doença que se torna irreversível é que se transforma o 31 em 32. O 41 é aposentadoria por idade. O auxílio doença acidentário é o 91. Ou seja, a história do sujeito acaba por se reduzir a números.

Ocorre que nessa relação, não se considera a representação subjetiva do sujeito sobre a experiência que o leva ao 32 por exemplo. Como o trabalhador reduz o que o sujeito traz de informação, frente a sua solicitação ao código numérico, deixa de se relacionar com a pessoa e passa a interagir com o processamento da

informação que lhe dará resultados sempre previsíveis, a partir do que o programa estabelece no sistema.

Em uma das entrevistas realizadas, o funcionário traz o seguinte relato:

-Um caso que atendi hoje está com uma pendência. [A pessoa] tinha um 40, foi concedido a ele um 88 porque ele estava com o benefício encerrado. Ele pediu reabertura, nesse período entrou com um 88 e agora está com um processo na justiça.

Após ouvi-lo pedi que retomasse a sua fala me explicando o que era um 40 e um 88 porque não conseguia entender o que representavam esses números. Ao que me respondeu:

-E o pior é que as vezes me pego fazendo isso com o segurado.

Os fluxos nas relações computotônicas não possibilitam que se crie espaço e tempo para o processamento da “conversa”. O diálogo está marcado por símbolos. As informações refletem dados de síntese que já foram trabalhados por meio do *software* que comanda o sistema computacional. Como o computador opera com números, o que se arquiva são coordenadas matemáticas que sintetizam os dados e informações. E essa é uma das grandes dificuldades na relação do segurado com a APS.

Durante as observações de campo em que se registraram os fluxos e funcionamento da agência, era freqüente nos depararmos com usuários (geralmente com mais idade), que ficavam horas com o papel da senha na mão, aguardando “serem chamados”, o que não acontecia, pois o chamado era dado pelo sinal eletrônico do painel. De acordo com um senhor de 65 anos, que foi à agência para dar entrada em sua aposentadoria, “-Eu estou esperando que me chamem, meu

nome é J". O referido senhor que estava há horas na agência, não conseguiu assimilar essa nova forma de comunicação. Observamos que sua dificuldade no contato com a máquina, reside, em grande parte, ao conteúdo da informação que ela traduz.

-Outro dia eu vim aqui e o moço disse que era pra eu acompanhar o processo naquela máquina ali (aponta para a máquina de auto-atendimento da APS). Eu disse para ele: Não vou acompanhar nada não, a máquina sabe dizer que eu tô doente? Sabe o que o funcionário fez? Começou a rir na minha cara. É uma falta de respeito com a gente. Falei mesmo com o moço, o seu salário vem dos impostos que eu pago viu! E ele me mostrou aquele cartaz que fica pregado em todas as portas que eu tava desrespeitando ele.²² (Refere-se ao aviso fixado nas portas da APS sobre a lei que regulamenta a pena para desacato a funcionário público)

À medida que os processos de comunicação e informação, reduzem-se às tecnologias eletrônicas, o espaço para as trocas inter-humanas se comprime. Tal constatação é ratificada por Virilio (1993) ao considerar que o espaço público dominado pelos monitores do computador, do vídeo e das telas tende a transformar a imagem pública, tornando-a asséptica.

Essas novas formas de relacionamento redefinem a própria realidade coletiva. O que pudemos constatar em nosso campo é exatamente a emergência de padrões de relacionamento circunscritos à mediação da máquina. O predomínio da comunicação eletrônica, faz com que as máquinas sejam as produtoras do sentido, isto é, produzem dados e informações que desmaterializam as relações entre pessoas, estabelecendo novos padrões para essas relações.

²² M. A., segurada do INSS em depoimento colhido na "fila da previdência".

É freqüente nos espaços urbanos contemporâneos, nos depararmos em todos os setores de serviços com a proposta do auto-atendimento. Na APS estudada logo na entrada, deparamo-nos com uma máquina de auto-atendimento que visa fornecer informações para o segurado sobre seu processo, bem como se seus dados como contribuinte estão atualizados, impostos recolhidos etc.

O que comumente acontece é que o segurado não sabe manejar esse recurso do auto-atendimento. Além disso, o significado de sua ida a uma APS está revestido de um conjunto de representações que certamente estão marcadas por momentos específicos e significativos em sua existência.

No período da observação livre, deparamo-nos com uma senhora que entra na agência com um papel na mão, sem saber para onde se dirigir e também sem saber como se expressar ante sua solicitação. O que desejava era resolver alguma pendência referente à pensão a que tinha direito, do seu marido que havia falecido há dois meses. Na triagem, recebeu uma senha que a encaminhou para o setor de concessão de benefícios. Ao ser atendida no guichê, o funcionário solicitou seus dados e ao checar no sistema informou que não poderia ajudá-la tendo em vista que como *“nunca trabalhou com registro”*, em função disso, não tinha direito a aposentadoria. A senhora então retorna ao posto de triagem e informa que tinha um documento que lhe dava o direito de receber a aposentadoria ao que o funcionário lhe indica então a máquina de auto-atendimento para consultar pelo seu NIT sua situação. A referida senhora postou-se diante da máquina e durante dez minutos esteve diante da mesma, até que o segurança que fica na entrada da agência prestou-lhe algumas informações, e só então entendeu que o que ela buscava era regularizar a situação da pensão do marido que havia falecido, quando

então foi encaminhada para o setor competente. Esse movimento da senhora pela agência levou cerca de duas horas.

Percebe-se que a comunicação está reduzida, de fato, a códigos em que o menos importante nesse contexto, é a história trazida pelo sujeito que permitiria, desde o início, a compreensão da demanda da referida senhora. No entanto, com os suportes eletrônicos mediando as relações, importa de modo predominante o *input* da informação que possibilita o *start* do sistema.

A dificuldade de compreensão do sistema, confere a esse instrumento um *status* de sujeito. Falas como: o problema é “do sistema”. “O sistema” está lento. “O sistema parou”. O sistema parametriza as práticas dos trabalhadores e as relações do usuário com a APS. Tal constatação reforça nossa intenção de demarcar o aspecto da identidade do trabalhador e do segurado nessa relação, pois ambos, em posições diferentes são usuários do sistema. Esse aspecto reforça a percepção do fenômeno da dupla invisibilidade social. As pessoas não se vêem, pois o que se interpõe entre elas, uma informação codificada é que ganha valor na relação.

Quando da escuta dos segurados em uma experiência nas famosas “filas” da previdência, um senhor fez a seguinte colocação:

-A dificuldade que eu tenho aqui é que ninguém sabe explicar o que acontece com o meu processo. Já falei com uns quatro funcionários, um fica passando para o outro, sabe? Uma coisa de doido. E o pior, dizem que não podem fazer nada porque o sistema tem que liberar. E esse tal de sistema, por acaso é gente? Eles arrumaram um bom jeito é de enrolar com esse negócio de sistema.

É interessante observar que “o sistema” funciona quase que à revelia do seu operador, pois os problemas são sempre “do sistema”. “O sistema” ganha *status* de um ente e somente quando há algo que saia do “enquadramento” é que entra o humano. O lugar concedido ao “sistema” atravessa as relações do segurado com a agência e também do trabalhador que fica impotente frente a esse “Grande Outro”.

-Ah, o sistema tem hora que deixa a desejar. (...). Quando o sistema está muito lento, a fila de espera pára de andar por causa do sistema que não está correspondendo. O link cai muito, já começa lento, no decorrer do tempo vai melhorando e [há situações] em que [ocorre] o contrário, começa bem e [passa] a ficar lento²³.

A tendência a se conferir personalidade à máquina está presente também na fala que se segue:

-Nosso sistema hoje faz [a crítica de informações]. Existe um sistema central onde vamos constatar se no pedido de um benefício [cuja entrada tenha sido solicitada na APS Barra Mansa], se já existe o [mesmo] concedido em outro lugar, ele apita²⁴.

A intermediação técnica, transforma os insumos eletrônicos em ícones da relação simbólica entre as pessoas. Os computadores, “o sistema”, são os conectores das pessoas.

Nossa crítica incide no fato de que essas relações exumam o caráter fenomenológico do encontro humano, pois, independente do contexto em que se efetiva, eliminam a alteridade. Isso faz com que se lide com o fato “do sistema”

²³ M. , funcionária que trabalha na retaguarda e no atendimento ao segurado.

²⁴ A. ,funcionário da APS de Barra Mansa.

parar a agência, fechá-la e todas aquelas pessoas que se encontram ali tenham que esperar no próximo dia, na próxima semana, ou quando o sistema voltar a funcionar.

Essa realidade também faz com que a invisibilidade que marca as relações entre o segurado e o trabalhador elimine a identificação de ambos como sujeitos que tem uma história. Ao conversar com uma funcionária, que lida com a atualização do cadastro do beneficiário²⁵ da previdência, verificamos que a maneira encontrada para garantir que os dados estejam atualizados “no sistema”, é chamar o segurado na agência. Quando este não responde a uma solicitação comum, a medida tomada é o bloqueio do seu pagamento, *“pois é assim que se pode resolver a atualização do cadastro. Aí nós temos que explicar para ele, quando vem aqui que de imediato é liberado o pagamento”*. Ressalte-se que na agência estudada, o número de beneficiários, cujos dados precisariam ser atualizados e que teriam seu pagamento bloqueado, girava em torno de dez mil.

Com as mediações da experiência através das máquinas eletrônicas, a falta de “referencialidade”, de “território” entre os sujeitos, faz emergir novos paradigmas para pensarmos as relações cotidianas na contemporaneidade. Simmel (*passim*), nos diz que o homem é um ser de diferenças, isto é, sua consciência é estimulada pela diferença entre a impressão do momento e a impressão precedente. Todavia, nos aponta Elias (1994), a relação entre a pluralidade das pessoas com a pessoa singular não é nada clara em nossos dias. Em nossa análise, o caráter singular dos sujeitos está se reduzindo no cenário teleinfocomputotônico.

²⁵ O segurado é o trabalhador que contribui com a previdência. Beneficiário é aquele que tem o usufruto do seguro concedido, seja aposentadoria, auxílio doença, etc.

5.4.4 “O sistema parou, a agência parou. E as pessoas, também?”

No dia dezesseis de novembro de dois mil e quatro, realizamos uma inserção no campo que se caracterizou pelo acompanhamento dos segurados na “fila da previdência”. Chegamos às 6h30 da manhã. O horário de funcionamento para o público é de 08h às 14h. No entanto, diariamente formam-se filas pelos segurados a espera do atendimento, a partir das 6h da manhã. Ao nos dirigirmos a uma segurada, Sra. M.A., na intenção de inquirirmos a razão pela qual se encontrava na fila desde muito cedo, a resposta obtida foi:

-Estou cedo na fila, porque a previdência tem a fama de demorar no atendimento” (...) Também venho cedo porque já [houve] vezes em que as pessoas ficam aqui esperando e vem alguém dali de dentro e diz que não vai ter expediente, tem greve, as máquinas ali pararam”.

A resposta rápida e direta nos revela um dado importante de nosso campo. Ainda que as agências transformadas tragam em sua proposta a agilidade nos fluxos e operações no atendimento ao segurado, essa não é a percepção que identificamos por parte dos mesmos.

A fila nesse dia estava composta por cerca de quinze pessoas e aos poucos foi se avolumando. Passados quinze minutos das oito horas da manhã, a agência é aberta. O segurança que fica na entrada da agência encaminha os segurados a um funcionário na recepção que está em frente ao seu guichê, distribuindo senhas para o atendimento, somente para os casos que não necessitariam do sistema, pois os computadores não funcionavam. Dirigi-me então ao funcionário em questão para saber o que estava acontecendo, ao que não soube responder, informando apenas que os computadores estavam fora do ar. O segurados aguardaram durante

quarenta e cinco minutos, até que um outro funcionário veio informar que o sistema estava parado e, com isso, não poderiam ser feitas as solicitações de benefício, pois a agência não tinha condições de funcionar. Solicitou a todos que retornassem no dia seguinte e que somente os segurados que estivessem aguardando o atendimento médico para perícia, é que deveriam ficar.

Ao procurar a chefe da agência para saber o que estava acontecendo, foi-nos informado que a agência seria fechada porque havia uma “pane” no sistema.

Nesse dia, em um telejornal, escuto a seguinte manchete: *-“Espera Nacional: postos da previdência formam filas em todo o país.”*

Os postos da previdência de capitais e cidades do interior tiveram suas agências fechadas ou com atendimento lento, em função dos seus computadores não conseguirem conexão com a rede nacional. Em Porto Alegre, dos sete postos apenas um deles liberou a entrada dos segurados, realizando um atendimento demorado. Em Belo Horizonte, foi necessário o auxílio da Polícia Militar para se organizar as filas. Destaque-se para os seguintes depoimentos²⁶:

-Antônio Hernando, auxiliar de escritório ,foi, pela terceira vez, requerer a aposentadoria. Na semana passada, ele ficou na agência por doze horas e não conseguiu ser atendido. “-Disseram que o sistema estava fora do ar, mas só depois que fiquei o dia todo”.

-Já tem um mês que sofri o acidente de trabalho e até agora não passei por um médico”.

-Estamos tentando fazer o possível para acalmar as pessoas, pedindo para que não venham à agência porque o atendimento está precário”, [declarou Beatriz Gonçalves, chefe de uma agência do INSS de Minas Gerais].

²⁶ Fontes: Jornal Folha de São Paulo. www.folha.uol.com.br; Jornal O Globo. <http://oglobo.globo.com/jornal> . Acesso em 16/11/2004.

Segundo as informações fornecidas pela superintendência do INSS, a demora no atendimento e o fechamento das agências são reflexos de uma “pane” no sistema que ocorreu na semana anterior a essa terça-feira. Destaque-se para o fato de que a rede em operação foi instalada há dez anos, encontrando-se obviamente obsoleta.

Fala do superintendente do INSS em São Paulo:

-Tivemos um aumento em dez anos de mais de cem por cento no número de benefícios concedidos e mantidos e todo esse aumento foi feito com os mesmos computadores que, fora a sobrecarga, já estão velhos e precisam ser trocados”.

Essas informações nos levaram a realizar uma pesquisa documental sobre notícias nos jornais de maior veiculação no país ao longo de todo o ano de 2004 e verificamos que, de abril de 2004 a novembro de 2004, a previdência social foi alvo de manchetes nos jornais por todo o país, com informações que corroboram os dados obtidos em nosso estudo de campo.

Identificamos que nesse período, ocorrências como greves, paralisações e problemas no sistema caracterizaram e vêm caracterizando as operações nos postos da previdência social.

Em abril de 2004, os servidores da Previdência Social entraram em greve por tempo indeterminado em treze estados brasileiros. Suas reivindicações eram aumento salarial de cinquenta por cento, um plano de carreira, a incorporação de gratificações e a realização de um concurso público para novas contratações.

No escopo dessas reivindicações, identificamos que diante de condições precárias de trabalho, como pudemos observar nos dados obtidos em nosso campo, o servidor da previdência carrega o estigma do funcionário público “*que não quer saber de trabalho e ainda assim quer ter mais regalias*”.²⁷

Verificamos nessa caracterização a invisibilidade do servidor da previdência e de sua realidade de trabalho para a sociedade. A própria mídia, em suas manchetes, subliminarmente acaba por favorecer essa imagem, ao dar ênfase à situação do beneficiário. Como podemos observar nos textos sobre a greve que se seguem²⁸:

-A greve começou sem aviso prévio para a população. Nos postos do INSS em Curitiba, só o setor de perícia médica funcionou durante a manhã. Quem esperava na fila desde a madrugada ficou revoltado.

-Eu estou operado, vim de ônibus, chego aqui e eles fazem a gente de palhaço e de burro – desabafou o pedreiro Israel Cordeiro.

-No ano passado, uma greve de 40 dias prejudicou milhares de pessoas. Este ano, o público já enfrentou a greve dos médicos peritos, que durou três meses e uma paralisação de dois dias em março.

-Eu, como cidadão, independente de ser deficiente físico, me sinto muito humilhado em nosso país – disse o segurado Adriano Almeida.

-Na capital baiana, os oito postos estão fechados. Quando os funcionários do INSS param, a burocracia não anda. O rodoviário Israel Gomes sofreu um acidente de trabalho e deu entrada no benefício. Hoje foi buscar o resultado: “-Há dez meses estou sem receber. Quando é agora, chego aqui e tenho essa surpresa”.

-Sem a documentação do INSS o trabalhador não pode voltar ao trabalho nem dar andamento nos pedidos de aposentadoria. Quem ainda não está recebendo o dinheiro do benefício é obrigado e esperar o fim da greve.

²⁷ Fala de um segurado da previdência.

²⁸ Fonte: Jornal do Brasil. <http://jbonline.terra.com.br/>. Acesso em: 28/11/2004.

Em maio de 2004, em uma das manchetes: “Seguem os transtornos com greves”, a notícia aponta para o número de pessoas que deixaram de ser atendidas nos postos do INSS:

-Em São Paulo, mais de 800 mil pessoas deixaram de ser atendidas nos postos do INSS.

-Dona Isaura Nunes de Oliveira, sofre de pressão alta, diabetes e artrose. Há dois meses, ela está afastada do trabalho de merendeira em uma escola pública. Foi ao INSS e deu entrada no pedido de benefício, mas ainda não recebeu o pagamento. O salário de pouco mais de R\$390,00 faz muita falta para dona Isaura. O marido ganha pouco e o filho está desempregado. –“A gente não é rico para ter dinheiro guardado para nessa hora não passar apertado” – disse.

Podemos observar que não se discute em momento algum a causa dos servidores da previdência. Não podemos olvidar os problemas que decorrem da paralisação de uma instituição que cuida dos direitos conquistados pelo cidadão pelo seu trabalho, mas é importante que não nos esqueçamos que, para além do sistema de concessão dos benefícios, há um trabalhador que os opera e que encontra-se em situações e condições de trabalho que têm que lidar, como representou a chefe da agência da APS, Barra Mansa: -“(…)com a falta, a falta de tudo”. Em junho de 2004, com o retorno da greve, o atendimento permaneceu lento em função “do sistema”. O que verificamos com o noticiado é que apesar do retorno dos servidores, os problemas continuaram.

-O vendedor Rodrigo Fernandes está afastado do trabalho há três anos por causa de um acidente. Ele deveria ter feito perícia médica no mês passado, mas não conseguiu. Quando foi receber o auxílio doença, levou um susto. –“Na hora de receber, o salário estava bloqueado”.

O bloqueio do salário não se deveu à greve, mas sim à necessidade do beneficiário recadastrar seus dados no posto da previdência, e esse, como nos foi relatado por uma funcionária da APS, Barra Mansa, é o procedimento que se realiza para que “*se consiga a presença do beneficiário*”.

O que podemos constatar é que a imagem do INSS está associada à “fila”, “lentidão”, “burocracia”, “desrespeito”.

O segurado, em função da morosidade dos processos e do difícil acesso a procedimentos eficazes, se vê desrespeitado em sua cidadania e também impotente frente a uma “máquina” burocrática, que se pretende ágil, mas que em contrapartida não tem condições de se estruturar para tal. Como esperar a compreensão do trabalhador que recolhe seus impostos, têm um direito que lhe é garantido pelo seguro do INSS, e quando a ele recorre, fica três meses sem receber seu salário?

Parece-nos que entre os resultados e processos propostos pelo modelo gerencialista das agências transformadas, é necessário primeiramente que se olhe para o fenômeno desterritorializador dos sujeitos numa relação marcada pela dupla invisibilidade: de um lado, o servidor da previdência e do outro o trabalhador que conta com a previdência.

A análise dos fenômenos que atravessam as redes de comunicação e se transfiguram nas relações do cotidiano no campo do trabalho, da sociabilidade, das trocas inter-humanas, nos remete à constatação de que as comunicações verdadeiras, no sentido das pessoas falarem e ouvirem umas às outras – se desintegram na redução do mundo às telas e aos micros.

É a invisibilidade das pessoas nessa configuração social que se reflete de modo tão expressivo em nosso campo estudado e que nos remete a reflexão sobre os modos de expressão da subjetividade contemporânea.

Ao considerarmos a ontologia do ser social, o que observamos diante do que foi levantado em nosso estudo de campo, é que as possibilidades de experimentação do sujeito com o seu mundo estão calcadas em um novo modo de relações que des-territorializam o espaço da troca humana e de efetivação de sua condição enquanto agente de transformação pela sua práxis. Na sociedade da inforrede, os insumos teleinfocomputotrônicos tornam-se os objetos de consumo que delineiam de modo predominante as relações inter-humanas.

Além disso, a apropriação da condição do trabalho na realidade digital, tornando-o mais imaterial do que nunca, faz emergir um novo modo de vinculação entre os indivíduos com o mundo.

Podemos afirmar que o “des-lugar” do sujeito e a necessidade de encontrar no ecossistema digital uma nova referência, impacta seu *modus vivendi* e o coloca numa condição de invisibilidade. Essa invisibilidade se evidencia nos diferentes contextos em que as trocas humanas se efetivam, como pudemos identificar na análise de nosso campo de estudo.

Na medida em que o ordenador dos nexos sociais é um sistema em rede, invisível, “acessível”(?) democrático”(?), os espaços do cotidiano humano transformam-se. A apropriação pelo capitalismo tecnológico dessa nova linguagem da “era da informação”, respaldada pelos sofisticados dispositivos eletrônicos de comunicação que fazem emergir novos modos de entrelaçamento social, torna imprescindível nos questionarmos sobre a importância de se pensar as alternativas que encontramos para não deixar de relevar sempre as potencialidades transformadoras e criadoras do humano.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade está sempre mudando. O homem está sempre mudando. A relação entre o homem e a sociedade está assentada fundamentalmente no seu caráter processual e histórico. E as questões com que nos defrontamos continuamente quando lidamos com a produção dos sentidos do ser e estar-no-mundo estão atravessadas pelo que é vivido no cotidiano da existência. A tentativa de problematizar o contexto dos processos de subjetivação contemporânea e a lógica da realidade digital consistiu em uma proposta de entendimento sobre os reflexos que os progressos tecnológicos têm trazido para a vida humana. Entendemos que essas mudanças refletem sempre um contexto complexo cujas imbricações transcendem qualquer possibilidade de generalização, razão pela qual nosso olhar no presente estudo, direcionou-se para um recorte específico dessa realidade, a prestação de serviços, numa agência da previdência social brasileira.

O início do século XXI têm sido marcado por inúmeros acontecimentos que resultaram o acelerado processo de desenvolvimento tecnológico, como apontado por diversos autores ao longo do texto. Com essa tese, não pretendemos apontar apenas as conseqüências nefastas desse processo, nem fazer uma apologia à positividade desses fenômenos, mas questionar e avaliar o modo como se operacionalizam as mudanças que tangenciam os diversos setores da sociedade e que direta ou indiretamente afetam a vida humana.

Ao relevarmos as categorias do trabalho, da subjetividade e da contemporaneidade histórica com a contextualização da realidade digital, buscamos proceder a uma avaliação sobre as condições em que os sistemas sociais humanos

se edificam na contemporaneidade. Nosso olhar específico para a realidade da Seguridade Social Brasileira nos trouxe grande desafios e descobertas. O maior desafio consistiu em desenvolver uma tese em psicologia social que abarcasse a discussão da subjetividade na realidade digital num específico contexto que compõe a condição de cidadania do trabalhador brasileiro.

Ainda que não encontrássemos estudos que sistematizassem tais relações, mantivemos nosso propósito com o intuito de destacarmos a importância de se incluir nas discussões sobre a contemporaneidade a condição do sujeito em si, ou seja, como no cotidiano está sendo o sujeito atravessado em suas experiências pela lógica da vida *high tech*.

Nossa descoberta incidiu sobre a necessidade de ampliarmos nosso campo de observação do cotidiano no sentido de não perder de vista a condição para a construção do ser social, que se faz na ontogênese do social, sendo atravessado, portanto, pelas dimensões políticas, econômicas, culturais e filosóficas de uma dada época. Assim, ao destacarmos nas falas de nossos pesquisados o modo como apreendem o seu cotidiano e o vivenciam, foi possível revelar o modo como “a era da informação” impacta a realidade dos sujeitos em sua existência.

Ao tratarmos de conceitos como “era da informação”, “realidade digital”, “cultura Cyber”, “trabalho digital”, lidamos com conceitos abstratos que sistematizam uma realidade viva e próxima que atravessa o cotidiano da maioria das pessoas na atualidade, mesmo que elas não consigam apropriar-se ativamente dessa nova variável. Observar essa realidade como um fenômeno que se revela multifacetado e polifônico consistiu em tarefa assaz complexa mas nem por isso menos instigante.

Ao retratarmos o processo de consolidação da era informacional e relacionarmos esse fenômeno com os processos de subjetivação contemporânea, observamos que o ecossistema digital que assoma na atualidade é de fato uma realidade inexorável. Contudo, não podemos deixar de destacar que a fábula do progresso tecnológico e suas promessas de emancipação da humanidade carreadas na esteira das tecnologias informáticas carecem de sustentação. A era informacional têm gerado impactos nos processos de comunicação interpessoal, nos processos de comunicação de massa e na própria organização das relações sociais e humanas, fenômenos que atravessam o vir-a-ser humano e reconfiguram sua condição.

A constituição do ciberespaço como uma estrutura infoeletrônica de comunicação, modula as relações sociais a uma estrutura de comunicação interativa virtual e pontua mudanças significativas nos processos sócio-culturais e políticos de uma sociedade. Com a redução, e em alguns casos, abolição do espaço geográfico e a interatividade prévia com os mediadores maquímicos, o computador torna-se uma tecnologia de acesso a esse novo universo no qual se efetivam as trocas inter-humanas. Os *softwares*, as imagens virtuais, a otimização da tele-existência do eu como espectros multimidiáticos conforme apontado por Trivinho (1999), pressupõem um deslocamento social e cultural do território ordinário para o infoterritório, ou seja, para a materialidade do ciberespaço.

A existência de uma estrutura midiática para a concretização das trocas humanas, no trabalho, nas relações e no cotidiano das interações face-a-face fazem emergir uma série de paradoxos que se refletem na estruturação da sociedade contemporânea.

Nessa cartografia paradoxal, há que se destacar as evidências e ressonâncias desse movimento nos processos de subjetivação. O processo interpessoal de trocas e comunicação, apresenta imbricações que fazem com que emissor e receptor se dissolvam no jogo “dialético” de produção de mensagens e significados na inforrede. Com isso, destacamos a invisibilidade social como um fenômeno que emerge dessas relações, onde trabalhador e objeto de seu trabalho, sujeito e objeto, reduzem-se à categoria de usuários. Nosso argumento sustenta-se no fato de que o conceito de comunicação pressupõe sempre um emissor e um receptor, e na realidade digital essas figuras tornam-se indistintas e reduzidas a forma de “usuários teleinteragentes atomizados” (TRIVINHO, 1999).

O conceito de indivíduo teleintegrante ciberespecial pressupõe a digitalização da experiência de estar-no-mundo, categoria destacada em nosso estudo de campo. Tal denominação pressupõe um traço em que a experiência da troca não se estabelece por uma relação dialética e diádica, mas por um movimento em que ele, o usuário da rede, precisa buscar compulsoriamente as evidências de sua existência, como apontado na situação vivenciada pelo senhor que morreu para o sistema, cujo *status* ganha mais valor do que sua existência concreta.

Na situação *on line* em que o sistema ganha a condição de sujeito, a realidade interna do indivíduo só ganha sentido em sua capacidade de produzir mais-valia informacional. E a grande dificuldade desse processo está exatamente calcada no fato de que nem todos os indivíduos podem tornar-se “teleintegrantes do ciberespaço”.

A organização de uma sociedade em redes conforma um ecossistema informacional que afeta de modo inaudito o processo produtivo, os sistemas de trabalho e as referências do sujeito como agente transformador do seu mundo.

Ainda que se assinale as características do usuário como produtor/consumidor, os sistemas interativos reforçam a passividade na utilização dos serviços, porque retira a singularidade do sujeito e o recoloca como um usuário dotado de uma prótese maquina com a qual nem sempre sabe lidar. Os *softwares* já vem prontos, não há um projeto de intervenção.

A defasagem resultante dessa realidade revela o que verificamos em nosso campo: a desterritorialização e o estranhamento dos sujeitos na sua condição ontológica de ser-no-mundo. Sua vida reduzida a um sistema e funcionando pelo sistema à sua revelia enquanto sujeito da ação.

A esse sistema, devemos acrescentar o fato de que as mudanças e transformações no campo tecnológico foram uma grande saída encontrada para o sistema capitalista no sentido de garantir seus modos de controle e acumulação. Esse processo fez emergir uma conjuntura de fatores paradoxais, críticos e complexos no final do século XX e início de nosso século XXI.

Ainda que relevemos a inexorabilidade dos avanços no setor da teleinfocomunicação, no sentido de possibilitar a construção de uma rede social livre, discordamos das perspectivas que tratam esse fenômeno como um contexto que viabiliza o desenvolvimento de dispositivos de “todos para todos”, conforme advoga Pierre Lévy em suas produções que refletem uma análise sobre o ciberespaço. Há ainda muito a se fazer, muito a se analisar e se redefinir, pois uma significativa

parcela das pessoas que encontram-se fora dos sistemas em rede, tornam-se invisíveis no escopo social.

Nossa reflexão aponta para o fato de que mesmo no domínio das políticas públicas, da atuação do Estado na sua função de garantir ao cidadão, a universalidade dos seus direitos, as desigualdades, assimetrias e diferenças são evidências incontestes. Além disso, na invisibilidade social, a capacidade de comunicação daqueles que tornaram-se invisíveis torna-se nula.

Wallerstein (1998), ao refletir sobre o contexto da sociedade contemporânea aponta para o risco da dissolução das singularidades no espaço simbólico de produção das subjetividades. Sua proposta consiste em resgatarmos o que denominou de “utopística”, que consiste em uma avaliação profunda das alternativas históricas que possuímos para repensar e transformar o mundo em que vivemos. Nesse conceito, o exercício de nosso juízo para analisar a racionalidade substantiva de possíveis sistemas alternativos históricos que forneçam condições à criatividade humana e reabilitem uma sociedade reflexiva e crítica. Sua proposta, diferentemente de se perseguir uma utopia, é a de se buscar não um futuro perfeito e sim o rosto de um futuro cujas melhoras sejam verossímeis e historicamente possíveis.

É importante ressaltar que tal projeto não pode prescindir de pensar a realidade tecnológica com a sua potencialidade (positiva) de poderoso instrumento de transformação social, mas que também deve ser capaz de refletir a respeito da reificação que tem provocado nos espaços democráticos. Assim, faz-se necessário colocar em discussão não só os efeitos das inovações da tecnociência, mas também as opções tecnológicas que são feitas. Torna-se urgente retirar esse debate do

terreno exclusivo dos especialistas e, principalmente, só dos cientistas e dos tecnólogos.

A partir dessas premissas, poder-se-ia advogar uma sociedade marcada por crescentes avanços tecnológicos, mas sem odiosos traços tecnocráticos. Reivindicar uma sociedade onde também houvesse crescentes avanços na filosofia e nas humanidades e onde todas as camadas sociais, em todos os países do mundo, tivessem chances simétricas, asseguradas por processos democráticos, de âmbito tanto nacional quanto global, de participar da geração, processamento, transmissão e apropriação dos avanços científicos e tecnológicos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Boitempo: São Paulo, 7ª reimpressão, 2005.

BENIGER, J. R. **The Control Revolution: Technological and Economic Origins of the Information Society**. Harvard University Press: Cambridge, 1986.

BEHRING, E. R. As reformas na política de assistência social: da benemerência ao direito social, da solidariedade às parcerias entre o público e o privado. **Revista Universidade e Sociedade**. No 22. Brasília: Andes, novembro, 2000.

_____. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda dos direitos**. São Paulo: Cortez, 2003

BOSCHETTI, I. Implicações da reforma da previdência na seguridade social brasileira. **Psicologia e Sociedade**: 15(1); jan/jun. 2003, p. 57-96.

BOTTOMORE, Tom. **A Dictionary of Marxist Thought**. Cambridge: Harward University Press, 1983.

CARVALHO, R. Q. Projeto de Primeiro Mundo com conhecimento e trabalho do Terceiro? Um estudo comparativo das implicações da aceleração da mudança tecnológica para os processos de trabalho e os recursos humanos na indústria. **Estudos Avançados**,7, 35-80, 1993.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. Sistemas de inovação: políticas e perspectivas. **Parcerias Estratégicas**, 8, 238-255, 2000.

Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

COCCO, G. **Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 2001.

COSTA, F. B. **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Globo Editora, 2004.

DOWBOR, L. **A reprodução social: tecnologia, globalização e governabilidade. (Vol 1)**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DREIFUSS, R. A.. Tecnobergs globais, mundialização e planetarização. In D. Morais (Org.), **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder** (p. 115-145). Rio de Janeiro: Record, 2003.

- DREIFUSS, R.A. **A época das perplexidades**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.
- DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: UNESP, 2000.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FLEURY, S. **Estados sem cidadãos**. Rio de Janeiro: Fiocruz Editora, 1997.
- _____. A seguridade social inconclusa. www.ebape.fgv.br/pp/peeb. Acesso em: 22/08/2005.
- FURTADO, B. **Imagens eletrônicas e paisagem urbana: intervenções espaço-temporais no mundo da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GALVÃO, A. P.; SILVA, G. ; COCCO, G. (Org.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A., 2003.
- _____. **A época das perplexidades**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Loyola, 1994.
- HOBBSAWM, E. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, agosto, 2002.
- JACCARD, P. **História social do trabalho: da antiguidade aos dias de hoje**. Vol I e II. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- JOHNSON, S. **Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- JORNAL DO BRASIL *ON LINE*. <http://jbonline.terra.com.br/>. Acesso em: 28/11/2004.
- JORNAL O GLOBO *ON LINE*. <http://oglobo.globo.com/jornal/>. Acesso em: 16/11/2004.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. www.folha.uol.com.br. Acesso em: 16/11/2004.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LASTRES, H. M. M., ALBAGI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LAZZARATO, M. e NEGRI, A. **Trabalho imaterial**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000./
- LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MANCEBO, D., LOPES, M. C. R. Trabalho docente: compressão temporal, flexibilidade e prazer?. Revista de Educação Pública, 24, 138-152, 2004.

MANION, L; COHEN, M. **Métodos de investigación educativa**. Madrid: Muralla, 1990.

MARX, K. **O Capital (Vol. I)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1981.

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. Lisboa: Edições70, 1993.

MÉSZAROS, I. **Marx: A teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Ministério da Previdência Social. **Previdência e Estabilidade Social: Curso formadores em Previdência Social**. 5ª edição, Secretaria de Previdência Social. Coleção Previdência Social, Volume 7, 2005.

Ministério da Previdência e Assistência Social. <http://www.mps.gov.br>. Acessos em: 22/02/2004, 28/02/2004, 13/04/2005, 28/08/2005.

NOGUEIRA, V. M. Assimetrias e tendências da seguridade social brasileira. **Serviço Social e Sociedade**. Vol. 65, ano XXII, março, 2001, p. 95-123.

OLIVEIRA, F. Questões em torno da esfera pública. In: SERRA, R. **Trabalho e Reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-26.

PORTO, M. C. Cidadania e (des)proteção social: uma inversão do Estado Brasileiro? **Serviço Social e Sociedade**. Vol. 68, nº XXII, novembro, 2001. p. 17-33.

REGO, M. F. **O aprendizado da ordem**. Rio de Janeiro: Archiamé, 1981.

RIFKIN, J. **The end of work. The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era**. New York: Putnam´Sons, 1995.

ROCHA, A. C. **Barra Mansa 1764-1999: Revisão Histórica**. Barra Mansa: ASG, 5.ª ed, 1999.

RUDIGER, F. **Introdução às teorias da cibercultura**. Porto Alegre: Editora Meridional Ltda, 2004.

SALVADOR, E. e BOSCHETTI, I. A reforma da previdência no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho. **Serviço Social e Sociedade**. Vol. 70, ano XXIII, julho, 2002. p. 114-139.

SANTOS, Boaventura. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Record: Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Wanderley. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHAFF, A. **La Alineación como fenómeno social**. Barcelona: Editorial Crítica-Grijalbo, 1979.

SCHEPPS, Ruth. **O império das técnicas**. São Paulo: Papyrus, 1996.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In F. Novais (Org.), **História da vida privada no Brasil**. (Vol. 3), p. 513-619, 2002.

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SPINK, M. J e MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, J (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 41-62.

SOARES, L. T. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

SOUZA BRASIL, S. A internacionalização na produção de informações. In: D. Morais (Org.), Globalização, mídia e cultura contemporânea. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

TRIVINHO, E. **O mal-estar da teoria: a condição da crítica na sociedade tecnológica atual**. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

_____. Epistemologia em ruínas: a implosão da Teoria da Comunicação na experiência do ciberespaço. In: MARTINS, F.; SILVA, J. (Org.). **Para navegar no século 21: tecnologia do imaginário e cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

VARGAS, M. **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

VIANNA, Ma. L. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil. Estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, 1998.

VIRILIO, P. **A inércia polar**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

_____. **A arte do motor**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1995.

WALLESRSTEIN, I. **Utopística ou as decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ZARIFIAN, P. **Objetivo competência**. São Paulo: Atlas, 2001.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)